



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 145

SÁBADO, 12 DE OUTUBRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1991

Altera o disposto no art. 3º da Resolução nº 38, de 1991, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 3º da Resolução nº 38, de 29 de agosto de 1991, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os BTRJ-E que vierem a ser emitidos com prazos de resgate de 16-9-91 até 16-12-91, na forma do art. 2º desta resolução, e que tiverem como base LFTRJ com vencimentos originários no período de 1º-10-91 e 1º-12-91, serão girados em proporção correspondente a oitenta e quatro por cento do seu valor.”

Art. 2º Aplicar-se-á o disposto no artigo anterior sem prejuízo da dedução ou aplicação de redutores, já realizada, sobre o valor de resgate dos títulos vencidos e girados no período de 1º-4-90 a 1º-9-91.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de outubro de 1991. — Senador Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 180ª SESSÃO, EM 11 DE OUTUBRO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Decreto Legislativo nº 82/91, que “susta os atos normativos do Poder Executivo que objetivam realizar o processo de privatização da Usiminas”.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Deferimento, ad referendum da Comissão Diretora, do Requerimento nº 714/91, de autoria do Senador Humberto Lucena.

1.2.3 — Discursos do Expediente

— SENADOR PEDRO SIMON — 2ª Visita do Papa João Paulo II ao Brasil.

— SENADOR DIVALDO SURUAGY — Carta dirigida por S. Exª ao Presidente Fernando Collor, pedindo a apuração de escândalo na compra de chácara por autoridade do Governo, amplamente denunciado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

— SENADOR NABOR JÚNIOR — Angústia do povo brasileiro com a perda do controle da economia pelo Presidente Fernando Collor, conforme demonstrado em pesquisas de opinião pública.

— SENADOR EDUARDO SUPLICY — Trabalho elaborado pelo Prof. Lauro Campos intitulado “A crise de sobre-acumulação”.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PORTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

1.2.4 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 345/91, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a nomeação de Adidos Culturais junto às Representações do Brasil no Exterior.

1.2.5 — Requerimentos

— Nº 729/91, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando do Sr. Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, informações que menciona.

— Nº 730/91, de autoria do Senador Levy Dias, solicitando do Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, informações que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 74/91 (nº 4.771/90, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 10/91 (nº 5.375/90, na Casa de origem), que altera a composição e organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria cargos e funções e dá outras providências. **Aprovada**. A Câmara dos Deputados.

Proposta de Emenda à Constituição nº 12/91, de autoria do Senador Maurício Corrêa e outros Senadores, que

cria o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. **Em fase de discussão** (4ª sessão).

Proposta de Emenda à Constituição nº 15/91, de autoria do Senador João Rocha e outros Senadores, que dá nova redação ao inciso V do art. 37 da Constituição Federal. **Em fase de discussão** (1ª sessão).

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

— **SENADOR NEY MARANHÃO** — Entrevista do Governador Joaquim Francisco, reafirmando apoio ao Governo do Presidente Fernando Collor. Administração do atual Presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho.

— **SENADOR VALMIR CAMPELO** — 31º aniversário da cidade-satélite do Gama, no Distrito Federal.

— **SENADOR MAGNO BACELAR** — **Emendão**

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 74/91, sendo que ao mesmo não foram apresentadas emendas.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — ATA DE COMISSÃO****3 — MESA DIRETORA****4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 180ª Sessão, Em 11 de outubro de 1991****1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Alexandre Costa e Magno Bacelar*

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Beni Veras — Chagas Rodrigues — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Esperidião Amin — Eptácio Cafeteira — José Eduardo — Magno Bacelar — Maurício Corrêa — Nabor Júnior — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 391, DE 1991

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1991, que "Susta os atos normativos do Poder Executivo que objetivam realizar o processo de privatização da Usiminas".

Relator: Senador Jutahy Magalhães.

O Senador Maurício Corrêa apresenta emenda que é aceita pelo Relator designado pela Presidência, na forma do Substitutivo que apresenta:

EMENDA Nº

(Substitutivo)

Art. 1º Ficam sustados, por serem considerados nulos de pleno direito, a alínea c do inciso III do art. 38 do Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990 e todos os demais atos normativos do Poder Executivo, objetivando a alienação das ações da Usiminas, inclusive o Edital PND — A — 01/91 — Usiminas, que autorizaram a utilização de "meios de pagamento" não contemplados expressamente por lei e especificamente pela Lei nº 8.031, de 16 de agosto de 1990.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 1991. — Nelson Carneiro, Presidente — Jutahy Magalhães, Relator — José Paulo Bisol — Chagas Rodrigues — Junia Marise — Maurício Corrêa — Nelson Wedekin — Wilson Martins — Cid Sabóia de Carvalho — Antônio Mariz — José Fogaça — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) —

O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

A Presidência deferiu, ad referendum da Comissão Diretora, o Requerimento nº 714, de 1991, do Senador Humberto Lucena, de informações ao Secretário-Geral da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã ao cair da tarde, pela segunda vez em onze anos, Sua Santidade, o Papa João Paulo II, iniciará, em solo brasileiro, mais uma das suas já tradicionais peregrinações pelo mundo. Por isso, ao saudar o grande Andarilho e Mensageiro da paz, pretendo, nesta oportunidade, reflexionar a respeito do significado e da importância de tão magna visita.

Em 1980, ao desembarcar em Brasília, ele afirmou estar em "missão nitidamente pastoral e religiosa". De fato, em todas as ocasiões — na saudação ao corpo diplomático, nas falas ao hansenianos e aos índios, no discurso aos intelectuais, na mensagem às crianças, no encontro com os trabalhadores, na visita à favela do Vidigal ou em cada uma das homilias, proferidas em diversas capitais — preponderou o tom missionário e catequético.

Mesmo assim, em Salvador, ao falar aos "Construtores da Sociedade Pluralista de Hoje", o nosso Pastor Maior fez questão de explicar a posição da Igreja, ante os tantos problemas que afligem a Humanidade, quando disse:

"A Igreja não tem pretensão de intrrometer-se na política, não aspira a participar na gestão dos assuntos temporais. A sua contribuição específica será a de fortalecer as bases espirituais e morais da sociedade, fazendo o possível para que toda e qualquer atividade no campo do bem comum se processe em sintonia e coerência com as diretrizes e exigências de uma ética humana e cristã (...)

Em sua doutrina social, a Igreja não propõe um modelo político ou econômico concreto, mas indica o caminho, apresenta soluções."

Caminho e soluções que, certamente, começaram a ser delineados em maio de 1891, com a Encíclica *Rerum Novarum*. Leão XIII, atento às manifestações dos intelectuais e estudiosos, que apontavam para o quadro de exploração da classe trabalhadora, e consciente de uma ação inescrupulosa em busca do lucro e da acumulação de capital financeiro, produziu um documento de críticas veementes às doutrinas e práticas de liberalismo e do socialismo.

Foi o início de um movimento destinado a descaracterizar uma posição cômoda e conformista da Igreja; afinal, a inusitada carta pontificia desmentia a já secular acusação que pesava sobre ela, em face dos problemas sociais, de limitar-se "a pregar a resignação aos pobres e a exortar os ricos à generosidade".

Pela primeira vez na História, um Papa ousava, de forma clara e objetiva, cobrar do Estado uma ação eficaz com vistas a disciplinar o embate das forças econômicas. Contudo, só a partir do Tratado de Versailles o alerta de Leão XIII alcançou os ouvidos e as consciências dos governantes: o primeiro e mais significativo reflexo foi sentido nas profundas alterações processadas na legislação trabalhista de dezenas de países. Desde então, as relações entre patrões e operários passaram a sofrer a intervenção do Estado, com vistas à proteção e à garantia do trabalho.

Diante desse novo cenário, ressurgiu forte e atuante o sindicalismo, agora respaldado pela doutrina social da Igreja que, de forma definitiva, incorporava princípios como proteção e aquisição da propriedade, greve, repouso dominical, limitação do tempo de trabalho, salário, poupança e repouso remunerado.

Dessa maneira, Leão XIII conseguiu sacudir as consciências e, como propôs na introdução da *Rerum Novarum*, colocou "em exercício o gênio dos doutos, a prudência dos sábios, as deliberações das reuniões populares, a perspicácia dos legisladores e os conselhos dos governantes".

Pela mesma trilha andou Pio XI quando, em maio de 1931, publicou a *Quadragesimo Anno*. Mais que um simples balanço dos resultados obtidos em razão da encíclica anterior, essa promoveu a análise dos novos problemas e aprofundou o debate sobre questões como o direito de propriedade, função social da propriedade, colaboração entre capital e trabalho, desproletarização dos trabalhadores e salário justo.

Longe da Igreja de séculos anteriores, a Igreja do Papa Pio XI, não se intimida com as idéias nazistas, fascistas ou comunistas e, mesmo no auge do capitalismo individualista, proclama a sua filosofia, pela qual condena o "despotismo intolerável daqueles que, tendo nas suas mãos o dinheiro,

são também senhores absolutos do crédito e por isso dispõem do sangue de que vive toda a economia, e manipulam de tal maneira a alma da mesma, que não pode respirar sem sua licença.

Para Pio XI, "acumular poderio e recursos, características da economia atual, é consequência lógica da concorrência desenfreada, à qual só podem sobreviver os mais fortes, isto é, ordinariamente, os mais violentos competidores e os que menos sofrem de escrúpulos de consciência".

Atento e preocupado com os problemas políticos, econômicos e sociais durante o seu pontificado, Pio XI chegou a publicar três Encíclicas no espaço de apenas quinze dias. Com a *Mit Brennender Sorge* condenou as teorias do nacional-socialismo e do hitlerismo. Na *Nos es Muy* analisou a perseguição que oprimia o México. Por intermédio da *Divini Redemptoris* fez a denúncia "dos erros e violências do comunismo" ao mesmo tempo em que apelou para uma melhor distribuição da riqueza.

Sem esquecer os dezenove anos sob o comando sereno de Pio XII — o pontífice cognominado doutor Angélico e que deixou dezenas de documentos importantíssimos —, foi o Papa João XXIII, com a *Mater et Magistra*, comemorativa dos setenta anos da *Rerum novarum*, quem, mais uma vez, colocou a Igreja Católica na primeira linha da defesa da justiça e da participação nas relações sociais e do trabalho.

Para João XXIII, "a prosperidade econômica de um povo deve medir-se, não tanto pela soma total dos seus bens e riquezas, como pela justa repartição deles."

O desenvolvimento dos povos mereceu do Papa Paulo VI, em 1967, a encíclica *Populorum progressio*, oportunidade em que ele ressaltou a necessidade da Igreja "se pôr a serviço dos homens, especialmente os angustiados pela fome, pela miséria, pelas doenças endêmicas e pela ignorância, porque "desenvolvimento é o novo nome da paz".

O mesmo Paulo VI, com a *Octogésima Ad Venias* fez a Igreja avançar sobre questões como a urbanização, o desemprego, a promiscuidade das moradias, a delinquência, as drogas e as discriminações de toda ordem, além de reconhecer o papel dos sindicatos e o direito de greve.

Por esta despretenhosa síntese dos principais documentos pontifícios anteriores a João Paulo II, nos é dado observar que a Igreja tem estado em sintonia com as transformações do mundo e com as necessidades dos povos. E, da *Rerum novarum* aos nossos dias, decorrido um século, o mundo sofreu transformações radicais em todas as áreas do pensamento, da atividade e da conduta do ser humano.

João Paulo II, ao assumir o seu pontificado, teve lucidez e iluminação suficientes para perceber que era preciso mais que documentos precisos e bem articulados. O condutor do imenso rebanho de católicos necessitava ver de perto a realidade de cada povo. Inaugurava-se, então, o período da moderna peregrinação e nessa trajetória, em 1980, Sua Santidade veio estar conosco.

Encontrou um Brasil tenso. O regime militar estava em seu último governo e pelas ruas clamava-se por democracia. O quadro econômico e social revelava uma realidade de crises e de angústias. Mas, paradoxalmente, como já disse, havia no ar uma quase inexplicável onda de esperança.

Segundo as mais respeitáveis análises, cerca de vinte milhões de pessoas saíram às ruas para saudá-lo em treze das nossas maiores cidades. Numa delas, Sua Santidade sofreu impacto tamanho ao ler uma faixa com a frase "Santo Padre,

O Povo Passa Fome!" que, ao rezar o Padre-nosso, não se conteve e disse: "Pai-nosso, o povo passa fome!"

Aliás, a reação popular ante a presença do Papa fez emudecer o periclitante governo de então. Em Minas Gerais, quando discursou sobre a liberdade, João Paulo II ouviu um fantástico coro de "liberdade, liberdade, liberdade". Até então, calado pelo arbítrio, o povo criou coragem e denunciou ao Pastor: "nossos irmãos foram mortos", "nossas terras foram tomadas", "justiça".

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com o maior prazer.

O Sr. Divaldo Suruagy — V. Ex^a analisa com a cultura e com a inteligência, que são tónicas maiores da sua personalidade, os grandes documentos da Igreja, as encíclicas que interpretaram e que traçaram rumos para os desencontros da sociedade. V. Ex^a exalta com muita razão a força moral, a força espiritual de Sua Santidade o Papa João Paulo II, e traçou tópicos da sua primeira visita ao nosso País. V. Ex^a enfatiza, e aí com muito maior destaque, as dificuldades e agruras que se acentuaram para o nosso povo ao longo destes últimos anos. Gostaria de acrescentar ao magnífico pronunciamento de V. Ex^a a preocupação que está dominando vários setores da sociedade brasileira com esse gasto, com essa verdadeira fortuna que alguns governos estão investindo para tirar dividendos políticos da visita do Papa. Os números que estão sendo anunciados são tão alarmantes, são tão exagerados que eu quero me convencer de que não são verdadeiros. Não é possível que se gastem bilhões e bilhões de cruzeiros para oferecer uma recepção. Isso, inclusive, está deixando a visita do Papa desgastada. Sua Santidade está sendo mais uma vítima dessas distorções do mau emprego do dinheiro público no Brasil. Então, é muito conveniente que chamemos a atenção dos organizadores da visita de Sua Santidade ao nosso País, para que não deixem o Papa em situação desconfortável perante milhões de pessoas, no Brasil, que estão morrendo de fome. Os números são verdadeiramente impressionantes! Em céu, tenho o cuidado de acrescentar, são tão exagerados que me recuso a crer que sejam verdadeiros. O Papa vai visitar uma das áreas mais pobres de Maceió, lá no Vergel do Lago, onde gastaram mais de 4 bilhões de cruzeiros para a recepção. Enquanto isso, milhares e milhares de pessoas estão passando fome na periferia da cidade de Maceió. Isso também está acontecendo em todas as capitais do Brasil. Aqui mesmo, no Distrito Federal, estão gastando mais de 200 mil dólares só nesse altar que foi construído aqui em frente ao Congresso Nacional. Então, é conveniente que alertemos as autoridades da Igreja, que estão organizando a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II, para essa distorção entre uma fortuna que está sendo gasta em recepções e a miséria que o povo brasileiro está atravessando.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^a pela gentileza do aparte.

V. Ex^a diz que acredita que o Papa não tem conhecimento desses casos. Afirmando-lhe que tenho convicção absoluta de que Sua Santidade não tem conhecimento. Esses preparativos feitos pelas autoridades do País visitado são normais. Não cabe ao Papa qualquer preocupação no sentido de que essas coisas sejam feitas.

Repare V. Ex^a que a visita do Papa às várias cidades são todas absolutamente singelas. A única solenidade a que Sua Santidade comparece em cada uma dessas cidades é exata-

mente uma missa campal, onde — isso eu sei, porque estava no Rio Grande do Sul a última vez em que o Papa nos visitou — a coisa que se pede é que seja um lugar o mais amplo possível, para que o maior número de pessoas possa assistir. Daí, efetuar gastos elevados, fazer estrado de madeira, para que apenas algumas pessoas o utilizem, é algo absolutamente da responsabilidade das pessoas encarregadas, as autoridades locais.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Pedro Simon, em momento algum tenho dúvida de que o Papa tenha total desconhecimento. O que desejo é que as autoridades da Igreja, no Brasil, os bispos das diversas dioceses que Sua Santidade vai visitar, que têm conhecimento, porque os jornais estão dizendo a toda hora, a todo instante, comuniquem ao Papa a fim de que Sua Santidade denuncie essas distorções.

O SR. PEDRO SIMON — Concordo plenamente com V. Ex^a. É quase uma agressão à vinda do Papa esse tipo de gasto absolutamente fora da realidade e absolutamente desnecessário.

Acredito que não há lógica para isso. Pelo que sei, há um certo lugar em que o Papa, inclusive, estaria disposto a mudar o roteiro e não subir no palanque, com o qual se teria gasto uma fortuna enorme, porque isso não faz parte do espírito do seu trabalho.

O Sr. Esperidião Amin — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Pedro Simon, associe-me às palavras do nobre Senador Divaldo Suruagy para me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a, principalmente pelo sentido que ele tem na abordagem do papel da Igreja, naquilo que a Igreja tem não apenas de eterno, como fé, como instituição criada por Jesus Cristo, mas também pelo papel que, no campo social, as advertências contidas nas encíclicas, principalmente a partir da *Rerum Novarum*, têm significado para a sociedade organizada, para os grupos dominantes. E quero me perfilar ao seu lado, desde já, elogiando o sentido dos pronunciamentos que o Papa João Paulo II vai dar na advertência ao capitalismo, porque, com a derrocada dos Estados socialistas, está na moda dizer-se que o capitalismo é o modelo perfeito. E isso não é verdade!

O SR. PEDRO SIMON — É o vitorioso!

O Sr. Esperidião Amin — É o vitorioso! É o único! Isso não é verdade! É muito importante que o Papa, neste momento de euforia dos liberais, dos neoliberais, dos pós-liberais etc., coloque o dedo na ferida das profundas injustiças que, principalmente no campo social, o capitalismo não encarou, não superou, nem nos Estados Unidos, nem mesmo nos países europeus de economia mais liberalizada. É muito importante que isso aconteça. Por isso, eu, como católico, apostólico romano, que sou, e como político também, saúdo e respeito esse papel temporal da Igreja. Por esta razão, quero congratular-me com o pronunciamento profundo que V. Ex^a faz, na análise desses documentos que têm marcado a posição da Igreja. Finalmente, gostaria de fazer um rápido comentário sobre as questões suscitadas no campo dessas despesas que estão sendo realizadas; suscitadas, principalmente, pelo Senador Divaldo Suruagy. Entendo e não tenho dúvida de que o Papa não tem nada a ver com alguns excessos de despesas, mas, como católico que sou, lamento, sinceramente, a postura

dos governantes que queiram, até com algum excesso, receber bem e por isso providenciar despesas que são incompatíveis com o momento que estamos vivendo, e deploro, sinceramente, que a minha Igreja, a Igreja Católica Apostólica Romana, através da sua hierarquia, não tenha tomado uma atitude, que seria saudável, que seria cristã, de proibir essas despesas, nas missões precursoras que foram estabelecidas. E não foram poucas, foram muitas as delegações precursoras que a cidade do Brasil! Sei disso porque acho que o trabalho mais importante que o Papa vai fazer, do ponto de vista religioso, vai ser a beatificação de Madre Paulina, no meu estado. Portanto, deixo aqui consignado que não estou apelando, não estou inquinando, não estou condenando a Igreja, mas deploro que a hierarquia da Igreja não tenha proibido essas despesas. Era essa a observação que queria fazer, além de congratular-me com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço muito a V. Ex^a pelo oportuno aparte, que honrou o meu pronunciamento.

Continuando, Sr. Presidente.

Em onze anos, muita coisa mudou. O regime é outro. O Governo é outro. A Constituição é outra. Mas o povo é o mesmo. Só que mais pobre e, lamentavelmente, menos esperançoso.

Com certeza, ao beijar o chão brasileiro pela segunda vez, João Paulo II entrará em contato com uma realidade social mais preocupante que aquela de 1980: o desemprego aumentou na mesma proporção que o poder de compra dos assalariados foi reduzido; a reforma agrária continua uma desafio, embora, de lá para cá, cerca de cinco mil assassinatos tenham sido perpetrados em decorrência da permanente luta pela terra; todos os dias, centenas de pessoas morrem em consequência de doenças provocadas pela fome e pela desnutrição; por outro lado, em algumas regiões, como no Nordeste, as pesquisas revelam que os brasileiros sofreram uma queda média de até vinte e dois pontos, em relação ao normal cientificamente adotado para a aferição do quociente de inteligência; essas mesmas pesquisas revelam, ainda, que a estatura média do brasileiro está diminuindo, já tendo sido constatado nos sertões nordestinos a redução de até dezenove centímetros na altura e de oito por cento na circunferência craniana; além disso, doenças como o tracoma, a febre purpúrica, a hanseníase, o dengue, a esquistossomose, a febre amarela e a tuberculose, típicas de sociedades sem um adequado controle sanitário, fazem vítimas em todas as faixas etárias; mais que em 1980, nos afligem os déficits habitacional, escolar e hospitalar.

Apesar da nova Constituição assegurar direitos aos idosos, às mulheres, aos portadores de deficiência física, às crianças e aos índios, nunca, nem mesmo durante a escravidão, a discriminação atingiu a tantos e de forma tão violenta.

Talvez, por isso, o Brasil que o Papa vai encontrar é um País embruteado pela violência urbana e rural, pela ação nefasta dos traficantes de drogas, pela onda de seqüestros, pela crescente audácia dos marginais comuns, pela organização e força dos grupos de extermínio e, também, pela deficiência, quando não pelo comprometimento, do próprio aparelho policial.

Infelizmente, também no plano econômico é patente a involução: nossa dívida externa aumentou, nossas transferências de divisas prosseguem, nosso PIB não sai do crescimento zero, a recessão aprofunda o desemprego e a inflação derruba o poder de compra dos salários na mesma proporção em que incentiva a especulação financeira e desvia capitais dos setores produtivos.

Todavia, na esfera política, inegavelmente, vivemos um raro momento de afirmação das nossas frágeis instituições. A democracia é um fato. Num clima de liberdade, debatemos nossas idéias, confrontamos nossas divergências e buscamos, com os tropeços e dificuldades próprios do processo, o norte das tantas aspirações que nos motivam a todos na busca de um destino de paz e de prosperidade.

Mas, ao ilustre visitante nem as coisas boas nem as más hão de se constituir em surpresas ou novidades. Caminho apostólico, como ninguém, conhece ele as diferentes realidades de um mundo marcado por transformações tão radicais quanto rápidas. Aliás, a maior demonstração desse conhecimento ele nos proporcionou com a edição da Encíclica *Centesimus Annus*, comemorativa do centenário da *Rerum Novarum*.

Ao propor uma "releitura" da Encíclica Leonina, João Paulo II, além do "olhar para trás", nos convida a "olhar ao redor para as coisas novas". Mais que o simples convite, nesse documento festejado como um dos mais bem elaborados pelo Vaticano, o Papa nos diz:

"O progresso não deve ser entendido de modo exclusivamente econômico, mas num sentido integralmente humano. Não se trata apenas de elevar todos os povos ao nível que hoje gozam somente os países mais ricos, mas de construir no trabalho solidário uma vida mais digna, fazer crescer efetivamente a dignidade e a criatividade de cada pessoa.

(...) Se outrora o fator decisivo da produção era a terra e mais tarde o capital, visto como o conjunto de maquinaria e de bens instrumentais, hoje o fator decisivo é cada vez mais o próprio homem, isto é, a sua capacidade de conhecimento que se revela no saber científico, a sua capacidade de organização solidária, a sua capacidade de intuir e satisfazer a necessidade do outro.

(...) Hoje, muitos homens, talvez a maioria, não dispõem de instrumentos que consintam entrar, de modo efetivo e humanamente digno, em um sistema de empresa no qual o trabalho ocupe uma posição verdadeiramente central. Não têm a possibilidade de adquirir os conhecimentos de base que permitam exprimir a sua criatividade e desenvolver as suas potencialidades, nem de penetrar na rede de conhecimentos e intercomunicações, que lhes consentiria ver apreciadas e utilizadas as suas qualidades. Em suma, eles, se não são propriamente explorados vêem-se amplamente marginalizados. (...) Muitos outros, embora não estando totalmente marginalizados, vivem inseridos em ambientes onde a luta pelo necessário é absolutamente primária, e vigoram ainda as regras do capitalismo original, na "crueldade" de uma situação que nada fica a dever à dos momentos mais difíceis da primeira fase da industrialização. Noutros casos, a terra é ainda o elemento central do processo econômico, e aqueles que a cultivam, excluídos da sua posse, estão reduzidos a condições de semi-escravatura. (...)

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, com certeza, o Karol Wojtyła de hoje também não é o mesmo. Natural de um país, cujo povo praticamente desencadeou o movimento transformador do final da década passada, há de carregar consigo, enquanto homem e cidadão, o orgulho de ser parte de uma

nação que fez da solidariedade a principal arma na reconquista da sua própria liberdade.

Do mesmo modo, o Papa, na condição de pregador da mensagem cristã, tem dado provas de profunda afinidade com a dinâmica reformadora deste fim de século. Tanto assim é que, na sua Encíclica *Centesimus Annus*, surpreendeu o chamado clero conservador ao incorporar à doutrina social da Igreja expressões tidas como mais próprias do linguajar progressista.

Por isso, ao concluir, quero ressaltar a minha alegria pela augusta presença desse viajero da fé, da paz e da esperança. Da fé que nos anima a todos e que levará, para as ruas, por onde passar, milhões de criaturas em busca do lenitivo da sua força espiritual. Da paz, buscada por ele e almejada por cada um de nós, no seu sentido mais amplo — da ausência de guerras, da inexistência de violências e do fim das explorações sociais, isto é, da suprema concórdia e harmonia entre as pessoas e os povos. Por fim, da esperança, essa força propulsora do sentimento humano em sua incansável e eterna perseguição dos próprios objetivos e sonhos.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

Sr. Presidente, gostaria de estender o meu cumprimento ao nobre Senador Pedro Simon pela brilhante análise à luz da história das palavras do Papa João Paulo II e, em especial, da sua vinda a este País proximoamente. Também quero juntar-me às suas esperanças de que a vinda do Papa que, se em 1980, fez com que ressoassem nas praças públicas a palavra "liberdade", "liberdade", "liberdade", sejam agora colocadas naquilo que mais se faz necessário no Brasil, "justiça", "justiça", "justiça", crescimento sim, desenvolvimento sim, mas em direção à paz, desde que seja realizada a justiça. Meus cumprimentos ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Suplicy. Creio que V. Ex^a coloca bem a questão. Na sua vinda, há 11 anos, o povo o saudava clamando por liberdade. E, graças a Deus, veio a liberdade. Somos obrigado a reconhecer, à margem de qualquer análise, que, dificilmente na História deste País, tenhamos tido momentos de tanta liberdade como o que estamos vivendo. O Parlamento funciona, a Justiça funciona, os sindicatos funcionam, os partidos funcionam, a imprensa funciona, a manifestação do pensamento é livre e absoluta. Talvez, pela falta de experiência de vivermos em liberdade, estamos meio tontos em busca do que fazer com ela. Porque não adianta ser livre, tem que ser livre em busca de um objetivo, no conjunto de organização da sociedade. Mas, justiça seja feita. Na vinda do Papa, o que mais se clamava era a aspiração da liberdade e a liberdade veio. E vieram as eleições, elegeram-se governadores, elegeram-se o Presidente da República e organizaram-se os partidos políticos, na mais ampla liberdade.

Tem razão V. Ex^a

Creio que Sua Santidade, o Papa, andando pelos vários caminhos deste País encontrará o clamor de justiça.

Lamentavelmente, neste pronunciamento que faço digo que as cores não são mais bonitas do que quando estive aqui Sua Santidade há 11 anos. Pelo contrário, sente-se mais miséria, mais injustiça, mais desconsolo, eu diria, até, mais desesperança.

Não estou sendo derrotista, nem estou fazendo um pronunciamento próprio de um homem de oposição.

Digo mais, desesperança porque quando Sua Santidade esteve aqui há 11 anos havia um tom de esperança, havia uma expectativa de liberdade, sentindo-se que aqueles governos militares estavam chegando ao seu final, havendo uma expectativa de que as mudanças viriam.

A anistia já havia sido concedida, já se estava na espera da mudança do contexto social, havia uma expectativa de que, com aquilo, mudaria a organização da sociedade.

Havia a expectativa de uma eleição direta para Presidente da República, e, inclusive, nós fomos eleitos, e elegemos pelo voto direto o Presidente da República, deixando para a História os regimes militares. E veio a Nova República, e veio essa nova realidade. Havia a expectativa de que a economia deste País haveria de mudar e entraria um pouco mais de alimento, de justiça social, nos lares de milhões de trabalhadores.

Lamentavelmente, não só essa situação piorou: a injustiça é maior, a miséria é maior, a fome é maior, o desemprego é maior, mas não há a esperança que havia antes, porque agora não é nem a eleição, não é a democracia, não é a mudança dos nomes nem das lideranças. Na verdade, há, hoje, uma angústia, repito eu.

Qual será o modelo, qual será a saída, qual será a fórmula, com quem, com que forma, com que idéia vamos chegar lá?

Que bom que, como diz V. Ex^a, nessa pregação, na passagem de Sua Santidade, clamando por justiça, daqui a 11 anos possamos dizer que também isso foi conseguido.

Muito obrigado.

O Sr. Maurício Corrêa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço o aparte do nobre Senador Maurício Corrêa.

O Sr. Maurício Corrêa — Senador Pedro Simon, antes de V. Ex^a descer da tribuna, gostaria apenas de dizer que lamentavelmente não pude ouvir todo o discurso de V. Ex^a. Do que me foi possível observar, na sua conclusão, posso dizer que V. Ex^a aborda uma questão de extrema importância, que é a visita do Papa novamente ao nosso País. Se examinarmos a História das origens do cristianismo quem leu, e lê Ernest Renan sabe perfeitamente disso — grande clássico que serviu de elemento cultural, formador até de uma consciência no início da construção da república brasileira —, há de convir que o cristianismo, ao sair da Palestina e chegar a Roma, teve como base essencial exatamente a penetração nas classes miseráveis, junto aos escravos, aos servos, às prostitutas, aos abandonados, aos condenados. Essa foi sempre a filosofia inicial da formação cristã, católica eu diria, na implantação do cristianismo pelo mundo; depois ele se estendeu, sobretudo com Constantino, ao longo da caminhada do Império Romano; cresceu, fortaleceu-se, e vieram depois as cisões. V. Ex^a faz uma abordagem de extrema importância, que é a preocupação da Igreja com os menos afortunados, com os abandonados, com a falta de justiça, com a iniquidade existente, e me pergunto se aqui, no Brasil, no plano geral político, ocorre aquilo que é o fundamento da tese, o núcleo fundamental do Cristianismo, que é o ensinamento de Cristo. “Dou-vos um mandamento novo: Que vos ameis uns aos outros como eu vos amei, para que vós, também, mutuamente vos ameis”. E o que acontece no Brasil é uma disparidade louca, algo difícil de se compreender: salário mínimo ínfimo, uma renda para a comunidade trabalhadora insuficiente para sua própria manutenção. De sorte que, a vinda do Papa se insere num momento difícil para nós, mas servirá, sem dúvida, para

um alerta às autoridades, à comunidade política, sobre as desigualdades, as injustiças sociais existentes no Brasil. Cumprimento V. Ex^a, pela oportunidade de ter feito referências à vinda do Papa, e o significado que sua mensagem, seguramente, vai trazer neste instante de profundas injustiças e de desigualdades sociais.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço ao nobre Líder Maurício Corrêa, a profundidade desse aparte ao meu pronunciamento.

Na verdade, V. Ex^a com muita singeleza, aborda aquilo que, de certa forma, vemos em todos os Evangelhos. Todos os preceitos, todas as normas, tudo o que se quer, todas as regras, todos os mandamentos pode se deixar de lado se cada cidadão amar o seu próximo como a si mesmo.

Se analisarmos o que foi dito por V. Ex^a, na singeleza desse aparte, estaria conseguida a felicidade na História da Humanidade.

Se nós nos respeitássemos reciprocamente, nós, neste Senado, nós na sociedade, nós no mundo, a nível de nação e a nível de cidadão, não seriam necessárias as regras, os preceitos, os exércitos, a força, as leis, nem tudo que está aí. Leva-se a vida inteira em busca das regras da convivência, das normas da convivência das leis da convivência e, na verdade, ela é muito singela. Vamos fazer ao outro aquilo que queremos fazer para nós; vamos tratar os nossos semelhantes da maneira como gostaríamos que eles nos tratassem. É claro que não é tão fácil. Mas a singeleza desse pronunciamento, nesse princípio apresentado por V. Ex^a estaria todo o segredo da convivência da Humanidade.

Agradeço a V. Ex^a pela gentileza dos apartes e ao Sr. Presidente pela tolerância.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy, para breve comunicação.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PFL — AL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, preocupado com o silêncio com que têm sido recebidas as constantes denúncias formuladas por dois dos mais conceituados jornais do Brasil, **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, a respeito do escândalo da compra de uma chácara aqui em Brasília, avaliada em mais de 300 milhões de cruzeiros e registrada nos cartórios locais por menos de 1/10 desse valor, envolvendo pessoas da maior intimidade do Governo, estou encaminhando ao Presidente da República uma carta que leio, juntamente com as reportagens, para constar dos Anais do Senado da República.

“Brasília, 9 de outubro de 1991

Excelentíssimo Senhor
Doutor Fernando Collor de Mello
Digníssimo Presidente da
República Federativa do Brasil

Senhor Presidente:

Convencido de que Vossa Excelência pretende realmente mandar apurar a veracidade das denúncias formuladas pela imprensa a respeito do enriquecimento ilícito dos seus auxiliares, estou encaminhando, em anexo, reportagens publicadas em **O Estado de S. Paulo** e na **Folha de S. Paulo**, dois dos mais importantes jornais do País, acerca da compra de uma chácara em Brasília.

Acrescento que, pelas informações que possuo, o Deputado Cleto Falcão, em momento algum, comprou aludido imóvel. Na verdade, ele está sendo uma vítima em toda essa estória.

Cordialmente, — Divaldo Suruagy, Senador.”

“PORTA-VOZ GANHA CHÁCARA POR PROCURAÇÃO

Líder do PRN na Câmara cede todos os Direitos de sua propriedade para Cláudio Humberto

Brasília — uma procuração passada pelo Líder do PRN na Câmara dos Deputados, Cleto Falcão (AL), e por sua mulher, Ana Cristina Maia Barbosa Falcão de Alencar — registrada, em 28 de junho, na folha 41 do Livro 1.427 do Cartório do 1º Ofício de Notas de Brasília —, confere amplos, gerais e irrestritos poderes ao porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto de Oliveira Rosa e Silva, sobre uma chácara situada no número 35 da QI 15 do Lago Sul, bairro nobre de Brasília. A chácara, segundo corretores de imóveis consultados pelo Estado, valeria cerca de US\$ 640 mil (Cr\$ 248,8 milhões, no câmbio paralelo). De acordo com o documento, Cláudio Humberto pode até dar a casa de presente a qualquer pessoa.

Segundo o porta-voz, a procuração resultou de um negócio, não concretizado, com o qual ele trocaria uma casa no bairro do Farol, em Maceió, pela chácara de Cleto Falcão, a quem também teria passado procuração conferindo poderes para vender seu imóvel na capital alagoana. Cláudio Humberto informou ontem que o imóvel não teve o preço avaliado. O porta-voz afirma que o negócio lhe foi proposto pelo Líder do PRN, seu amigo há 30 anos. “Ele me dizia que eu sempre morei bem e estava incomodado com a o fato de eu estar vivendo agora num apartamento funcional”, contou.

A barganha, conforme Cláudio Humberto, não se consumou porque sua casa em Maceió, adquirida pelo Sistema Financeiro de Habitação, tem um saldo devedor, enquanto o imóvel de Cleto Falcão já está quitado. O Líder do PRN confirmou ter passado a procuração a Cláudio Humberto, na expectativa da troca da chácara pela casa em Maceió; ele garante não se lembrar, contudo, de ter recebido também uma procuração. “Meu secretário particular é quem cuida desses assuntos”, alegou o deputado, tentando explicar o não cancelamento da procuração, embora a transação tenha ocorrido.

“O meu relacionamento com o Cláudio Humberto é marcado pela confiança mútua, somos como irmãos”, argumentou Cleto. “Ele jamais venderia ou cederia a casa sem o meu conhecimento”. O teor da procuração sugere que a confiança é efetivamente ilimitada: com tal instrumento jurídico, o porta-voz tem poderes para “vender, prometer vender, ceder, permutar, hipotecar, transferir a quem lhe convier, pelo preço e condições que ajustar” a chácara que oficialmente pertence a Cleto. “Vou cancelá-la”, disse ontem Cláudio Humberto, ao ser procurado pelo Estado. “Eu não quero mais o negócio, prefiro ficar apertado do que passar por aborrecimentos”.

Embora o negócio, segundo Cláudio Humberto, tenha se limitado à troca de procurações, o tabelião-substituto do Cartório do 3º Ofício de Notas de Brasília, Arismaldo Silva, recorda que, há cerca de dois meses, na mesma ocasião em

que Cleto passou a procuração vinculada à chácara no Lago Sul, uma pessoa o procurou para lavrar uma escritura de um imóvel na Capital Federal, em nome do porta-voz. Como a documentação estava incompleta e seu interlocutor reivindicava a aprovação da escritura no mesmo dia, às 20 horas, o tabelião recusou-se a lavrar o documento. Diante da recusa, segundo Arismaldo, o representante de Cláudio Humberto avisou que levaria a documentação para o Cartório do 1º Ofício de Notas.

Para o Senador Divaldo Suruagy (PMDB — AL), que há cerca de dois meses publicou uma série de cartas abertas ao presidente, acusando assessores de Collor de enriquecimento ilícito, a procuração de Cleto Falcão para Cláudio Humberto é uma comprovação das suas denúncias. Numa das cartas, sem mencionar expressamente o porta-voz, o Senador o acusava de ter comprado uma chácara no Lago Sul recorrendo ao nome de terceiros. Na ocasião, o porta-voz rebateu as acusações de Suruagy e negou ser proprietário de qualquer chácara em Brasília. “Por que essa procuração?”, pergunta Suruagy. “Ela só se justificaria se o Cleto estivesse morando no exterior”.

“INVESTIMENTO E ARREPENDIMENTO

Brasília — O Deputado Cleto Falcão afirma que a compra da chácara 35 da QI 15 do Lago Sul foi um investimento. Segundo o líder do PRN na Câmara, o imóvel foi comprado por Cr\$ 30 milhões, há cerca de quatro meses, de um argentino, Ricardo Antonio Sanchez Zelaschi, que estava deixando o Brasil. Cleto garante que jamais cogitou de morar na chácara. Ele também é dono de uma casa em Brasília, situada na QL 10 do Lago Norte, comprada igualmente neste ano. A casa do Lago Norte é mais próxima da Casa da Dinda e costuma ser freqüentada pelo Presidente Fernando Collor nos fins de semana. O visitante faz a bordo de uma lancha o percurso entre a Casa da Dinda e a residência do amigo, provida de um pequeno cais.

Cleto disse que, depois de fechado o negócio, arrependeu-se da compra e resolveu se desfazer da chácara. Então, teria proposto a Cláudio Humberto barganhá-la por uma casa em Maceió, pertencente ao porta-voz. Atualmente, a chácara, dotada de piscina e quadra de tênis, passa por uma reforma geral. Ontem, a casa estava com as paredes em escombros e parcialmente destelhada.

Ela é guardada por um caseiro e, por enquanto, não tem moradores. A reforma, segundo o Líder do PRN, destina-se a valorizá-la no mercado imobiliário. Cleto informou que, se a transação com o porta-voz se consumasse, venderia a casa no bairro do Farol. “Eu já sou proprietário de três apartamentos em Maceió”, informou o Deputado. “Estou mais interessado em receber o dinheiro”.

Segundo Cláudio Humberto, se o negócio fosse concretizado, ele, provavelmente, teria também de dar dinheiro ao líder do PRN. A casa em Maceió, embora seja, de acordo com o porta-voz, mais espaçosa e maior em área construída do que a residência da chácara que pretendia adquirir, está situada num terreno menor e menos valorizado. Cláudio Humberto afirmou ter-se interessado pela proposta de Cleto Falcão porque deseja fixar residência na capital federal. “Há três anos não vou a Maceió”, explicou Cláudio Humberto. Na casa do bairro do Farol, considerado de classe média, mora atualmente uma irmã do porta-voz. — Guilherme Evelin.

CARTÓRIOS DESMENTEM VERSÃO DE PORTA-VOZ

Tabeliães de Maceió não têm registro de procuração que Cláudio Humberto diz ter assinado

Uma visita aos três cartórios de Maceió virtualmente desmonta a versão apresentada pelo Deputado Cleto Falcão (PRN — AL) e pelo porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, para a troca de procuração de uma chácara em Brasília, no número 35 da QI 15, no Lago Sul. Reportagem publicada pelo *Estado*, domingo passado, mostra que o parlamentar assinou documento conferindo ao porta-voz amplos poderes sobre a chácara, conforme registro firmado na folha 41 do livro 1.427 do Cartório do 1º Ofício de Notas do Distrito Federal, no dia 28 de junho. Tanto Cleto Falcão quanto Cláudio Humberto alegaram, na ocasião, que a procuração resultou em uma troca: o porta-voz ficaria com a chácara e passaria ao parlamentar outro documento, cedendo iguais direitos sobre uma residência que possui no bairro do Farol, em Maceió.

Os tabeliães dos cartórios de Maceió, procurados pelo *Estado*, disseram não ter registrado procuração assinada por Cláudio Humberto cedendo a residência da Rua Maçaranhuda, 220, no bairro do Farol, para Cleto Falcão. No 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis de Maceió, a casa, com 217,4 metros quadrados de área construída, aparece em nome de Cláudio Humberto e Tais Braga de Vasconcelos, sua segunda mulher, e está hipotecada à Produban Crédito Imobiliário S.A. O registro do imóvel foi lavrado no dia 1º de novembro de 1988, quando o porta-voz ocupava a Secretaria de Comunicação na administração do então governador Fernando Collor.

AVALIAÇÕES

Cláudio Humberto alegou, na reportagem de domingo passado, que a barganha não se concretizou porque a casa dele estava hipotecada e valia menos do que a chácara. A pedido do *Estado*, corretores de imóveis do Jardim do Horto — condomínio em que fica a casa de Cláudio Humberto — avaliaram em Cr\$ 30 milhões o imóvel do porta-voz. Cleto Falcão alegou ter pago Cr\$ 30 milhões pela chácara de Brasília — o imóvel foi avaliado em Cr\$ 284,8 milhões. Desta forma, como o negócio foi proposto por Cleto para ajudar o amigo, Cláudio Humberto se quitasse e vendesse a casa de Maceió poderia pagar para Cleto o que ele gastou na compra da chácara. O parlamentar apenas deixaria de lucrar com a transação.

Cláudio Humberto não passou a procuração de sua casa para Cleto. Assim mesmo, o deputado manteve o documento, cedendo o poder sobre o uso, venda, troca da chácara para o porta-voz que, na segunda-feira, em carta ao *Estado*, comunicou tê-lo cancelado. O advogado Paulo Orozimbo da Silva Neves, com base no artigo 1.317 do Código Civil Brasileiro, afirmou que o documento é irrevogável, termo que consta da procuração registrada no cartório do Distrito Federal. Isso significa, na interpretação do advogado, que Cláudio Humberto é, agora, o proprietário do imóvel, pois a legislação brasileira não prevê o cancelamento de procuração como a assinada por Cleto.

Na reportagem de domingo passado, Cleto Falcão disse que sua intenção era vender a casa de Cláudio Humberto em Maceió, caso o negócio se concretizasse, porque já possuía três apartamentos na cidade. Na segunda-feira, o parlamentar informou que se desfez de uma casa, seis terrenos, um galpão e um apartamento, todos em Maceió, para adquirir a chácara

e a residência onde mora atualmente, em Brasília. Nos três cartórios de Maceió, não consta nenhum imóvel em nome de William Cleto Falcão de Alencar. Se ainda possui três apartamentos na cidade, os imóveis não estão em seu nome.

TRINTA ANOS DE AMIZADE

O porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, credita aos "30 anos de amizade" o fato de o Deputado Cleto Falcão ter dado a ele uma chácara com piscina e quadra de tênis avaliada em Cr\$284,8 milhões em Brasília, em troca de outra, com três quartos (uma suíte), avaliada em Cr\$ 39 milhões. Anivaldo Miranda, jornalista em Maceió, ex-militante do PMDB e um dos fundadores do PSB junto com Cláudio Humberto, garante que a intimidade de 30 anos nunca existiu entre o porta-voz e o líder do PRN na Câmara.

Em 1982, lembra o jornalista, Cleto Falcão era candidato a deputado estadual pelo PMDB alagoano. "O Cláudio Humberto não o suportava e, numa ocasião, durante a campanha, o expulsou, aos gritos, do comitê, chamando-o de insignificante". O Senador Divaldo Suruagy (PMDB — AL) recordou outra desavença entre os dois, no mesmo período. Segundo o senador, Cleto, irritado com as "infâmias" que Cláudio Humberto escrevia contra ele no jornal *Tribuna de Alagoas*, teria invadido a redação, de revólver em punho, ameaçando matar o atual porta-voz. — Colaborou: Ana Maria Tahan

IMÓVEIS FAZEM PATRIMÔNIO

DE Cr\$ 80 MILHÕES

Um total de Cr\$80 milhões: é o que vale o patrimônio do porta-voz Cláudio Humberto Rosa e Silva, anotado no Cartório de Registro Geral de Imóveis de Maceió, segundo avaliação de corretores da capital de Alagoas. Ora identificado como jornalista, ora como funcionário público estadual nas escrituras lavradas, Cláudio Humberto é dono, além da casa do bairro do Farol, de outra residência, no conjunto residencial Jacarecica II, com 95,56 metros quadrados de área construída, avaliada em Cr\$10 milhões, e registrada em nome dele e de sua primeira mulher, Maria Crisales Lima Rezende.

O porta-voz, também junto com a primeira mulher, é proprietário de um apartamento, no 8º andar do Edifício Costa Brava, no Parque Jatiúca. Com valor mínimo de Cr\$20 milhões no mercado imobiliário alagoano, o apartamento tem três quartos (uma suíte), três varandas e área total de 110 metros quadrados. Em seu nome, Cláudio Humberto tem ainda dois terrenos no Jardim Petrópolis, no bairro do Farol, em Maceió, cada um deles estimado em Cr\$5 milhões.

A avaliação dos imóveis de Cláudio Humberto se aproxima da quantia — Cr\$86 milhões — que o Deputado Cleto Falcão diz ter levantado com a venda de alguns de seus bens em Maceió (veja reportagem acima). "Se os dois têm o mesmo patrimônio, por que um precisou da ajuda do outro para comprar uma chácara em Brasília?", perguntou o Senador Divaldo Suruagy (PMDB — AL), na sexta-feira.

A residência do bairro do Farol, que Cláudio Humberto queria trocar pela chácara de Cleto Falcão, é ocupada hoje pela irmã do porta-voz, Eliane Rosa e Silva. Com três quartos, uma suíte, duas salas, um gabinete, garagem, dependências de empregada, área de serviço e quintal, a casa é considerada de padrão médio no Condomínio Jardim do Horto. Hipotecada ao Banco do Estado de Alagoas (Produban), sobre o imóvel pesa ainda um débito estimado de Cr\$ 15 milhões. Cláudio Humberto ocupou esta casa no final do primeiro ano do governo de Fernando Collor em Alagoas, junto com a segunda mulher, Tais Braga de Vasconcelos.

Até dezembro de 1987, Cláudio Humberto morava numa casa simples, construída num terreno de 450 metros quadrados, no Jardim Petrópolis. Este imóvel foi vendido no final daquele ano, segundo contou o porta-voz algum tempo depois, para financiar uma viagem de Tais à China. Cláudio Humberto ia àquele país na companhia do então governador Collor e queria que a mulher o acompanhasse. Foi nessa viagem que nasceu a idéia da candidatura de Fernando Collor à Presidência da República, durante um jantar no restaurante "O Pato Laqueado", em Xangai. — Colaborou Stefani Lins.

"CLÁUDIO HUMBERTO NÃO ESCLARECE SUSPEITAS"

A peça publicitária divulgada domingo pelo porta-voz Cláudio Humberto Rosa e Silva não esclarece as suspeitas que envolvem 28 casos arrolados pelo Estado na edição do dia 15, todos ocorridos nos primeiros 18 meses do governo Fernando Collor. A lista foi montada a partir de consultas a reportagens publicadas pela imprensa, amplamente documentadas. No anúncio, Cláudio Humberto alegou que "às vítimas da reportagem não foi oferecida previamente a elementar possibilidade de oferecer sua versão e apresentar defesa". Não é verdade: em todos os casos, levou-se em conta a versão dos envolvidos. Já a peça publicitária de Cláudio Humberto omite alguns dados relevantes pelo menos em 12 episódios:

1. **SOS/Rodovias** — Para Cláudio Humberto, a revogação do decreto que dispensava a licitação na contratação de empreiteiras para a recuperação de 15 mil quilômetros de estradas federais evita a "suspeita de atos irregulares imaginados por este jornal". Não é o que pensa, por exemplo, o Ministro Luciano Brandão, do Tribunal de Contas da União. Em relatório divulgado em abril, o ministro apontou a existência de irregularidades no programa, pois a maior parte das empresas responsáveis pelas obras "continuou sendo contratada sem licitação". O ministro também sustentou que houve "desvio de parte dos Cr\$ 12 bilhões destinados à recuperação das estradas".

2. **Publicidade** — O porta-voz erra ao acusar o Estado de levantar suspeitas sobre a contratação, sem licitação, das agências Giovani e Setembro. Foi a Procuradoria-Geral da República que considerou "ilegais, abusivos e imorais" os contratos. O jornal não ignora as concorrências feitas para a contratação de agências este ano. Tal fato foi objeto de reportagens que também registraram a constatação de que a verba publicitária oficial, neste ano, seria quatro vezes maior que no anterior.

3. **Plane** — Cláudio Humberto se limita a defender o empresário Eduardo Cardoso, dono da construtora Plane, que levantou empréstimo de Cr\$ 1 bilhão — 370 milhões à época — na Caixa Econômica Federal, dando como garantia um terreno hipotecado. Uma ação civil pública tramita na Justiça de Goiânia, pedindo a anulação do financiamento. A Polícia Federal investiga o caso. O empreendimento, destinado à construção de apartamentos de luxo na capital goiana, foi vendido por Cardoso para outro amigo de Collor, o empresário Luís Estevão.

4. **VASP** — O porta-voz alega que não houve irregularidades tanto no refinanciamento de uma dívida da empresa com o Banco do Brasil quanto na concessão de empréstimo à companhia por meio da BR-Distribuidora. A Justiça não pensa assim. No caso do refinanciamento, a Justiça Federal em São Paulo determinou à Polícia Federal que investigasse o caso, depois de a Procuradoria-Geral da Justiça considerar ilegal a negociação. No Rio, uma ação popular contesta, na Justiça Federal, o empréstimo feito à empresa pela BR-Distribuidora.

5. **Fraude eleitoral** — Cláudio Humberto considera "hilarante" a inclusão das denúncias de fraude eleitoral, em Alagoas, nas eleições do ano passado, entre as suspeitas vinculadas de alguma forma ao governo federal. Na época, Pompílio Malta, irmão da primeira-dama, Rosane, afirmou em entrevista que sua família controlava a distribuição de tíquetes de leite do Ministério da Ação Social, para favorecer candidatos amigos. A Polícia Federal apreendeu milhares de cestas básicas enviadas pela Legião Brasileira de Assistência em poder de cabos eleitorais de candidatos a deputado e ao governo apoiados pela família Malta. A própria Rosane esteve no Estado às vésperas do segundo turno, distribuindo cestas básicas e pedindo votos para o candidato Geraldo Bulhões, hoje governador de Alagoas.

6. **LBA** — O porta-voz acusa o Estado de prejudicar os casos aparentemente irregulares envolvendo a aquisição de cestas básicas em várias unidades da Federação. O jornal apenas registrou fatos sob investigação do TCU. Foi a Justiça Federal em São Paulo a responsável pelo afastamento de Hercúlio Alcântara, e outros integrantes da LBA paulista, do comando da entidade. Oficialmente, ele foi exonerado do cargo no mesmo dia em que Rosane Collor deixava a presidência da LBA. A Procuradoria-Geral da República, como informou o jornal, investiga ainda a compra sem licitação de alimentos para creches no Rio e o favorecimento de parentes, empresas da família da primeira-dama, desvio de recursos públicos e compra de cestas básicas a preços superfaturados durante a gestão de Rosane Collor na entidade.

7. **INSS** — Cláudio Humberto diz que o jornal foi "pouco honesto" ao atribuir ao atual governo a autoria de fraudes contra a Previdência Social. O Estado não culpou o governo pelas fraudes. Limitou-se a lembrar que elas só vieram a público graças a uma falsa relação de 315 marajás, fornecida pelo INSS em Brasília. Vários jornais tentaram identificar tais marajás. Descobriram que não existiam e, percorrendo as pistas surgidas, chegaram às fraudes. Só então, o governo começou a investigar o caso, hoje nas mãos da Justiça.

8. **Magri** — O porta-voz defende o duplo salário do Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, que entrou na Justiça para reaver o ordenado recebimento como funcionário da ELETROPAULO, do qual deveria abrir mão, segundo a Constituição. Cláudio Humberto deixou de explicar por que o Presidente Collor relevou outras trapalhadas do ministro, como a de usar carro oficial para levar seu cachorro ao veterinário ou passear em Genebra no instante em que deveria estar representando o governo na Conferência da Organização Internacional do Trabalho.

9. **Usineiros** — Cláudio Humberto alega que o governo quer ressarcir os cofres públicos dos créditos concedidos aos usineiros em administrações anteriores ao propor o refinancia-

mento da dívida em prazos variáveis entre 100 meses e 15 anos. O conteúdo da proposta levantou suspeitas na Procuradoria-Geral da República.

10. Festa — O porta-voz sustenta que o governo pagou, rigorosamente dentro da lei, a festa de aniversário da amiga da primeira-dama, Eunícia Guimarães. Permanece sem explicações o fato de Rosane Collor, inicialmente, ter afirmado que pagara as despesas de Cr\$ 5,3 milhões do próprio bolso. Mais: a legalidade do pagamento está subjudice na 7ª Vara da Justiça Federal em Brasília.

11. CIACS — Cláudio Humberto reclama do Estado o nome da fonte que acusou o empresário Paulo César Cavalcante de Farias e seu irmão Luís Romero Farias de pressionar o aumento do custo da construção dos Centros. Em entrevista ao jornal, no domingo, o Ministro da Saúde, Alcení Guerra, confirma a ocorrência das pressões. O porta-voz deveria procurar o ministro e perguntar-lhe quem o pressionou.

12. TCU — O porta-voz afirma que o jornal errou ao noticiar o conteúdo do relatório do Ministro Homero Santos, segundo o qual o governo gastou Cr\$ 1,6 trilhão sem licitação em 1990. O relatório foi aprovado pelo Tribunal e enviado ao Congresso, mas não encerrou o assunto: O TCU está analisando todos os contratos feitos sem licitação no ano passado. Ou seja, as contas foram aprovadas, mas a parcela maior dos gastos governamentais continua sob investigação."

"PREÇO DECLARADO EM CARTÓRIO DARIA APENAS PARA COMPRAR UM APARTAMENTO DE TRÊS QUARTOS"

Brasília — A chácara 35 da QI 15 do Lago Sul, que o Deputado Cleto Falcão (PRN — AL) comprou do argentino Antonio Sanchez Zelaschi e cujos poderes de venda e cessão conferiu, por meio de uma procuração, ao porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, foi subavaliada. A escritura de compra e venda da chácara, registrada no dia 28 de junho nas folhas 19 e 20 do livro 1.652 do cartório do 1º Ofício de Notas do Distrito Federal, confirma que ela foi comprada por Cr\$ 30 milhões, mas corretores de imóveis, ouvidos pelo Estado, afirmam ser muito improvável que o negócio tenha sido feito a esses valores no mês de junho.

"Nem um pai faria um negócio desses com um filho", comentou ontem o corretor de imóveis Geraldo Moraes, da empresa Paulo Octávio Investimentos Imobiliários, de propriedade do Deputado Paulo Octávio (PRN — DF), amigo pessoal do Presidente Fernando Collor, a respeito da compra da chácara. Segundo o corretor, por Cr\$ 30 milhões, em junho, seria possível apenas comprar um apartamento de três quartos, banheiro social, cozinha, área de serviço, banheiro de empregada e vaga na garagem, em construção no Setor Sudoeste — uma nova área de exploração imobiliária da capital federal cujos terrenos são mais baratos que os de outras áreas da cidade —, com entrega prevista para maio de 1992. Talvez desse para comprar um apartamento com suíte, diz Geraldo Moraes, que considerou uma "loucura" alguém vender uma chácara no Lago Sul de Brasília, numa das regiões mais nobres, pelo mesmo preço de um apartamento de cem metros quadrados.

Piscina e Quadra de Tênis

Segundo a escritura obtida pelo Estado, a chácara tem terreno de 8,8 mil metros quadrados e área total construída

de 326,64 metros quadrados, com uma casa residencial e uma casa de caseiro. A casa residencial, que entrou em reformas depois que o argentino Zelaschi a vendeu ao líder do PRN na Câmara, tinha salão, sala de jantar, quatro quartos, sendo uma suíte, banheiro social, cozinha, quarto e banheiro de empregada, área de serviço coberta e descoberta, garagem para três carros, varanda, churrasqueira com banheiro e piscina. A casa de caseiro é constituída de sala, dois quartos, banheiro e cozinha.

A escritura não menciona, mas a propriedade tem também uma quadra de tênis. A chácara foi avaliada por corretores de imóveis em US\$ 640 mil (Cr\$ 280 milhões). Segundo o porta-voz Cláudio Humberto, seria uma "superavaliação". "Só o terreno no setor de chácaras do Lago Sul custa US\$ 300 mil", informou ao Estado o corretor Altino Brandt, da Vera Empreendimentos Imobiliários. Segundo disse Altino, o preço do metro quadrado nessa área custa Cr\$ 150 mil.

Versões Desmentidas

Curiosa e coincidentemente, a escritura de compra e venda da chácara foi registrada no mesmo dia e no mesmo cartório em que o Deputado Cleto Falcão passou a procuração em nome do porta-voz, concedendo poderes absolutos sobre a chácara. Cláudio Humberto, de acordo com o documento, poderia até doar a chácara a alguém, se quisesse. A procuração foi cancelada por Cláudio Humberto, depois de reportagem publicada pelo Estado na edição do dia 1º de setembro, que revelou todo o negócio.

A escritura revela que o pagamento da chácara foi dividido em duas parcelas de Cr\$ 15 milhões, a serem salgadas nos dias 2 de agosto e 2 de setembro. Essa informação desmente a versão dada pelo líder do PRN sobre a compra da chácara depois que veio à tona a operação com o porta-voz. Ele declarara ao Estado ter efetuado o pagamento ao argentino no final de março. Além da chácara na QI 15, Cleto Falcão também possui uma casa com cais no Lago Norte de Brasília.

Os documentos do cartório desmentem outra informação dada por Cleto e Cláudio Humberto: a de que a procuração fora passada para o porta-voz depois que o líder do PRN comprara a chácara e se desinteressara por ela, preferindo morar na sua casa do Lago Norte. Conforme atestam a procuração e o registro, os documentos foram emitidos no mesmo dia. **Guilherme Evelin.**

"COLLOR NÃO PRECISA DE INIMIGOS"

A nova dor de cabeça do Presidente, agora, vem através do Porta-voz Cláudio Humberto Rosa e Silva e do Líder do PRN na Câmara, Cleto Falcão. Documentos mostram que o Deputado realizou, em Brasília, estranhíssimo negócio imobiliário com o Porta-voz. Nenhum corretor de imóveis da cidade acredita que Cleto Falcão tenha comprado o imóvel por preço tão baixo — cerca de dez vezes menos do que seu valor de mercado. E também ninguém entendeu por que o porta-voz obteve procuração para ficar com a propriedade. — **Gilberto Dimenstein**

"REGISTRO AUMENTA SUSPEITA SOBRE CHÁCARA DE CLETO"

O preço pago pelo Deputado Cleto Falcão (PRN — AL) pela casa em que mora na capital federal é mais um indício

de que houve subavaliação no registro do valor de compra da chácara 35 da QI 15 do Lago Sul que ele transferiu, por meio de uma procuração já cancelada, ao porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, em junho. Registro obtido pelo Estado no Cartório do 2º Ofício de Imóveis de Brasília, revela que o Líder do PRN na Câmara comprou sua casa, em abril deste ano, pelo mesmo preço — Cr\$ 30 milhões — que teria pago, quatro meses depois, pela chácara, segundo escritura arquivada em outro cartório da capital federal.

A casa de Cleto, número 19 do conjunto 5 da QL 10 do Lago Norte, ocupa um terreno mais de quatro vezes menor do que a chácara do Lago Sul. Segundo o registro do cartório de imóveis, seu terreno é de 1.875 metros quadrados. A chácara, conforme a escritura de compra e venda, registrada em 28 de junho, no cartório do 1º Ofício de Notas, tem área de 8.800 metros quadrados. Quando foram compradas, tinham áreas construídas semelhantes: a casa 382,5 metros quadrados; a chácara, 326,64.

Corretores de imóveis ouvidos pelo Estado já haviam considerado muito improvável que a chácara no Lago Sul pudesse ter sido comprada pelo Deputado Cleto do seu antigo proprietário, o argentino Ricardo Antônio Sanchez Zelaschi, por apenas Cr\$ 30 milhões — valor que, de acordo com o mercado imobiliário de junho, em Brasília, só poderia comprar um apartamento de três quartos, em construção — com pagamento em duas parcelas, em agosto e setembro. Apenas o terreno da chácara foi avaliado em US\$ 300 mil (cerca de Cr\$ 166,2 milhões, no atual câmbio comercial, e Cr\$ 184 milhões, no paralelo). A casa do Líder do PRN, pelo câmbio paralelo de 30 de abril, data em que foi oficializada a sua escritura de compra e venda, custou cerca de US\$ 100 mil.

Desde a revelação da existência da procuração em que Cleto transferia a chácara para Cláudio Humberto, o argentino Ricardo Zelaschi está fora do Brasil. No escritório da sua empresa, a Construtora Rioplatense, a secretária Alice avisa que ele está em “turnê pela Europa”, sem data de volta prevista. A procuração, cancelada pelo porta-voz, depois de reportagem publicada pelo Estado, seria resultado de uma troca de imóveis entre ele e o Deputado do PRN, não concretizada, proposta por Cleto depois que ele se arrependeu da compra da chácara.

Curiosa e coincidentemente, no entanto, a procuração e a escritura de compra da chácara foram registradas no mesmo cartório e no mesmo dia. Cleto foi procurado ontem pelo Estado, mas, segundo informou sua secretária, ele estava “altamente ocupado” e não poderia atender a reportagem. — **Guilherme Evelin.**

Publicado no O Estado de S. Paulo do dia 10 de outubro de 1991.

Estou encaminhando esta carta ao Presidente da República, anexando todas as reportagens-denúncias de O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Espero que o Presidente Collor de Mello, que está tão ansioso para colocar os corruptos na cadeia, inicie com aqueles auxiliares mais diretos que estão envolvidos, comprovadamente, através de denúncias, com desculpas as mais pueris, a respeito da compra dessa chácara.

Era a comunicação que gostaria de fazer à Casa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, diz o velho e consagrado adágio que “a esperança é a última que morre”; quando se instala o desespero é porque nada mais resta à pessoa ou à sociedade afetada.

Não é de hoje que detectamos sinais desse desespero no organismo social brasileiro. A confiança do povo se foi corroendo à medida que fracassavam as promessas e os ufanismos qcos do tipo “liquidar o tigre da inflação com um único tiro”, aplicação de golpes exóticos de lutas asiáticas, choques e pacotes; o brasileiro está, hoje, sentindo-se derrotado, desanimado, desnordeado — como podemos ver todos que queiramos realmente ver, pois os cegos por conveniência asseguram que tudo vai bem. Talvez acreditando que, ao lançar o País e os compatriotas nas trevas, usarão seu único olho para serem reis.

Otimista às raias do ufanismo, crédulo por vocação, o brasileiro hoje não acredita em coisa alguma; as promessas de soluções milagrosas foram ministradas em doses tão maciças que, falhando, como não poderia deixar de falhar, geraram poderosos e negativos anticorpos na nacionalidade. O “País do Futuro” se converteu na terra da angústia e do desalento, como se pode confirmar pela simples leitura de um jornal, qualquer jornal, ou nos noticiários apresentados, em qualquer horário, pelo rádio e pela televisão.

As pesquisas de opinião não mais têm sido divulgadas e trombeteadas pela propaganda oficial — não porque deixaram de acontecer, mas, certamente, tendo em vista suas conclusões, desfavoráveis.

E quando alguma sondagem idônea é feita pelos órgãos privados de informação, suas imagens são alarmantes. É o caso, por exemplo, da pesquisa efetuada por um instituto de Brasília, o Soma — **Opinião e Mercado**, que o jornal **Correio Braziliense** estampou em sua edição da última quarta-feira, dia 9 de outubro corrente.

Pode-se destacar, preliminarmente, que o aspecto mais grave das conclusões da pesquisa é a conjunção da descrença quanto à atual administração com o próprio futuro do País. As pessoas não apenas perderam a confiança no Governo, mas foram além, desacreditando, também, que o Brasil ainda tenha forças para sair da crise.

É preciso trazer esse relatório do Instituto Soma ao conhecimento e ao debate da Casa, dele extraindo lições valiosas, úteis para a tarefa que não podemos abandonar, a de restabelecer no povo brasileiro a certeza de que o futuro está aqui, que o presente pode ser positivo, que o passado foi ruim, mas nele estão os ensinamentos para a correção dos erros acumulados.

Logo no primeiro ponto, o mais duro golpe às expectativas e às promessas do Governo: 88% das pessoas pesquisadas acreditam que a inflação vai aumentar; 9%, menos desesperados, acham que ela continuará como está; apenas 3% encontram razões para garantir sua queda nos próximos dias.

Em meio à brutal recessão que hoje vivemos, o outro ponto importante é a expectativa quanto ao crescimento da economia. E quase metade dos entrevistados, 43,5%, acha que a situação vai piorar, contra 35,8% achando que pior é impossível e que tudo ficará como está, e 16,6% confiando

num quadro menos negro no futuro. Os restantes 4,1% ficaram por conta do "não sei" e do "não quero responder a essa pergunta".

Mas esses omissos diminuíram brutalmente na questão seguinte, quando se pediu uma comparação entre a situação atual e o ano passado: só 1,4% ficou em dúvida e não respondeu, mas 60,1%, sem vacilar, cravaram sua sentença: está pior. Outros 21,4% foram amenos; dizendo que 1991 está igual a 1990, e estóicos 17,2% afirmam que está melhor. Talvez nesse contingente estejam os beneficiários e usuários das irregularidades denunciadas com frequência nos últimos meses...

A pesquisa, em seguida, pediu um retrato dos dias atuais, perguntando como os entrevistados vêem a situação do País hoje. Será surpresa constatar que mais de 70% responderam "má" ou "péssima"? Alguém esperava que mais de 6% considerassem a situação atual do Brasil "boa" ou "ótima"? Os que consideram tudo "regular" ficaram em 25% do universo consultado, o que pode ser interpretado como perplexidade ou mera expectativa desalentada.

Isso ficou ainda mais patente quando foi perguntado: "O Brasil está na direção certa?" e 68,3% não titubearam: Não, o Brasil não está na direção certa! Na coluna do meio do "mais ou menos", os esperados 17,8%; e as respostas afirmativas não chegaram a 8%.

Mas nem tudo está perdido; ainda existe calor nas cinzas da alma nacional; talvez porque o desemprego parece ter atingido seus índices mais altos, 30,9% acham que sua situação profissional ainda pode melhorar, contra um pouco menos, 29,9%, que só esperam pioras e 36% que acreditam na manutenção do quadro atual.

O quadro que vivemos, tão bem mostrado na síntese da pesquisa, aponta para aquilo que os economistas chamam de "estagnação", estagnação econômica em meio à inflação descontrolada. Prova desse estado encontramos nos índices ascendentes da espiral inflacionária e no simultâneo desaquecimento das atividades produtivas, que se reflete na queda de todos os números relativos a consumo, até mesmo, o que é mais doloroso, no que diz respeito à alimentação do trabalhador e de sua família.

Começemos pelos itens que todos cortam primeiro, os que são importantes, mas não comprometem a sobrevivência física das pessoas: 48,6% estão gastando menos com teatro e cinema, enquanto 9,7% simplesmente cortaram o lazer cultural de seus programas; 33,7% estão gastando a mesma coisa e 2,3% privilegiados estão gastando acima do que gastavam.

Com roupa, também ficamos impressionados: 60% estão gastando menos, 29,1% estão gastando a mesma coisa e 5,7% não mudaram seus padrões de vestuário, contra 4% que andam apurando sua elegância e melhorando o nível do guarda-roupa.

Na questão alimentação, o supérfluo está em crise; apenas 1,1% está comendo fora mais vezes do que o faziam há um ano; 54,9% estão gastando menos e 13,1% simplesmente pararam de consumir pizzas, sanduíches ou refeições em restaurantes; 24,6% mantêm seus padrões e para 5,1% tanto faz, porque nunca comeram fora de casa e continuam assim.

Gostaria de chamar a atenção de todos os nobres Pares a respeito dos índices gerais de gastos com alimentação, aferidos pelo instituto Soma, de Brasília: quase todos os brasileiros foram afetados, de alguma forma, pela inflação e pela recessão do Governo Collor. Do ano passado até hoje, 46% dos entrevistados reduziram o consumo de carne, 39% estão comprando

menos enlatados, 30% evitam os frios e os queijos, 34% praticamente cortaram os frangos de suas mesas e 32% comem menos verduras. E quando se procura saber que itens foram radicalmente suprimidos, encontramos: frios, em 27% dos casos; queijos, 22%; enlatados, 16%; frutas, 7%; carne, 5%; frangos, 4%; e verduras, 3%. Esses foram, vale repetir, os percentuais de pesquisados que cortaram tais índices de sua alimentação.

Talvez como consequência do empobrecimento vertiginoso da sociedade, a poupança está mais baixa do que nunca em Brasília: apenas 36% dos consultados estão conseguindo algum tipo de reserva patrimonial.

A velha e popular caderneta é o veículo mais usado, para a poupança do brasileiro: 15% de opções, contra 7% no dólar, 6% em imóveis, 4% em fundos financeiros, 2% em conta-ouro e 2% em outros ativos.

Diante desse relatório pergunta-se: Vai melhorar?

A resposta é NÃO — pelo menos a curto ou médio prazo. E se a resposta é NÃO, é porque assim o deseja o Governo, que assume a política recessiva e de arrocho salarial como jamais se viu antes, no Brasil. Só assim, para os Democratas de hoje, haverá alguma chance de impedir-se uma nova explosão da curva inflacionária. Ninguém tem coragem de falar abertamente, mas a volta de números terríveis como os 85% de março de 1990 não é nenhum fantasma descartado — ao contrário, se em outubro ficarmos nos 20, 21, 22%, já haverá festa nos setores mais conscientes e honestos da área econômica.

Vender ilusões, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é mais fácil do que trabalhar produtivamente, impulsionar a economia e as atividades criativas para a frente, quebrar as correntes do subdesenvolvimento que tanto nos deprime.

O diretor do SOMA interpretou os resultados da pesquisa realizada pelo instituto em Brasília. Foi direto e objetivo, declarando: "A crise, palavra ubíqua nos últimos meses, se encontra muito bem instalada junto aos candangos", e acentuou que "o pessimismo em relação ao País e a desesperança com o futuro estão evidenciados, nesta primeira pesquisa, e indica que um dos ingredientes fundamentais para sair da crise é um choque de credibilidade na população". E conclui: "Enquanto esse clima permanecer, dificilmente reajustes fiscais, controle da base monetária ou de preços serão suficientes para movimentar o País para o futuro".

As contradições e as atitudes desencontradas do Governo sinalizam o total descontrole sobre os fatos geradores da crise econômica. Enquanto prega o combate à inflação, o hipertrofiado Ministério da Economia assiste impassível à alta desenfreada de todos os preços — e só reage sob a forma de novas liberações de controle, retabelamentos para cima e incentivo à despudorada especulação que todos vemos nos jornais e nas lojas.

Os velhos e desmoralizados "acordos de cavalheiros", com os grandes tubarões da economia, continuam fazendo vítimas no País, sendo a primeira e mais lamentável a própria credibilidade do Governo.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Nabor Júnior, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, principalmente quando V. Ex^a fala em cartéis. Os cartéis, Senador

Nabor Júnior, são a infelicidade deste País. Tive a oportunidade, Senador, da tribuna do Senado, citar o mal que essa gente faz ao Brasil desde o tempo do Líder pernambucano, que se fosse vivo seria o Presidente deste País, Agamenon Magalhães, quando apresentou um projeto e foi aprovado, a famosa Lei Malaia, para frear esses cartéis. Mas até hoje nenhum governo teve condições de colocar na cadeia um desses chefes dessa quadrilha. E V. Exª está vindo, inclusive, numa área que debatemos há pouco tempo aqui, o FAE. OS jornais hoje — V. Exª está vendo — noticiam: “Fraudador do FAE terá que devolver 745 bilhões”. É essa quadrilha dos cartéis de abastecimento dos produtos enlatados que estão envolvidos nisso. Na área da economia, Senador, temos o chefe dessa quadrilha, que é o Sr. Antônio Ermírio de Moraes. Este senhor fica por trás, usando, às vezes, o caixa 2, mas não deseja, por exemplo, a privatização de certas companhias do Governo, como a Siderbrás, porque ganha a diferença dos subsídios dessa área. Portanto, Senador Nabor Júnior, congratulo-me com V. Exª só não concordo com uma coisa, Senador, quando V. Exª fala nos economistas. Os economistas que passaram também por esses ministérios, Ministério da Fazenda, que hoje é o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, esses homens também não têm muita autoridade moral para falar do que está acontecendo hoje. Os Del-fins passaram por ali, os Simonsens passaram por ali, os Bressers passaram por ali, e em cada uma dessas questões aumentou ainda mais o buraco neste País. E principalmente, Senador, quando este Congresso estava de joelhos na ditadura militar. Então, estamos vendo o que está ocorrendo hoje neste País, e a conta principal foi dos governos passados, desses economistas que hoje querem dar lição, que não têm nenhuma autoridade para isso. É o que eu queria dizer a V. Exª neste aparte.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V. Exª o aparte. Entendo, nobre Senador Ney Maranhão, que o atual Governo, tão voltado, durante a campanha eleitoral que o conduziu à Presidência do nosso País, para a luta contra esses cartéis —, a ponto de prescindir do apoio político dos empresários, considerando que realmente eles são os aproveitadores da miséria do povo — hoje está fazendo o jogo desses oligopólios ao liberar os preços de todos os seus produtos. V. Exª pode confirmar, por exemplo, que o Governo liberou os preços dos automóveis e num período de menos 30 dias a Volkswagen majorou em 72,4% as tabelas referentes a seu carro mais popular, o Gol.

Quero dizer, se o Governo condena duramente os cartéis e depois os libera para praticarem os preços que quiserem, na venda de seus produtos, então o Governo é conivente com esses abusos!

O Sr. Ney Maranhão — Permita-me V. Exª, mas primeiro o Congresso precisa dar o apoio a esse projeto de lei que existe aqui no Congresso e que não foi aprovado ainda, Senador, para combater justamente esses cartéis. O Governo está sem essa cobertura. V. Exª sabe que dos meios que eles têm, advogados caríssimos e brilhantes para, na justiça, sempre se defender. Temos que fazer aqui no Congresso uma lei dura, tipo a que existe nos Estados Unidos, onde o excesso de lucro de um cartel desse é examinado, e V. Exª vê que nos Estados Unidos alguns já foram parar na cadeia. Pergunto a V. Exª: Existe uma lei dura, aprovada pelo Congresso, para esses cartéis?

O SR. NABOR JÚNIOR — Existe a Lei Delegada nº 4, ilustre Senador, de combate ao abuso do poder econômico.

O que o Governo precisa é colocar em execução esta lei. Afinal, o Governo controlava os preços das mercadorias até há alguns meses, não controlava? O Congresso não pode se imiscuir nessa atividade, que é inerente ao Poder Executivo. O que falta é vontade política do Governo de combater os cartéis, de combater os abusos.

Os preços da carne, em menos de seis meses, já subiram mais de 200%. Talves achando pouco, o Governo liberou totalmente sua comercialização. Depois, liberou ou demais produtos básicos, justamente aqueles mais procurados pelo consumidor comum, como leite e pão, agora, está liberando o preço dos medicamentos e tudo o mais, os aumentos são diários.

V. Exª vê em todos os veículos da imprensa, a cada instante, notícias de aumentos, espelhando o exemplo do próprio Governo, que reajusta quase que semanalmente as suas tarifas: é o preço dos combustíveis, é a tarifa telefônica, a tarifa postal, tudo que é do Governo está sendo aumentado acima da inflação.

Vou provar o que acabo de afirmar, com dados concretos: o Governo aumentou acima da inflação as suas próprias tarifas. O Governo está dando o mau exemplo, avidamente seguido por essas empresas que se constituem no tão execrado cartel da economia nacional.

O Sr. Ney Maranhão — Senador, a Lei Delegada nº 4 foi assinada pelo meu presidente naquela época, Presidente João Goulart, e de lá para cá nada foi melhorado. É uma lei delegada.

Temos que ter uma lei aprovada pelo Congresso Nacional que não dê brecha para essa gente. Vou dar um exemplo para V. Exª, agora. No problema referente à área de V. Exª, o Estado do Amazonas, nobre Senador Nabor Júnior, há cem mil trabalhadores que dependem das fábricas que industrializam a juta e se eles não ganharem aquele salário, não têm dinheiro para comprar sal para colocar no peixe. Houve uma brecha nessa lei de importação; inclusive lá, em Pernambuco, essas companhias importaram milhões e milhões de sacos de juta por um preço baixo. Estive com o Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e mostrei a S. Exª essa situação, que iria quebrar as fábricas de juta do Estado do Amazonas, nobre Senador Nabor Júnior. Quando elas quebrassem, esses cartéis, lá de fora, mandariam dizer ao Brasil qual seria o preço que pagariam pelo saco de juta. Então, na Lei Delegada nº 4, baixada pelo ex-Presidente João Goulart, existem várias brechas e na hora em que colocarmos um bandido desses na cadeia — porque acho que um sujeito desses nunca se contenta com aquilo que tem, quer sempre mais, prejudica a Nação e tira o sangue de caranguejo do povo brasileiro. Precisamos, nobre Senador Nabor Júnior, no Congresso Nacional, falar menos, agir mais e fazer uma lei para não dar brecha, como há nos Estados Unidos, para pegar esse tipo de gente e colocar na cadeia. Era isso que queria dizer a V. Exª

O SR. NABOR JÚNIOR — Nobre Senador Ney Maranhão, gostaria de afirmar a V. Exª que essa competência também é do Poder Executivo. Se as leis que estão sendo executadas no País são insuficientes para combater o truste, os abusos do poder econômico, os cartéis, as especulações financeiras e os aumentos exagerados, se as leis estão superadas, enfim, pela realidade, penso que o Governo pode submeter à apreciação do Congresso Nacional novos e eficientes instru-

mentos, para que os aprovemos aqui. Estou seguro de que haveria a melhor acolhida, por parte de todos os integrantes do Congresso Nacional, caso uma proposta dessa natureza venha a ser oferecida pelo Poder Executivo.

O Sr. Ney Maranhão — Concorde com V. Ex^a Mas o Congresso Nacional, com a força que tem hoje, dada pela Constituição de 1988, pode tomar a iniciativa da apresentação de um projeto até antes de o fazer o Poder Executivo, já que isso interessa a todos nós e ao Brasil.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a Continuando Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, permitam-me a sinceridade que uso neste pronunciamento, mas ela faz parte de minha conduta como cidadão e como homem público. Sinceramente, não vejo outra coisa: o Governo perdeu completamente o controle da economia e da vida política do País.

Nem mesmo ao evoluir da prepotência dos primeiros dias, nem mesmo ao aparentar humildade e disposição para o diálogo — nem assim se pode acreditar no que vem das atuais autoridades. Ou já terá a nacionalidade esquecido o que se passou com as taxas cambiais? No mesmo instante em que a Presidente da República, numa entrevista, assegurava que tudo ia bem e não haveria qualquer alteração brusca no valor do cruzeiro, nesse mesmo instante o Banco Central puxava a cotação do dólar, em taxas aproximadas de 17%.

Com isso, a dívida externa, em cruzeiros — que, enfim, ainda é a moeda corrente no Brasil — repito a dívida externa, em cruzeiros, sofreu o impacto correspondente, exigindo maiores sofrimentos dos trabalhadores brasileiros; os combustíveis, ainda hoje importante e fundamental item da pauta de importação, também estão às vésperas de um reajuste “realista” além dos reajustes já anteriormente concedidos todos os artigos produzidos a partir de equipamentos e insumos importados, igualmente, terão seus custos elevados; até a agricultura, que vive de fertilizantes e corretivos fabricados por multinacionais, sofrerá o impacto dessa mididesvalorização, que o Presidente da República afirmou não estar sendo cogitada, mas que o Banco Central praticou!

O Banco Central não sabia que para o Presidente estava tudo bem?

O Presidente não sabia que o Banco Central ia fazer essa mididesvalorização?

Ou, pior ainda, o Presidente sabia, disse que não haveria — e mandou fazer?

A mididesvalorização do cruzeiro, como todos aprendemos na prática, é sempre apenas o primeiro passo. O segundo passo não se fez esperar e estamos vendo, a cada hora, nos jornais: o tarifaço que o Governo nega mas pratica com dedicação incomum, nos últimos dias.

As tarifas telefônicas foram majoradas em 21%, as postais, em 25%, as passagens aéreas, que haviam subido cerca de 22% em 27 de setembro, foram majoradas em mais 9,11% na última quarta-feira. Esse transporte aéreo, aliás, já acumula aumentos de 354% no ano, contra uma inflação de 186% no mesmo período.

Os alimentos, em apenas quatro meses, subiram 216%, de julho a setembro. Só o arroz, em uma semana, aumentou 23%. Os automóveis, generosamente conduzidos pelo Governo, receberam uma redução da carga tributária — e, em retribuição, aumentaram seus preços em até 72,4%, em menos de 30 dias.

A reação do Governo é original: um setor ameaça os empresários gananciosos, enquanto o outro libera; como dizem os jovens, “libera geral”.

Não sou contra a economia de mercado — ao contrário, defendo ardorosamente a democracia econômica, a livre competição, a atividade produtiva privada, como grande motor do desenvolvimento e do bem-estar do povo.

Mas, tudo tem limites, tudo deve obedecer a regras claras e eficazes. Assim como a baderna dos falsos líderes sindicais deve ser reprimida, também a política predatória dos inimigos da economia popular exige repressão firme por parte das autoridades.

Diante desse quadro, o Índice de Preços ao Consumidor, medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) de São Paulo, atingiu em setembro 16,21%, mais de dois pontos percentuais acima do registrado em agosto, gerando um acumulado de 188,79% desde janeiro.

Os fatores que mais pesaram nesse descontrole inflacionário foram: — preste bem atenção, Senador Ney Maranhão: faça, por favor, a avaliação comparativa da inflação no período de janeiro a setembro, de 188,79%, com os índices que estão sob o controle do Governo ou que o Governo liberou — matrículas escolares, 296,65%; derivados de carne, 237,09%; carne verde, 266,77%; ovos, 261,14%; serviços profissionais, 225,48%; tarifas públicas, 248,84%; e aluguel, 297,63%.

O Sr. Ney Maranhão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Ouço o aparte do nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Nabor Júnior, de maneira nenhuma concordo com esses aumentos que V. Ex^a tão bem está sintetizando no seu discurso. Mas, V. Ex^a tem que reconhecer que o Presidente Collor recebeu uma herança maldita. O Partido de V. Ex^a, era quem estava no governo anterior. O Partido de V. Ex^a, tinha 21 governadores eleitos e digo a V. Ex^a que o povo brasileiro não se esqueceu do flamigerado. “Plano Cruzado”, quando as urnas estavam sendo apuradas, o Plano estava morrendo. Foi o grande engodo em que investiram e enganaram o povo brasileiro, e graças a esse engodo do “Plano Cruzado”, o Partido de V. Ex^a elegeu 21 governadores e governou até o fim. Essa herança maldita de 120%, que o Presidente Collor recebeu, tem o Partido de V. Ex^a uma parcela sob sua responsabilidade; 120% de inflação por mês e essa bomba estourou nas mãos do Presidente Collor. Precisamos esfriar a cabeça, todos os bons brasileiros, aqueles que querem consertar este País. O Partido de V. Ex^a que ainda é o maior do Congresso Nacional, tem pessoas como V. Ex^a a quem tenho o dever de elogiar como vou fazer após o pronunciamento de V. Ex^a sobre o Prefeito Jarbas Vasconcelos. Precisamos resolver o problema, ajudar o Presidente e não pensar na eleição de 1994. Concorde com tudo que V. Ex^a disse. É o reflexo do que o Presidente Collor recebeu. Nós temos que solucionar o problema, ajudá-lo no que for possível, porque assim sendo estamos ajudando o Brasil. Como o Partido de V. Ex^a foi Governo, V. Ex^a há de concordar que o Presidente recebeu a herança de 120% de inflação por mês. V. Ex^a viu agora, na mensagem do Emendação para o Congresso, que há 240 bilhões de cruzeiros no Banco Central, contas fantasmas, que vieram dos governos passados. O Presidente está sendo atacado por todos os lados porque mexeu em muito vespeiro, casa de marimbondo-tatu que dá febre, frio e dor de cabeça. É o motivo dessa campanha.

Nós, do Congresso, temos que nos unir para chegarmos a um bom termo. V. Exª, como Senador, ex-Governador, homem de responsabilidade, principalmente nas áreas da Amazônia, está certo como homem público, mas há de concordar que o Presidente não pegou uma casa arrumada. Pegou uma casa desarrumada, onde a maioria dos Ministros eram do Partido de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Solicito a V. Exª que conclua o seu discurso.

O SR. NABOR JÚNIOR — Vou concluir, Sr. Presidente, mas não posso deixar sem resposta o importante aparte do ilustre Senador Ney Maranhão.

Em primeiro lugar, o Governo do então Presidente e nosso hoje colega, Senador José Sarney era apoiado pelo PMDB e também pelo PFL, que hoje apóia o Governo eleito em oposição ao anterior. O PFL, que foi o maior beneficiário do ex-Governo Sarney, hoje também está apoiando o Presidente Collor. Inclusive, a bem da verdade, V. Exª também apoiava o Presidente Sarney.

O Sr. Ney Maranhão Não. Confunda, mas não misture. Nunca apoiiei o Presidente Sarney. A minha origem foi de Pernambuco, com o Governador Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos.

O SR. NABOR JÚNIOR — Nunca, no Governo do Presidente Sarney, a inflação chegou a 120%. No mês de março que foi o da posse do Presidente Collor, a inflação chegou a 84%. Mas ela alcançou esse patamar por causa do tarifaço decretado já pelo Governo Collor. O Presidente Sarney concluiu o seu período governamental em 15 de março de 1990, quando assumiu o novo Governo e até aquela data a inflação não tinha atingido esse índice tão elevado.

O Sr. Ney Maranhão — Oficialmente chegou a 90%. Extra-oficialmente passou dos 100%.

O SR. NABOR JÚNIOR — Quero dizer a V. Exª que o PMDB não era totalmente responsável pelo Governo Sarney. Quando a inflação mais se aguçou, foi exatamente na gestão do Ministro Mailson da Nóbrega, que não integrava os quadros do PMDB.

O Sr. Ney Maranhão — Quantos Ministros o Partido de V. Exª tinha no Governo?

O SR. NABOR JÚNIOR — No Governo do Presidente Sarney, o primeiro Ministro da Fazenda, o atual Deputado Francisco Dornelles não era do PMDB.

O Sr. Ney Maranhão — Mas o Funaro era!

O SR. NABOR JÚNIOR — O Ministro Dilson Funaro era e implantou um programa, chamado "Plano Cruzado", que deu certo durante muito tempo, mas infelizmente a pressão e o boicote desses cartéis, dos grupos econômicos a que V. Exª se reportou, com a minha concordância, conseguiu destruir aquele Plano.

O Sr. Ney Maranhão — Querem continuar, nobre Senador.

O SR. NABOR JÚNIOR — O Ministro Bresser também pertencia aos quadros do PMDB e durante a sua gestão a inflação nunca chegou a 84%. Só chegou a esse percentual abrangendo 15 dias do Governo Collor, em março de 1990.

Outra coisa que eu gostaria de lembrar a V. Exª é que no Governo do Presidente Sarney que teve o apoio do PMDB,

nunca a população brasileira, principalmente os trabalhadores, os funcionários públicos, os médios e pequenos empresários foram tão sacrificados como estão sendo no atual Governo. Naquela época havia inflação, mas também havia o gatilho para corrigir o salário dos trabalhadores e dos funcionários. A medida que a inflação aumentava, aumentavam também os salários...

O Sr. Ney Maranhão — E do jeito que as coisas estavam, iria aumentar mais no Governo Sarney.

O SR. NABOR JÚNIOR — ...coisa que não está acontecendo agora. Com uma inflação mensal acima de 20%, no Governo atual, os salários ficam congelados durante muitos meses. No Governo Sarney havia a política salarial, que corrigia mensalmente os salários através do gatilho salarial.

O Sr. Ney Maranhão — E essa correção...

O SR. NABOR JÚNIOR — Em relação aos dias que vivemos agora, os sacrifícios que se impunham à população eram muito menores.

Hoje aí estão os trabalhadores, os funcionários passando dificuldades; não existe uma política salarial de correção dos salários dos trabalhadores e dos funcionários, da população de um modo geral — o que se vê é um achatamento salarial, o congelamento dos salários e a liberação dos preços.

O Sr. Ney Maranhão — Aquela correção de salários, Senador, se as medidas não tivessem sido tomadas...

O SR. NABOR JÚNIOR — Hoje os preços estão sendo liberados e aumentados diariamente, e os salários estão sendo contidos.

O Sr. Ney Maranhão — ...hoje iríamos com um caminhão de dinheiro para os supermercados. Estaríamos na hiperinflação há muito tempo.

O SR. NABOR JÚNIOR — Essa é a grande diferença, Senador, do Governo Sarney, que era apoiado pelo PMDB, para o Governo Collor. Nunca tantas empresas privadas neste País faliram como agora, nunca tantas pediram concordata como no atual Governo.

O Sr. Ney Maranhão — Tive pena do Governo Sarney, Senador, pelas pressões dos grupos, sem que eles fossem de maneira nenhuma controlados.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Senador Nabor Júnior, a Presidência solicita a V. Exª que conclua o seu pronunciamento e não conceda mais apartes. Logo a seguir será o Senador Ney Maranhão que terá oportunidade de falar.

O SR. NABOR JÚNIOR — São números provados, Sr. Presidente!

São fatos incontestáveis, Srs. Senadores!

Esses números e esses fatos falam mais do que qualquer bravata ou explicação; deles não há como se fugir, pois são o retrato do Brasil em que hoje vivemos.

Meu credo político é a liberdade. Minha confiança, como pequeno empresário que fui e homem público que sempre serei, é na livre ação das forças econômicas.

Mas, também como cidadão disciplinado, cumpridor dos deveres, e com a experiência de Chefe do Executivo de meu Estado, o Acre, sei que nada é pior para um povo do que a desesperança. Aprendi, com humildade e determinação, que onde falta coragem de assumir os controles viceja a desordem política e econômica.

Incluo-me, lucidamente, naqueles 16% de brasileiros que acreditam que "a situação vai melhorar" — pois o negativismo é o inimigo primordial a ser combatido, porque traz efeitos mais nocivos que as planilhas inflacionárias.

Se não tivesse tal otimismo, não estaria agora, nesta tribuna, denunciando o caos econômico e o desalento social que se abate sobre o Brasil. Porque acredito na força do País, espero o engajamento de todas as suas parcelas construtivas na grande tarefa de finalmente despertar o gigante, adormecido e embalado pela fome e pela triste desesperança.

Temos um Presidente da República muito jovem, mas o progressivo e indistigável aumento de fios brancos em sua cabeça já mostra que o sofrimento nacional ali encontra um reflexo positivo, pelo amadurecimento que Sua Excelência vai procurando demonstrar nas entrevistas e nas declarações dos recentes dias.

Espero que das entrevistas e das declarações o Governo passe à efetiva ação, melhorando as perspectivas de crescimento da economia do Brasil e as condições de vida do povo, que não mais suporta a angústia, o desespero e o desestímulo que marcaram os últimos meses de nossas vidas.

Muito obrigado!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, há poucos dias dialoguei com o professor Lauro Campos, da Universidade Federal de Brasília, a respeito da crise sobre a acumulação de capital por que passa a economia brasileira há onze anos, sem conseguir um crescimento efetivo da renda *per capita* e sobre como superar e solucionar o problema e, ao mesmo tempo, garantir o crescimento, redistribuir a renda e acabar com o desemprego e a recessão.

Será isto possível?

O professor Lauro Campos, que se encontra na Tribuna de Honra, autor de várias publicações importantes, um dos mais respeitados economistas, não apenas no Distrito Federal mas em todo o Brasil, desenvolveu uma análise cujo teor solicitei-lhe me fosse permitido transmitir aos brasileiros, através da tribuna do Senado Federal.

Passo a ler a referida análise, denominada "A crise de Sobreacumulação e o Imposto de Renda Negativo".

A CRISE DE SOBREACUMULAÇÃO E O IMPOSTO DE RENDA NEGATIVO

Professor Lauro Campos

A economia brasileira apresentou a mais elevada taxa de crescimento do PIB e de acumulação de capital do mundo "desde o último quarto do século passado e até 1980" (José Serra, em discurso na Câmara dos Deputados em 18-9-91).

Após aquele prolongado auge, o Brasil penetrou na década perdida, em que o PIB apresentou três anos de crescimento negativo. A paralisia geral que vitimou a economia brasileira esconde as causas reais do problema. Como a depressão veio acompanhada de taxas crescentes de inflação, abandonou-se a preocupação

com o diagnóstico da crise, enfatizando-se, geralmente, a problemática da inflação.

A economia brasileira, detentora do mais baixo salário mínimo do mundo, de um dos níveis de consumo menores do Planeta, teve sua inflação diagnosticada como resultante do excesso de demanda, diagnóstico equivocado que o FMI fez generalizar e ser aceito pela maioria dos economistas nacionais.

Nem o falso excesso de demanda, nem os dois choques do preço de petróleo e da taxa de juros internacional são capazes de explicar o colapso do processo de acumulação de capital e o incremento da taxa de inflação dos anos 80.

O sistema capitalista, o mais revolucionador e dinâmico dos modos de produção que a humanidade conheceu, como Marx reconheceu, é obrigado a acumular capital a uma taxa muito elevada. Isto porque, do ponto de vista dos capitalistas individuais, se os investimentos não se efetivarem, a concorrência acaba por eliminar aqueles que investiram pouco, que não inovaram, que não conquistaram novos mercados. Do ponto de vista da economia como um todo, o sistema é obrigado a acumular capital a uma taxa muito alta a fim de complementar a insuficiência de demanda efetiva que o acompanha estruturalmente.

É por isto que as crises da sobreacumulação são recorrentes e se manifestam após um período de acumulação intensiva de capital. As grandes, longas e profundas crises de 1870 e de 1929 constituem inequívocas crises de sobreacumulação.

John Maynard Keynes aponta o caráter de crise de 1929, atribuindo à colapso à sobreacumulação de capitais "que se verificou na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos após a 1ª Guerra Mundial, e que fez com que a eficiência marginal do capital", isto é, o lucro esperado, "tenha caído mais rápido do que a taxa de juros poderia fazê-lo"... (Keynes, John Maynard, Abril Cultural, p. 154).

Segundo Keynes, a acumulação de capitais acaba barrando os investimentos, tal como ocorreu na década de 80 no Brasil. Diz ele que, "no curso de uma só geração, o capital se tornará tão abundante que a eficiência marginal do capital" (a taxa de lucro esperada) cairá "a zero e se tornará negativa em consequência de um investimento suplementar" (Keynes, J.M., op. cit., p. 153). No Brasil, a várias décadas de acumulação selvagem de capital, não fizeram a taxa de lucro cair a zero e nem a tornaram negativo devido ao arrocho salarial permanente e crescente e dos subsídios do governo, tendo estes assumido a forma de juros de dívida pública. Entre 1975 e 1985 os juros da dívida pública se elevaram de 1,2% para 10,9% do PIB, gerando, assim, a massa de lucro não-operacional, especulativo, que impediu que se visualizasse a perda de rentabilidade da produção em toda a sua plenitude e castradora dimensão. Em 1985, o total de juros da dívida interna e dos subsídios atingiu a 12,4% do PIB, parcela muito superior à recebida por 40% da população mais pobre.

Os governos militares, que encontraram na elevada taxa de acumulação de capital e de crescimento do PIB a legitimação do poder despótico, não podiam deixar que o colapso se manifestasse, empurrando as

tendências recessivas com a barriga, acumulando em plena situação de sobreacumulação. O II PND, que apresentou metas megalômanas de acumulação de capitais, não encontrou ânimo nem resposta aos seus objetivos por parte dos empresários. João Paulo dos Reis Velloso declarou que teve de criar "uma constelação" de instrumentos de estímulos e subsídios aos investidores, "em torno do BNDE", a fim de tentar cumprir as metas já inalcançáveis.

Quando se poupa mais em uma situação de sobreacumulação, os recursos disponíveis, em dinheiro, refluem para a especulação, dirigem-se para o *open*, para a Bolsa, para compra de ouro ou de dólar. A "sorte de Midas", a especulação que tudo transforma em falsa riqueza, de um lado, e a fome, resultante da queda da produção, de outro, é o destino de todas as economias que acumulam capital. De acordo com o Lord Keynes, se comparar-se duas comunidades, aquela que se encontra num nível inferior de acumulação, como o Brasil nos anos 40, "poderá gozar, durante um certo tempo, de um nível mais alto de vida do que a comunidade possuidora de maiores estoques: todavia, quando a comunidade mais pobre alcançar a rica", devido à sobreacumulação de capitais, "ambas conhecerão a sorte de Midas" (Keynes, J.M., op. cit., p. 154).

O Brasil, devido à crise de sobreacumulação, está sendo vítima da "sorte de Midas", transformando tudo em especulação, em ouro, CDBs, LTNs, OTNs, etc., etc., desde o início da "década perdida". A crise financeira que aí está é o resultado da crise de sobreacumulação, dos gastos do governo para sustentar a queda da taxa de lucro por meio de receitas não-operacionais, especulativas. Por outro lado, na tentativa de manter a taxa de lucro elevada em condições tão adversas a ela, o Governo recorreu ao arrocho salarial. O arrocho salarial, necessário para evitar o colapso da taxa de lucro, exige taxas maiores de inflação. Por isto, nem o combate à inflação, nem a crise financeira do Governo poderão ter êxito se a crise principal, a de sobreacumulação, não for antes resolvida.

"Se é materialmente impraticável aumentar o investimento" (por causa da crise de sobreacumulação), "torna-se evidente não haver outros meios de alcançar um nível maior de emprego (e de produção), além de aumentar o consumo". (Keynes, J.M., op. cit., p. 223/224).

A crise de sobreacumulação, ao tentar a solução falsa, que é a redução de salários, acaba destruindo o mercado interno e provocando uma crise de subconsumo. A redistribuição da renda nacional é a única solução que Keynes vislumbra diante daquelas crises.

Delfim Netto dizia a jornalistas na Europa, em finais dos anos 60, que o capitalismo desconhecia instrumentos redistributivos — "Se algum dos senhores conhece, que me diga" — o silêncio foi a resposta. Isto porque eles não conheciam o Imposto de Renda Negativo, que é o único instrumento efetivo, ao lado da reposição salarial acima da inflação do período anterior, capaz de produzir a redistribuição funcional da renda nacional.

O Imposto de Renda tradicional, mesmo quando progressivo, vê anulado seu poder distributivo, por ele apresentado na incidência e na receita quando os recursos aplicados em

pagamento de empreiteiras e fornecedores do Governo concentram a renda nacional. Se a relação lucro "salário for mais elevada entre os fornecedores e empreiteiras, os efeitos redistributivos da receita podem ser mais do que anulados através das despesas públicas.

O Imposto de Renda Negativo tem a vantagem de ser diretamente redistribuidor da renda nacional, dispensando a mediação do Governo.

A crise de sobreacumulação impõe a redistribuição da renda nacional não apenas para revitalizar o mercado interno que a redução de salários e vencimentos aniquilou. A taxa de inflação, que transfere diária, mensalmente, cerca de 70% da renda nacional para os bolsos dos ricos, só pode ser uma taxa muito elevada. Enquanto em países como os Estados Unidos os assalariados recebem 70% da renda nacional, o que atenua o conflito distributivo e permite a redução da taxa de inflação, a distribuição perversa da renda nacional acirra o conflito distributivo e faz elevar a taxa da inflação. O combate definitivo à inflação brasileira só pode ser feito após uma fase de preparação em que o conflito que se traduz em verdadeira guerra entre aumento de preços e reposição de salários tenha alcançado uma trégua. O Imposto de Renda Negativo é o instrumento adequado ao combate à inflação no longo prazo, devido aos seus efeitos verdadeiramente distributivos.

Se Keynes, o maior economista do século XX, defende o aumento do consumo coletivo e a distribuição da renda funcional como arma anticíclica, Marx, o maior economista do século XIX, já indicava a sobreacumulação e o subconsumo como formas de expressão das contradições da acumulação de capitais: "A casua das verdadeiras crises será sempre a pobreza e a limitação da capacidade de consumo da massa diante da capacidade de produção que se desenvolve" (sobreacumula) "como se a capacidade absoluta de consumo fosse seu limite." (Marx, Karl, *El Capital*, Ed. Fundo de Cultura, Mex, 1931, p. 1317).

O Sr. José Fogaça — V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Concedo, com muita honra, o aparte ao nobre Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Senador Eduardo Supply, V. Exª é um economista e eu sou nada mais que um bacharel em Direito e um professor de Literatura. Portanto, a pergunta é absolutamente pertinente de quem não conhece esses mecanismos tão complicados da economia. Sou muito simpático à pregação que V. Exª faz do chamado Imposto de Renda Negativo. Acho que é uma engenhosa descoberta de V. Exª, que me parece muito interessante do ponto de vista social. Mas, como sabemos, o Estado brasileiro é cronicamente deficitário, o volume de gastos é maior do que a receita, a despesa é maior do que a receita. Pergunto a V. Exª como não tornar inflacionário esse Imposto de Renda Negativo, se ele, em primeiro lugar, não corresponde a um aumento do Produto Nacional Bruto? Em segundo lugar, ele virá do Estado, ele será pago pelo Estado, que já é deficitário. Portanto, precisará emitir inflacionariamente para esse fim. Quero crer, como V. Exª, que algum mecanismo distributivo temos que criar. Acho que V. Exª está fazendo um exercício criativo nessa direção. Faço esta pergunta com a melhor das intenções porque acho que temos que encontrar esse meio. Não posso entender a palavra "desenvolvimento" se não estiver embutida nesse conceito a idéia da distribuição. Ou seja, desenvolvimento para mim distingue-se de crescimento econômico, por-

que desenvolvimento supõe participação harmoniosa, proporcional ou igualitária de todos os setores que, com seus braços, constroem a riqueza. De modo que fico com essa grande dúvida. Temos que ter uma resposta muito objetiva, porque se não tivermos repostas objetivas para esse problema, nós ficaremos em atitudes românticas mas, ao mesmo tempo, frustrantes. Nós, do PMDB, que projetamos o Plano Cruzado para o Brasil, tenha certeza V. Ex^a, tínhamos a mesma intenção de V. Ex^a, ou seja, queríamos um processo distributivo. Criamos um mecanismo engenhoso, rico, criativo, inventivo, mas profundamente falho e submetido a um fracasso que infelizmente acabou por inquinar os seus autores de demagogos, de fraudulentos, de enganadores, tendo o Ministro Delfim Netto chegado a chamá-los de estelionatários eleitorais, que aquilo teria apenas como objetivo uma eleição. Como V. Ex^a acha que esse mecanismo da chamada distribuição de renda através do Imposto de Renda Negativo não seria também inquinado de um estelionato eleitoral ou demagógico? Eu não creio ser, porque assim como Funaro não era um demagogo, não queria apenas um vitória eleitoral, não queria só uma momentânea e rarefeita passagem bem-sucedida pelo Governo sei também que V. Ex^a não tem essa intenção demagógica. V. Ex^a é um homem munido das mais sérias e consistentes intenções de distribuição efetiva da renda. Como é que podemos chegar a esse concerto único e objetivo das nossas intenções?

O SR. EDUARDO SUPLICY — O ser humano, prezado Senador José Fogaça, exatamente nos momentos em que se encontra, com propósitos sérios, com outro ser humano, normalmente faz com que surjam possibilidades de criação, às vezes na forma mais bela que se conhece, como o encontro entre um homem e uma mulher, um encontro do qual surge a criação de crianças.

Faço esse paralelo porque quando V. Ex^a me coloca aqui, com a ponderação tão séria que fez, essa preocupação, lembro justamente que, no Senado Federal, quando representantes do povo aqui se encontram para dialogar, o mais importante é quando surgem reflexões que possam conduzir à criação de soluções.

A preocupação de V. Ex^a também é a minha. Eu gostaria de redistribuir a renda, porque há injustiças flagrantes, e fazê-lo de forma a não criar inflação e a conduzir ao maior crescimento da economia.

Acredito que isto possa ser feito e tenho procurado me respaldar nos maiores conhecedores da Ciência Econômica.

Por isso que, ontem, quando o professor Lauro Campos me transmitiu, por escrito, essa reflexão que acabo de ler, eu me senti emocionado, porque avalio que surgiu de um encontro que nós tivemos, de um diálogo onde a minha preocupação era tal como a sua: como resolver esse problema? Será que o Imposto de Renda Negativo pode ser um caminho adequado? Há poucos dias, lemos que a Comissão de Notáveis, designada pelo Ministro da Economia, havia considerado cobrar o Imposto de Renda de todos os assalariados brasileiros, inclusive dos que ganham salário mínimo. Pensei comigo mesmo: se for para fazer justiça, tudo bem, todos os assalariados, até os que ganham salário mínimo, devem estar na malha da Receita Federal; entretanto, os que não ganharem pelo menos até — digamos — algo como hoje, cerca de dois salários mínimos, algo em torno de oitenta e poucos mil cruzeiros, a esses deveria caber um complemento de renda, na forma do Imposto de Renda Negativo, e a partir daí, inclusive, fiz

alterações no meu projeto. Nos próximos dias, estarei apresentando um substitutivo ao meu próprio projeto, para que a Comissão de Assuntos Econômicos possa então refletir melhor, levando em conta as reflexões que tenho tido desde abril, quando dei entrada no projeto.

No diálogo que tive com o Relator designado, Senador Maurício Corrêa, pedi a S. Ex^a a gentileza até de aguardar um pouco mais, porque estou elaborando o substitutivo, e na troca de idéias, como com V. Ex^a agora, cada vez surgem novos caminhos. Quando penso, por exemplo, nessa possibilidade — a primeira reação do Senador Maurício Corrêa foi: — Puxa, mas não vai custar muito caro? Será que não vai provocar inflação? Quanto vai custar em relação ao PIB? Temos que reduzir certos tipos de despesas, porque uma vez existindo Imposto de Renda Negativo, que concederá rendimento nas mãos das pessoas, que não têm pelo menos um nível de subsistência adequada aos adultos, se isso for eficientemente administrado, poderemos cortar diversos tipos de despesas, que hoje existem e que não têm a mesma eficiência que este programa garantiria.

Muitos programas existem, dentre os gastos governamentais, que visam atingir a população mais pobre. Mas, na verdade, de cada 100 cruzeiros destinados para isso, só chegam às mãos dos mais pobres 10 cruzeiros dos 100 originais.

Isso tem sido levantado inclusive por relatórios do Banco Mundial.

Então, este é um programa que mais eficientemente, pelo menos, atingiria o objetivo de redistribuição da renda, mas, com outra preocupação.

Eu, por exemplo, segunda-feira, dialoguei com um empresário da Bahia, que me dizia: no ano passado eu estava com 270 empregados, minha empresa produz tapetes, este ano estou com 70. Reduzi cerca de 200. Estou angustiado. O que vou fazer? Vejo as taxas de juros subirem. O Governo acha que assim vai resolver. Como vou realizar mais investimentos, se estou com uma capacidade ociosa tão grande?

Este é o problema. A acumulação de capital no Brasil foi de tal ordem que chegamos àquela situação, muito bem diagnosticada por grandes economistas, e nisto Karl Marx teve um diagnóstico muito impressionante, que levou outros economistas a concordar com ele, inclusive o maior economista deste século, John Maynard Keynes, também viu que a crise da economia capitalista era principalmente da sobreacumulação de capital. E, para resolver isso, haveria de se garantir a demanda agregada. Mas o próprio Keynes chegou a ressaltar, em suas palavras, a demanda agregada pode ser garantida até em se abrindo e fechando buracos, mas é melhor que seja de outra forma mais civilizada e racional. Há uma passagem de Keynes que é bonita neste aspecto. Ele fala que numa sociedade mais civilizada as economias poderão estar realizando investimentos melhor planejados, visando algo que seja mais justo, mais civilizado. Para isso, faz-se necessário a melhor redistribuição da renda. E o Imposto de Renda Negativo vai nesta direção.

O Sr. José Fogaça — V. Ex^a, se me permite concluir as observações, está tocando num ponto crucial, mas que não podemos deixar enxergar: há um viés nesta questão que não pode deixar de ser analisada. A proposta que V. Ex^a faz do chamado Imposto de Renda Negativo, que a mim é extremamente simpática, supõe uma outra coisa. V. Ex^a acaba de dizer isso, ela supõe a eliminação da chamada estrutura

improdutiva, custosa e inoperante do Estado. Aquela parte da máquina estatal, que como disse V. Exª, se o contribuinte paga 100, chegam só 10 ao usuário do serviço público. Essa máquina, evidentemente, desvia, distorce os recursos públicos. V. Exª está propondo uma coisa que eu, como candidato ao Governo do Estado no Rio do Sul, também propunha, isto é, deslocar do eixo o controle dos gastos públicos do Estado, da máquina estatal para a comunidade. Ou seja, a privatização não é, necessariamente, privatizar recursos — o chamado Imposto de Renda Negativo — é uma privatização de recursos. Só que privatizar não é, necessariamente, concentrar bens públicos nas mãos de grupos poderosos. Privatizar é também entregar aquilo que está na órbita do Estado para a comunidade, é comunitarizar os bens estatais. Nesse sentido, é que acho que temos que começar a raciocinar no Brasil. Abrir mão de uma série de preconceitos que estão sobre nós, que achamos que a máquina estatal é intocável, que o estatismo deve ser o eixo da governabilidade quando, na verdade, acho que o processo de comunitarização das decisões é a forma mais adequada. Tinha e tenho esse projeto para o meu Estado. É onde posso almejar ocupar uma posição de governo. Mas, tenha certeza V. Exª, se não se desmontar essa estrutura, não temos como fazer com que os recursos públicos sejam mais bem aplicados. Digo a V. Exª isso com toda a isenção, sem nenhum espírito de dúvida quanto às intenções de V. Exª, mas apenas dizendo que esse Estado que está aí, oneroso, pesado, custoso, perdulário, não tem condições de ter, digamos assim, esse tipo de benefício, tão bem pensado, tão engenhosa e criativamente arquitetado pela competência de V. Exª. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço o aparte a V. Exª, nobre Senador José Fogaça.

Concluindo, gostaria de dizer que esta proposição, na verdade, vem sendo objeto da reflexão dos maiores economistas da atualidade.

O economista James Tobin, Prêmio Nobel de Economia, no seu livro *Policies for Prosperity*, por exemplo, diz que foi uma pena que o Governo Landon Johnson, que, embora tenha designado uma Comissão, denominada Hahnemann, para fazer propostas e que tinha proposto a introdução, nos Estados Unidos, do Imposto de Renda Negativo, que, infelizmente, isso acabou não sendo adotado. Ele menciona no seu livro que, se tivesse sido adotada, provavelmente, a guerra contra a pobreza, nos Estados Unidos, teria alcançado um resultado quase que total. Infelizmente isso não ocorreu.

Então, economistas como John Kenneth Galbraith, James Tobin, Robert Solon, Milton Friedman, Hayek, apontam na direção e na defesa entusiástica deste mecanismo que...

O Sr. José Fogaça — Mas, são todos antiestatizantes, privatistas, como V. Exª disse, com exceção de Galbraith.

O SR. EDUARDO SUPLICY — O economista, Galbraith, hoje, é considerado o mais brilhante crítico das instituições do capitalismo e do socialismo. Mas, interessantemente esta proposição paradoxalmente une...

O Sr. José Fogaça — Todos eles querem o Estado mínimo.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Mas esta proposição une, por exemplo, desde o que está na máxima proposta por Karl Marx na crítica ao programa de Gotha, quando ele diz que, numa sociedade mais civilizada, os seres humanos se portarão de tal forma que cada um contribuirá de acordo com sua capacidade, e a cada um será dado de acordo com essa necessi-

dade. E no caso, a proposição visa justamente permitir ao Congresso Nacional que se defina o mínimo necessário à subsistência dos seres humanos e que isso lhes seja concedido como um direito. Direito eu — faço aqui um paralelo — tal como há duzentos e poucos anos Thomas Jefferson dizia ao fundar as instituições da nação norte-americana, que era importante garantir a todo o cidadão nascido naquele país; primeiro no seu estado e nos Estados Unidos. Isso foi, na época, algo revolucionário. Então, é perfeitamente possível e, aliás, é da Constituição brasileira, art. 3º, inciso III, que um dos objetivos fundamentais do País é erradicar a pobreza. É garantir um mínimo de cidadania. Para esse mínimo de cidadania, conjugado com a necessidade de se prover educação, há que se dar condições de os seres humanos poderem se alimentar, morar, ter direito a saúde, para se educarem e se desenvolverem. Então, a Garantia de Renda Mínima ou Imposto de Renda Negativo caminha nessa direção.

Agradeço ao Senador Ney Maranhão por ter tido a gentileza de me ceder a vez, posto que o Ministro Jarbas Passarinho me aguarda para uma audiência às 11h30min.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Cid Sabóia de Carvalho — Dario Pereira — Elcio Álvares — Henrique Almeida — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João França — Jonas Pinheiro — José Fogaça — José Paulo Bisol — Levy Dias — Marco Maciel — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Telmo Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 1991

Dispõe sobre a nomeação de Adidos Culturais junto às Representações do Brasil no Exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As nomeações de Adidos Culturais junto às Representações do Brasil no Exterior far-se-ão com obediência ao disposto na alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O art. 52 da Constituição Federal, que trata das competências privativas do Senado Federal, prevê, no inciso III, alínea f, a competência para "aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de...f) titulares de outros cargos que a lei determinar". Nas alíneas a e são arroladas autoridades como magistrados, Ministros do TCU, Governadores de territórios, presidente e diretores do Banco Central e Procurador-Geral da República. Já o inciso IV do mesmo artigo contempla a aprovação da escolha de chefes de missões diplomáticas de caráter permanente.

Entre estes dois incisos situa-se o caso da escolha dos Adidos Culturais, pois que sem serem chefes de missões diplomáticas, são, por excelência, os representantes da cultura nacional no Exterior.

E nada representa melhor um povo que sua cultura. Nenhum aspecto é mais fundamentalmente autóctone, autêntico

e marcante da nacionalidade que a cultura que identifica e irmana sua gente.

A atividade cultural tem sido exercida, em nossa diplomacia, por intelectuais notáveis, como Odilo Costa Filho e muitos outros. O próprio Itamaraty teve, em seus quadros, luminares da nossa cultura, como Guimarães Rosa e José Guilherme Merquior, recentemente falecido. É necessário promover uma triagem, evitando-se a designação de pessoas inadequadas e que não estão à altura de seus antecessores. Para evitar que isso ocorra, propomos a prévia aprovação do Senado Federal, que tem a missão constitucional de velar pela política externa.

Assim, fundamental que o Adido Cultural de uma Nação seja recrutado com base em critérios sólidos de representatividade da cultura nacional, desfrute de respeito e prestígio cultural entre seus concidadãos, em âmbito nacional, e tenha essa representatividade avaliada pelos representantes do povo na Câmara Alta.

Com estes argumentos, esperamos merecer dos ilustres pares a necessária acolhida a esta proposição.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 1991. — Senador **Pedro Simon**.

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional — Decisão Terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 729, DE 1991

Senhor Presidente, Senador Mauro Benevides,

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ilmº Sr. Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Dr. Pedro Paulo Leoni Ramos, as seguintes informações:

1. Qual o critério de seleção dos integrantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos? Há concursos para admissão? Há cursos de formação para os agentes?

2. Quantos ex-integrantes do SNI foram aproveitados pela SAE?

3. O chefe de gabinete da SAE, Dr. Dione Craveiro, foi demitido, de acordo com noticiário do Jornal *O Estado de S. Paulo*, por passar informações para a empresa Urbansoft. É verdade?

4. Qual a garantia real que a SAE tem de que outras informações não estejam sendo passadas por funcionários?

5. Se a SAE não tinha sigilo nem a nível de chefe de gabinete, como pode exercer funções de natureza estratégica essenciais à segurança nacional?

6. O noticiário em torno da Urbansoft foi originário do Estado de Tocantins. A SAE estava advertida a respeito ou foi surpreendida com o envolvimento do seu chefe de gabinete?

7. O chefe de gabinete do Secretário de Assuntos Estratégicos foi apenas demitido ou está respondendo a algum processo?

8. Na hipótese da SAE desmentir o jornal *O Estado de S. Paulo*, por que não esclareceu a questão na época devida?

9. A correta informação da opinião pública sobre o Governo não é um assunto estratégico?

10. Recentemente os jornais noticiaram que um Coronel da reserva, lotado no ex-SNI pertencia a uma quadrilha de falsificadores de dólares, que tinha ramificações no Itama-

raty. A SAE pode garantir que não há comprometimento de ninguém mais de seus quadros ou do ex-SNI nessa atividade?

11. Qual a repercussão que a SAE acredita ter provocado sobre essa denúncia na opinião pública?

12. Qual a conclusão da sindicância interna da SAE sobre a Urbansoft?

13. A SAE ouviu nessa sindicância o Secretário do Meio Ambiente de Tocantins, Sr. Maurício Garcia, sobre o envolvimento de outros funcionários públicos?

14. O Sr. Dione Craveiro já era sócio da Urbansoft antes de ir para a SAE ou nunca foi?

Justificação

Os órgãos que tratam da segurança nacional precisam estar acima de qualquer suspeita. O noticiário a respeito da Urbansoft e sobre o envolvimento de um Coronel da reserva, ex-integrante do SNI, com quadrilha de falsificadores de dólares prejudicou a imagem da Secretaria de Assuntos Estratégicos. No momento em que o Presidente da República parece inclinado a estender sua ação ao exterior é necessário que a Nação esteja convencida de sua eficiência. Infelizmente não é isso o que está ocorrendo. Se o próprio chefe de gabinete do Secretário Leoni Ramos estava, como informou o jornal *O Estado de S. Paulo*, passando informações para uma empresa, deve-se concluir a vulnerabilidade da SAE, inadmissível para órgão de segurança.

No passado muitos erros do SNI decorreram de falhas na seleção de seus integrantes, um dos quais acaba de ser descoberto em atividades criminosas. Se o chefe de gabinete da SAE passa informações e um Coronel do SNI vende dólares falsificados é evidente que os órgãos de segurança nacional precisam ser reformulados. Aliás, o vazamento de informações, como aconteceu no chamado escândalo do café, parece ser constante neste Governo.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 1991. — Senador **Pedro Simon**.

(*À Comissão Diretora.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 730, DE 1991

Sr. Presidente do Senado Federal

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento as seguintes informações, sobre a importação do trigo que se encontra nos portos nacionais:

- 1 — qual a quantidade do trigo importado;
- 2 — qual o volume dos estoques nacionais;
- 3 — de que países foi feita a importação;
- 4 — qual o valor pago por tonelada desse trigo;
- 5 — qual o valor da tonelada de trigo nacional.

As quantidades e os valores informados deverão ser os efetivos na data do contrato (ou do primeiro contrato, se mais de um) de importação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 1991. — Senador **Levy Dias**

(*À Comissão Diretora.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Esgotado o tempo destiando ao Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74 de 1991, (nº 4.771/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 364, de 1991, da Comissão — de Educação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação da matéria fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretor em seu Parecer nº 362, de 1991), do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1991 (nº 5.375/90, na Casa de origem), que altera a composição e organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria cargos e funções e dá outras providências.

Em discussão a redação final oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer de nº 362, de 1991. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada nos termos do disposto no art. 324, do Regimento Interno.

O projeto retornará à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1991 (nº 5.375, de 1990, na Casa de origem).

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria cargos e funções e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1-CCJ)

Dê-se ao § 1º do art. 6º transformando-o em parágrafo único e suprimindo, em consequência, o seu § 2º, a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. Os cargos em comissão de Assessor de Juiz, privativos de portadores de diploma de Bacharel em Direito, serão preenchidos mediante livre indicação dos magistrados aos quais forem servir.”

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Item 3

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1991, de autoria do Senador Maurício Corrêa e outros Senhores Senadores, que cria o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. (4ª sessão de discussão.)

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o quarto dia para discussão da proposta e apresentação de emendas por 1/3, no mínimo, da composição do Senado.

Discussão da proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão da matéria terá prosseguimento na sessão da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Item 4

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1991, de autoria do Senador João Rocha e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso V do art. 37 da Constituição Federal. (1ª sessão de discussão.)

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, transcorre hoje o primeiro dia para discussão da proposta e apresentação de emendas por 1/3, no mínimo, da composição do Senado.

Discussão da proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão da matéria terá prosseguimento na sessão da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dois assuntos me trazem à tribuna neste instante. O primeiro deles é a entrevista neste instante. O primeiro deles é a entrevista do Governador Joaquim Francisco para a qual peço, neste momento, a transcrição nos Anais do Senado.

A entrevista do Governador tem alguns tópicos onde S. Exª diz: “Não abandono o Presidente.”

Por causa dessas dificuldades, muita gente já começou a pular fora do barco e outros estão em vias de fazê-lo, como o Governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, que não tem enfeitado oportunidade para fustigar o Presidente da República.

Em um dos tópicos, S. Exª diz: “Para o Brasil sair da crise, o Presidente propõe o entendimento, a seu ver, o que está faltando para esse entendimento dar certo”.

Ele responde:

“Em primeiro lugar, o reconhecimento prévio é de que a crise é grave e que o País precisa encontrar um rumo, fazendo opção pela privatização, pela cooperação com capital estrangeiro, pela redução do tamanho do Estado, porque temos duas opções: sair da crise pela guerra ou pelo pacto. Alguns países saíram pela guerra; outros, pelo pacto. E alguns pela via da inércia: esperaram a quebradeira geral para, só depois, buscar a saída. Cabe a nós, nesta hora de dificuldades,

de espírito público, reconhecer que o Presidente da República tem um mandato legítimo, com três anos e meio de Governo pela frente. E Sua Excelência tem, portanto, autoridade suficiente para propor esse pacto, embora eu esteja cada vez mais descrente de sua viabilização."

O repórter pergunta: Por quê?

"Porque falta aquilo que eu disse antes: a consciência de que a crise é grave e espírito público para enfrentá-la."

Em outro tópico, ele pergunta:

"— Está convencido de que a abertura para o capital estrangeiro é realmente necessária para o Brasil sair do buraco?"

— Sim. Temos de fazer aqui o que os outros fizeram lá fora e deu certo. Será que a Alemanha, o Japão, o México, Taiwan e tantos outros estão errados e só nós é que estamos certos, com o País desse jeito?"

Aliás, ele diz também no manifesto nacionalista que está sendo encabeçado pelo Governador Miguel Arraes:

"— Lembrei-me de 1950, de Carmem Miranda e daquele tempo em que meu pai fazia a política do PSD. Mas como recordar é viver, de qualquer forma, valeu."

Um outro tópico:

"— Para o Senhor, foi um erro o Governo retirar o fim da estabilidade do emendão?"

Ele responde:

— Foi um erro sim. Como foi um erro também suprimir o dispositivo que acabava com a aposentadoria por tempo de serviço. Veja o meu caso, mandei o Dr. Jarbas Cunha fazer um levantamento na minha ficha e ele me veio, sorridente, dizer que no próximo ano me aposento, aos 44 anos de idade. Com essa idade, creio eu, ainda posso contribuir muito com o Estado e com o País. Mas se me aposento com o salário de procurador, quantos trabalhadores irão pagar a minha aposentadoria? Por isso, embora eu tenha esse direito, não vou me aposentar. Acho um absurdo, a pessoa se aposentar com 38 ou 40 anos, como ocorre com muitas professoras; não pela idade em si, mas pela sobrecarga que isso provoca à Previdência.

"Nos Estados Unidos, por exemplo, ninguém se aposenta com salário integral: no máximo recebe 70% — e aqui é 100% — do salário e aos 40 anos, 42 e 44. Isso não está certo, porque o País não aguenta essa carga."

Sr. Presidente, tenho autoridade para pedir a transcrição nos Anais dessa entrevista do Governador Joaquim Francisco. Todos sabem que, como Líder do Governo do Presidente Collor, no ano passado, nas eleições para o governo de Pernambuco, votei em Jarbas Vasconcelos. É um Estado que tem sorte com os seus Governadores. Desde o tempo de Agamenon Magalhães até hoje, ele tem escolhido homens de competência que poderiam até assumir o alto cargo de Presidente da República.

O Governador Joaquim Francisco, em sua entrevista, sintetizou muito bem o que o povo brasileiro espera da classe

política. Temos que pensar, primeiro, em ajudar a resolver os problemas graves por que passa o País hoje, e não perder tempo com fatos que só ocorrerão em 1995, como, por exemplo, as eleições para Presidente da República. Temos que ajudar o Presidente nesta jornada, porque todos estamos no mesmo barco: se ele afundar, afundaremos todos. Homens de responsabilidade como o Sr. Orestes Quércia, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, o Sr. Leonel Brizola, o Sr. Mário Covas e tantos outros têm que deixar de lado suas pretensões à Presidência da República e sentar à mesa de entendimentos.

Assim, congratulo-me com o Governador Joaquim Francisco pela maneira direta e franca com que S. Ex^a falou em sua entrevista. Isto porque há Governadores que vão ao Palácio do Planalto conversar com o Presidente e, quando saem, relatam para a imprensa outro tipo de conversa.

O Sr. Alexandre Costa — Nobre Líder, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Alexandre Costa.

O Sr. Alexandre Costa — Louvo o pronunciamento de V. Ex^a, mas comungo apenas pessoalmente com o pensamento do Governador de Pernambuco. Entendo que houve um certo exagero quando S. Ex^a disse da aposentadoria com 38 anos. Com 38 anos, só fabricada. Hoje, pela nossa Constituição, as mulheres podem aposentar-se até com 25 anos, pela aposentadoria proporcional, e os homens, com 30 anos, também pela proporcional, porque continuam a vigorar os 35 anos. Logo, como ele iria conseguir essa aposentadoria aos 38 anos?

O SR. NEY MARANHÃO — Ele falou aqui, Senador, entre 38 e 40 anos. Mas acredito que ele dosou muito a coisa. Mas ele disse que vai aposentar-se aos 44 anos.

O Sr. Alexandre Costa — Pela aposentadoria proporcional.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas com 44 anos, Senador, o homem está no auge da sua capacidade de trabalho e dos seus conhecimentos.

O Sr. Alexandre Costa — Mas nem todos. Com 44 anos, a classe alta está no auge, mas a classe pobre está no fim.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas, nos outros países, Senador, 44 anos ainda é muito cedo para a aposentadoria. Por exemplo, um professor se aposenta com 44 anos...

O Sr. Alexandre Costa — Mas, meu nobre Líder, V. Ex^a não pode comparar o Brasil com os outros países. Somos um País de salário mínimo de 42 mil cruzeiros. Com um salário de 42 mil cruzeiros, em nenhum país civilizado do mundo o homem alcança a aposentadoria aos 65 anos de idade, como estão pretendendo estabelecer. Vai-se confundir a morte com a aposentadoria.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas o Governador Joaquim Francisco está dando exemplos. É claro que 44 anos é uma idade muito pequena para se aposentar. Daqui a pouco o Brasil vai virar um país só de aposentados. Mas quem vai trabalhar para garantir isso? V. Ex^a está vendo o exemplo de países que estavam como nós.

O Sr. Alexandre Costa — E por que não fazemos tudo isso daqui para a frente? O mundo não vai acabar, e o Brasil também não.

O SR. NEY MARANHÃO — Estou apenas comentando essa entrevista do Governador Joaquim Francisco, com quem concordo em parte. O nosso País precisa é de trabalho. Veja V. Exª a China, que é um país parecido conosco, apesar de ter uma população oito vezes maior do que a nossa. Estive lá há dois meses e não vi ninguém pedindo esmola, ninguém com fome, ninguém sem trabalhar. Um outro exemplo seria Taiwan, um paizinho menor que a Paraíba e com uma reserva cambial de 86 bilhões de dólares, ou seja, o que o Brasil deve. Mas lá se trabalha.

Aliás, considero até bom que as pessoas trabalhem até os 65 anos, porque, ficando em casa e trabalhando menos, só vão pensar em besteira. Quanto mais a pessoa trabalha, mais ela se exercita. É melhor do que ficar em casa, trabalhando apenas quatro ou seis horas, muitas vezes até se viciando em drogas, bebidas e tantas outras coisas.

O Sr. Elcio Alvares — V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Elcio Alvares — O Governador Joaquim Francisco, inegavelmente um dos políticos de maior respeito neste País, demonstra, nessa entrevista, ter uma visão ampla da situação nacional. S. Exª é enfático: “não abandono o Presidente”. Tenho sido aqui, como integrante do PFL, um elemento que vem colaborando com o Governo nas votações.

O SR. NEY MARANHÃO — E o apoio de V. Exª, com a experiência que tem, é muito importante.

O Sr. Elcio Alvares — Agradeço a V. Exª. Mas, nos últimos dias, tem-me inquietado a postura do Governo em relação ao projeto político talvez mais importante que o Presidente Collor pudesse desenvolver. Com a apresentação do Emendão, o Presidente sofreu um primeiro revés sério. Ontem, durante uma votação na reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — e é preciso que se diga que isto está acontecendo aqui no Senado — houve uma mobilização geral de todos os Partidos de oposição, e o Governo amargou mais uma derrota dentro da Comissão. Então, quando o Governador Joaquim Francisco anuncia que não abandona o Presidente, S. Exª está tendo a visão não somente dos problemas sociais e econômicos, que são gravíssimos, mas também que o País está desordenado politicamente. O Governo tem de compreender que não é só falar do projeto econômico, do projeto social, porque a situação financeira do caixa não permite mais qualquer excesso de benemerência por parte do Poder Público. Ele tem que começar a preocupar-se exatamente com a sustentação política do Governo dentro do Senado da República, onde todos os projetos são maturados e examinados com cuidado por nós, Senadores.

Percebe-se, a olhos visto, que o Governo não estabeleceu um diálogo, que é fundamental para a prática democrática e para a solução dos problemas. Desde que o mundo é mundo, qualquer solução de problema administrativo passa pela via política. Se a via política for excluída, e o Governo não tiver preocupação com a sustentação das suas Maiorias nas Casas Legislativas, dificilmente ele conseguirá manter uma posição. Então, também concordo com o Governador Joaquim Francisco. É uma hora em que, pela gravidade dos problemas nacionais, não podemos mais distinguir as pessoas. O que está em jogo não é a imagem, a pessoa física do Presidente Fernando Collor, mas a realidade preocupante que estamos vivendo: a crise econômica nos assusta; os índices de inflação

estão subindo de maneira acelerada, e as consequências disso serão lamentáveis nos próximos anos. Então, nobre Líder Ney Maranhão, conheço o seu caráter, a sua personalidade, o seu modo aberto de agir, a sua solidariedade de companheiro que é impressionante. Entendo que este é o momento — que eu diria já se está tornando bastante difícil — para que o Governo se preocupe em formar suas maiorias ou abrir o diálogo político para permitir, então, que os projetos de grande importância, na área social e econômica sejam, evidentemente, examinados, não com a dificuldade que se antepõe já no primeiro passo do Emendão. Não tinha dúvida nenhuma de que o encaminhamento do Emendão para o Congresso Brasileiro iria gerar exatamente o que aconteceu ontem. As oposições se aliaram novamente, vão criar embaraço. Lamentei, porque o Presidente teve uma boa-fé extraordinária nesse os a preocupação de cada interlocutor de sair da sua própria versão sem se preocupar com o resultado final. Então, nós não podemos abandonar o Presidente. Não é apenas a expressão, na razão da pessoa física, mas sim de um sentimento nacional de preocupação coletiva. E se o Governo não se colocar, neste momento, dentro de uma realidade política séria, aqui dentro do Senado da República, vamos ter uma grande dificuldade que, no próximo ano, talvez seja intransponível.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço a V. Exª o aparte, Senador Elcio Alvares, pela experiência política que tem, com passagem por vários cargos como representante do povo do grande Estado do Espírito Santo, assim como mas, pela percepção das coisas que estão acontecendo. Com o que V. Exª falou do Emendão também concordo.

Quanto ao Governador Joaquim Francisco, repito, não votei nele, votei em Jarbas Vasconcelos, que é outro homem de bem, se fosse Governador de Pernambuco, acima dos interesses do partido, ele veria o Brasil e o Estado. Hoje eu colaborei e ajudo o governador Joaquim Francisco, porque o considero um patriota, um estadista e um homem que está vendo as coisas deste País.

Nessa sua entrevista, ele sintetizou que V. Exª acaba de citar: temos que nos unir, e a classe política, principalmente hoje, com a força que o Congresso possui, tem uma participação decisiva na crise em que estamos.

No ano passado, eu era o Líder do Governo. Quando o nobre Senador José Ignácio pleiteava a sua candidatura a Governador do Estado do Espírito Santo, assumi a Liderança do Governo, e ocorreram problemas difíceis na reeleição de um terço do Senado.

Nós, no Senado Federal, sustentamos as posições importantes do Governo Collor, sustentamos o problema de veto de salário, veto da Previdência. Tínhamos maioria segura. Hoje, não temos, porque o Governo não está interessado em ter essa maioria.

O Sr. Alexandre Costa — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Terei grande prazer em dar o aparte ao meu companheiro da velha guarda e meu guru no Senado; o Senador Alexandre Costa. mas, antes, quero concluir o meu raciocínio.

Sou um homem que acredita no Presidente. Como primeiro Senador a apoiá-lo, não tenho um inspetor de quartelão neste Governo, mas considero de fundamental importância o Governo ter essa maioria segura no Senado Federal, porque, na hora em que o Governo tiver essa maioria no Senado,

os nossos companheiros da Câmara (não acredito tenha o Governo maioria na Câmara — V. Ex^a sabe que sou franco — não acredito), os nossos companheiros das Lideranças na Câmara dos Deputados, repito, poderão negociar mais tranquilamente com a área radical e com a área de oposição, que quer apenas fazer o palanque para as eleições de 94, não deixando que o Presidente faça alguma coisa.

Se o Senado Federal tiver uma maioria segura, tudo poderá reverter-se, como se revertem no início do Governo do Presidente Collor.

A entrevista do Governador Joaquim Francisco está sintetizando muito bem aquilo que o povo brasileiro está olhando: a classe política e o Presidente da República; mas, principalmente, não está vendo a nossa classe política com bons olhos — basta verificar a pesquisa existente.

Também temos que levantar nosso astral junto ao povo brasileiro. Alguns dos nossos Líderes não estão vendo isso, estão de olho no que vai ocorrer daqui a três anos e meio, na eleição para Presidente da República, sabotando indiretamente esse entendimento nacional.

Portanto, congratulo-me com o Governador Joaquim Francisco por essa entrevista tão importante nesse momento de grave crise por que passa o País.

Tenho prazer de ouvir o nobre Senador Alexandre Costa.

O Sr. Alexandre Costa — Senador Ney Maranhão, V. Ex^a é um homem de longa experiência,...

O SR. NEY MARANHÃO — De experiência, mas sempre ouvindo V. Ex^a

O Sr. Alexandre Costa — ...desde os anos 60. V. Ex^a viveu todas as crises deste País.

O SR. NEY MARANHÃO — Todo esse filme vimos juntos, Senador.

O Sr. Alexandre Costa — Não há testemunho maior do que o de V. Ex^a do apoio que o Congresso Nacional tem dado ao Governo. O que o Congresso Nacional negou ao Presidente Collor durante esse tempo? Deu-lhe o Plano Collor I, deu-lhe o Plano Collor II. Está lançando um outro plano, que eu presumo, não sou eu que vou apelidá-lo, é o Emendão, que é o Plano Collor III.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas o Emendão hoje é a Emendinha.

O Sr. Alexandre Costa — Mas não sei se desta vez o Congresso o apoiará no todo. Mas a verdade está naquilo...

O SR. NEY MARANHÃO — E tem que apoiar rapidamente.

O Sr. Alexandre Costa — ...naquilo que ajude o Brasil. Logo, o Congresso tem sido muito correto com o País, com os interesses da Nação, e até mesmo com o Presidente Collor, porque o Congresso nada lhe negou. As coisas estão erradas, mas não é pelo Congresso Nacional. As coisas estão erradas é pela burocracia.

O SR. NEY MARANHÃO — E a nossa Constituição, Senador Alexandre Costa,

O Sr. Alexandre Costa — Mas quando o Presidente foi eleito sabia que a Constituição era esta. E prometeu que em 100 dias daria a solução.

O SR. NEY MARANHÃO — O próprio ex-Presidente José Sarney falou que a Constituição, da maneira como ela está, tornaria o País ingovernável.

O Sr. Alexandre Costa — Mas o Presidente Collor não disse isso.

O SR. NEY MARANHÃO — Sofreu que só "bode embarcado". O nosso Presidente José Sarney sofreu demais.

O Sr. Alexandre Costa — Quem disse isso foi o Presidente José Sarney, e não o Presidente Collor.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro, mas hoje o Presidente Collor reconhece.

O Sr. Alexandre Costa — Na vigência da Constituição, não encontrou nenhum defeito que o impedisse; tanto não encontrou que marcou cem dias para dar solução para a inflação no Brasil e para os nossos problemas. Disse que tinha uma bala; atirou e graças a Deus não pegou em nenhum de nós.

O SR. NEY MARANHÃO — Graças aos oligopólios, aos cartéis comandados pelo Antônio Ermírio de Moraes, essa bala molhou. Era uma bala muito boa, mas com certeza foi colocada dentro d'água, e na hora de apertar essa bala falhou. Os cartéis que o Presidente José Sarney tanto sofreu também.

O Sr. Alexandre Costa — Eu só quero dizer a V. Ex^a que não tenho prevenção absolutamente contra o Presidente nem contra o governo.

O SR. NEY MARANHÃO — Eu sei disso, Senador, V. Ex^a é um homem que está acima disso, só quer o bem do nosso País.

O Sr. Alexandre Costa — Eu nunca fui aqui uma oposição permanente, nem apaixonada, mesmo porque não posso me apaixonar contra os interesses da sociedade brasileira, mas quero que seja em termos. Acho que este Congresso Nacional tem os maiores homens brasileiros,...

O SR. NEY MARANHÃO — Correto, e V. Ex^a, que é um dos gurus daqui.

O Sr. Alexandre Costa — ...pela cultura, por tudo, enfim. Logo, eu tenho que acreditar no governo e também no Congresso Nacional, do qual faço parte.

O SR. NEY MARANHÃO — Essa posição de V. Ex^a é muito importante. V. Ex^a sabe que, às vezes, quando tenho algumas posições a tomar sempre recorro àquela gabinete do lado esquerdo do elevador, tomamos um cafezinho juntos e ouço com muita atenção os conselhos do nobre Senador e amigo Alexandre Costa.

Agradeço a V. Ex^a pela atenção.

O Sr. Elcio Alvares — Retorno ao meu aparte, se V. Ex^a me permite.

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Elcio Alvares — A palavra judiciosa do Senador Alexandre Costa fotografar bem a situação que estamos vivendo. Este Congresso, do qual temos a honra de ser um dos seus participantes, tem demonstrado em todos os momentos um sentido de patriotismo muito grande. É pena que às vezes a imagem seja distorcida. O Presidente tem tido nesta Casa, nos momentos mais graves, um apoio que é inquestionável. Apenas, evidentemente, e há um processo político, o governo

no início era uma coisa, o governo agora está quase na metade da caminhada. O que realmente nos causa espécie e preocupação é que o Governo não está, de maneira nenhuma, determinado a abrir um diálogo com as forças políticas deste País, não no sentido fisiológico. Repugna-me, quando leio determinados noticiários — sou membro integrante do Partido da Frente Liberal — dizendo que o PFL quer cargo, quer posição, quer vantagem pessoal e nunca reivindicamos nada ao Presidente da República. Damos sempre colaboração — como o Senador Alexandre Costa falou — no sentido de ajudar a resolver os grandes problemas nacionais. Porém, entendemos, neste momento, em que há uma clarinada muito forte na Câmara dos Deputados, com o desdobramento do Emendão, que foi um processo laborioso, de audiência, um processo que ocupou praticamente toda a mídia nacional. É o retrato exatamente de que há uma consciência de oposição. No momento em que há uma consciência de oposição, é necessário que haja uma consciência de Governo. Essa preocupação deve assaltar agora o Governo da República, para tentar fazer a sua maioria nesta Casa. Se não houver essa maioria, vamos ter uma visão distorcida, unilateral, o enfoque do Plenário — e são poucos os debates em favor do Governo neste plenário — V. Ex^a tem sido admirável no comportamento de defesa do Governo, juntamente com o nosso brilhante Líder Marco Maciel. Mas, observamos, cada vez mais cresce o sentimento de oposição, que é legítimo, é da prática democrática, mas que pode ser prejudicial no momento em que o País, independentemente, — torno a repetir — da pessoa física do Presidente Fernando Collor de Mello, vive uma das crises mais graves da sua história. E esta Casa, que é uma Casa de sabedoria, de prudência, o Senado da República sempre será a Câmara Revisora, que faz com que os grandes projetos tenham aqui um tratamento isento de partidos.

O SR. NEY MARANHÃO — São homens de cabeça fria, Senador.

O Sr. Elcio Alvares — Exatamente. Então Líder, Ney Maranhão, temos realmente essa preocupação. A oportunidade da entrevista do Governador Joaquim Francisco, nos trouxe, inclusive, o gáudio do aparte do Senador Alexandre Costa, demonstrando claramente isso, que é bom frisar também. Se há preocupação de executivos brilhantes, como o Governador Joaquim Francisco, também não falta a colaboração permanente, diuturna do Congresso Nacional para, ao lado do Presidente da República procurar resolver, desde que solicitado em tempo oportuno e na forma adequada.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Concorde com V. Ex^a, Senador Elcio Alvares. Acho que o debate de hoje, baseado na entrevista do Governador de Pernambuco, entrevista que colocou os “pingos nos is”, foi muito importante.

Espero que o Ministro Jarbas Passarinho, coordenador do Governo na área política, junto ao Presidente Collor, tome conhecimento deste debate. Na próxima semana terei oportunidade de falar também com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e aproveitarei para transmitir alguns detalhes deste debate que esclareceu muita coisa.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Tenho o maior prazer em ouvir V. Ex^a que é a figura do nosso professor. Eu o ouvia muito nos debates do Palácio Tiradentes. Quando eu escutava

que o Senador Nelson Carneiro iria falar no Palácio Tiradentes, já sabia que a seu lado estaria Monsenhor Arruda Câmara, no processo histórico dos debates sobre o divórcio. Debates brilhantes entre Monsenhor Arruda Câmara e Nelson Carneiro.

Ouçõ V. Ex^a com muita atenção.

O Sr. Nelson Carneiro — Considero-me nesta Casa um Senador independente para aplaudir ou criticar. Na minha idade, e no fim do mandato, o terceiro que o povo me conferiu para este Senado, não tenho interesse pessoal em jogo. Mas, acho que o que se perdeu em um ano e oito meses neste País, foi a esperança. O Brasil acompanhou a luta do candidato Fernando Collor de Mello na certeza de que o seu Governo restauraria neste País o que se havia perdido: a esperança. No entanto, acabo de ler no *O Globo* — houve um grande escândalo neste País com o que aconteceu na LBA — em manchete: “O Superintendente designado admite 115 na LBA e reconduz 78% dos exonerados.” Quer dizer, não aconteceu nada. Vamos restabelecer a situação anterior. Não é possível que essa seja a solução que o Governo encontrou para uma situação que todos achavam que precisava corrigir, inclusive o Presidente da República. De modo que, quando o Presidente da República quer o enxugamento da máquina, pede ao povo mais sacrifícios, mais impostos, e nomeia um Diretor — não o conheço, não tenho nenhuma restrição pessoal a ele —, mas que um mês depois, em vez de diminuir, aumenta de 115 o número de funcionários, não por concurso, funcionários de confiança, na LBA, e reconduz 78% daqueles que exonerou. Então, não havia motivo para mudar. Perderam a esperança aqueles que esperavam que a LBA tivesse um novo rumo, um novo destino. Está certo, ninguém é responsável pelo que aconteceu, tudo era muito bom e é melhor que se volte ao que era no passado. Essa perda da esperança, Senador, em todos os setores, é que está dificultando a ação do Presidente Collor. É preciso recuperar a esperança. Houve tempo neste País em que a esperança se chamava Luís Carlos Prestes, depois Eduardo Gomes, depois Jânio Quadros, depois Fernando Collor de Mello e foram desilusões em cima de desilusões. Então, este é um País que não tem por que se iludir. O que precisamos restaurar no Brasil não é a confiança, não é o ajuste fiscal, é a esperança e essa esperança já morreu há muito tempo no coração dos brasileiros. Se V. Ex^a consultar um a um, verá que ninguém tem mais esperanças...

O SR. NEY MARANHÃO — Eu tenho, Senador!

O Sr. Nelson Carneiro — ...só V. Ex^a, porque esses fatos demonstram que não se pode esperar de alguém que foi nomeado para fazer uma devassa e uma revisão profunda, acaba, ao invés disso, admitindo 115 na LBA e reconduzindo 78% dos exonerados. Por que exonerou? Para tirar de uma função e colocar em outra? O funcionário continuou o mesmo. Se o funcionário era dispensável tinha de dispensar, mas nesse momento queremos aposentar aqueles que fizeram concurso e não têm dez anos, enquanto vamos deixar aqueles que não tendo feito concurso, que entraram pela janela, mas tendo 5 anos em 1988, fiquem estáveis, porque a Constituição o permite. Mas, aqueles que são concursados e não têm 10 anos de exercício podem ser demitidos. Com esses critérios não posso votar a favor dessa emenda. Não há nenhuma crítica pessoal ao Presidente, mas perdi a esperança, e essa é a alma do povo brasileiro; todos nós brasileiros perdemos a espe-

rança. Peço a V. Ex^a que colabore conosco, fale com o Presidente para deixar tudo mais e restaurar a esperança o coração dos brasileiros, porque no dia em que não houver esperança, vamos para o desespero, até para a luta armada, porque o desespero leva a tudo. Vi, há poucos dias, na televisão, uma mulher presa, em São Paulo, que vai cumprir uma pena de 7 meses, porque na hora de ter o filho, e não tendo dinheiro, roubou uma mamadeira.

O SR. NEY MARANHÃO — Os ladrões de casaca não estão na cadeia, não é Senador? Os Governos passados também nunca colocaram. Aliás, o Presidente Collor já colocou, agora do INSS vários, na cadeia.

O Sr. Nelson Carneiro — Quero que se concluam os inquéritos rigorosos. Esses famosos inquéritos rigorosos que não acabam nunca. Quem são os responsáveis pelo caso do café? Onde estão eles? Quantos meses já decorreram! Onde estão os responsáveis pelos prejuízos dos usineiros de Alagoas? Onde estão os responsáveis por todos esses escândalos que todos os dias saem nos jornais? Esses nunca aparecem, nunca serão punidos! Por isso o que se perdeu no Brasil, Sr. Presidente, não foi a confiança no Presidente Fernando Collor, não foi a confiança em nenhum Presidente. O que se perdeu no Brasil foi a esperança de dias melhores. Vamos recuperar a esperança, e outros mais felizes, serão os dias do futuro.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Nelson Carneiro, ouvi o seu pronunciamento com toda atenção, com o respeito e a amizade que, como eu, todos nesta Casa têm por V. Ex^a

Com relação à LBA, V. Ex^a, num pronunciamento que fez aqui sobre o enxugamento dessa máquina, teve o meu apoio. Aliás, V. Ex^a sabe que houve um projeto de minha autoria, aprovado, por unanimidade, depois de acalorado debate na Comissão de Economia. Como é um projeto terminativo, já está na Câmara dos Deputados. Nele eu proibia o FAE, o INAM e a LBA de comprarem a não ser na CONAB, que é o órgão que tem controle de qualidade em todo o País. Debateremos isso.

No Senado, eu tinha certeza de que a coisa funcionava e funcionou. Com o apoio do Senado, o Governo Federal já determinou que todas essas entidades comprem na CONAB. Só com o apoio do Senado!

O Sr. Nelson Carneiro — E de V. Ex^a

O SR. NEY MARANHÃO — Não, Senador, a idéia foi minha. V. Ex^a sabe que fui Presidente da COBAI na época anterior. Comandei do Estado da Bahia a Paraíba e conheço esses bandidos, esses ladrões todos, e é por isso que minha área se saiu bem, sem nenhum atropelo. E falo grosso, porque conheço esses caboclos.

Mas vou examinar, Senador Nelson Carneiro, a denúncia que V. Ex^a acaba de fazer através de informações da imprensa. É terci o prazer de, na próxima semana, fornecer a V. Ex^a essas informações. V. Ex^a sabe que muitas vezes a notícia no jornal é deturpada. Não estou, de maneira nenhuma, dizendo que é inverídica, mas, como Líder do Governo hoje em exercício, vou me aprofundar nessa área. Coincidentemente, quando eu sair daqui, em conversa com o Ministro Jarbas Passarinho, tratarei dessa denúncia, que considero grave.

Quanto à esperança, Senador, V. Ex^a está falando da boca para fora, porque V. Ex^a tem esperança neste País. V.

Ex^a tem 80 anos de idade e eu tenho 65; nós dois já estamos depois dos 60, já "comprando vento"; Senador, mas esperança neste País eu e V. Ex^a não podemos deixar de ter. V. Ex^a diz isso para incentivar o Governo, os Deputados, os Senadores, os representantes do povo, para que tenham esperança neste Brasil.

Eu tenho uma fotografia, que muito me orgulha, Senador, de detento nº 20.402. Apreendi muito dentro da detenção. E a de Pernambuco era uma das piores do Brasil. Fui preso, cassado, perseguido, humilhado, suspensos foram os meus direitos políticos, mas nunca deixei de ter esperança neste País. Assim sendo, nobre Senador, V. Ex^a como os Senadores Alexandre Costa, Elcio Alvares e todos nós, torcemos e vamos ter a esperança de que, no final desta batalha, comandada pelo Presidente Collor, eleito por 35 milhões de votos de brasileiros que confiaram a Sua Excelência o Governo deste País, comprovaremos que Deus é brasileiro e que nós vamos sair da crise.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a me permite esclarecer? Eu tenho esperança no Brasil. Entretanto, os atos que estão sendo praticados e que estão impunes e, ao contrário, são prestigiados não resultaram no povo a confiança depositada no atual Presidente da República, com quem eu tenho as melhores relações e nenhuma razão de divergência pessoal. Mas acredito que cada um de nós está perdendo a esperança no governo atual. É preciso restaurar no Governo atual a esperança. Devolver ao povo a confiança de que dias melhores virão.

O SR. NEY MARANHÃO — Nobre Senador, todos os atos que são denunciados e que têm cabimento o Governo está apurando. E estão aí como prova os escândalos do INSS; que vêm desde o tempo do Sr. Getúlio Vargas, agora nas mãos do Presidente Collor, que deu toda a cobertura, não só à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também a de uma comissão paralela investigando esses bandidos de casaca: juízes, procuradores, advogados.

Aliás, tenho certeza de que todos os meus Companheiros do Senado vão me apoiar no apelo que faço neste instante à polícia do seu Estado, que está hospedando esses inocentes do rosarinho. Vi uma reportagem segundo a qual essa gente está sendo tratada a pão-de-ló. Telefones portáteis, televisões em cores, banho de sol permanente, enfim, como se estivessem nos apartamentos de hotéis cinco estrelas. E quero neste instante chamar a atenção do meu amigo o Ministro da Justiça para essa notícia veiculadas nos jornais da semana passada. Por que V. Ex^a sabe que as coisas que estão erradas, eu, como Líder do Governo, sou o primeiro também a denunciar, e o Presidente não aceita um negócio desse tipo. V. Ex^a, que é do Estado do Rio de Janeiro, não sei se viu a reportagem sobre esses "inocentes", ladrões, que são piores do que os macanheiros dos morros do Rio de Janeiro ou do Estado de Pernambuco, porque têm cabeça, anel no dedo e furtaram os miseráveis. Esses deveriam estar, meu amigo Senador Nelson Carneiro, lá na Ilha de Marajó, por ali, com uma enxada nas costas, quebrando pedra para poder viver e seus bens deveriam ser confiscados, pois esses são os bandidos de casaca e de colarinho branco. Faço um apelo neste instante à polícia do Estado do Rio de Janeiro, à Justiça e ao Ministro Jarbas Passarinho, para que atentem para esses bandidos, que estão vivendo melhor do que se estivessem na casa deles. Pelo menos foi o que vi na reportagem.

O Sr. Nelson Carneiro — Esclareço a V. Ex^a

O SR. NEY MARANHÃO — Tenho o prazer de ouvir V. Ex^a, que representa tão bem o Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Não tenho nenhuma ligação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro; ao inverso, a minha posição é contrária à do Governo. Mas quero esclarecer a V. Ex^a que as pessoas que têm diploma e que são acusadas, antes de condenadas, têm direito a uma prisão especial.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas nem tão especial como esta.

O Sr. Nelson Carneiro — Outros que não têm nem diploma de primeiro grau, quando são presos, têm também instalações especiais.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas telefones celulares, Senador?

O Sr. Nelson Carneiro — Ultimamente aconteceu isso em Maceió. Esteve lá um cidadão que não tinha nem curso primário desfrutando das mesmas regalias que têm hoje os bacharéis ou os advogados denunciados no Rio de Janeiro. No dia que eles forem condenados, devem ir para a prisão, igual a todos. Esta é a regra geral, ninguém deve ter privilégios. Mas, por enquanto, são denunciados, ou ao menos são acusados. Nenhum juiz os condenou e, depois da condenação, eles irão cumprir a pena no estabelecimento penal comum. Não tenho nenhuma participação, nem direta nem indireta, no atual Governo do Estado do Rio. De modo que acho que a crítica de V. Ex^a deve ser endereçada, realmente através do Ministro da Justiça, ao Governador Leonel Brizola. Não tenho nenhuma ligação política com o Governador Leonel Brizola nem com o seu Governo, de modo que não posso ser intermediário dessa crítica. Mas quero dizer a V. Ex^a que excessos há praticados não só no Rio de Janeiro para aqueles que têm diploma, como até para aqueles que não têm diploma, mas que têm parentes ilustres que ficam numa sala refrigerada, não no xadrez acusados de morte.

O SR. NEY MARANHÃO — Sei o que é isso, Senador. Passei oito meses na chave. Também não tive apartamento de luxo, não, fui para o xadrez comum. Sabe V. Ex^a, também, que passei quatro anos no 3º ano ginásial. Depois desses quatro anos, meu pai virou-se para mim e disse: — “Seu Ney — me chamava de Seu Ney — sempre sustentei fêmea, que são sua mãe e suas irmãs. Macho nunca sustentei. Portanto, quem não dá pra sela dá pra cangalha”. Foi assim que me formei, na escola da vida. Então, quando fui preso, Sr. Senador, fui para a grade normal. Sei o que é isso. O que não aceito são esses inocentes de rosarinho, ladrões da Previdência, estarem com telefones celulares. Vou aceitar o conselho de V. Ex^a e vou conversar com o nosso Ministro Passarinho, a respeito desses rapazes tão inocentes, que estão...

O Sr. Nelson Carneiro — Eu não quis dizer que são inocentes, não!

O SR. NEY MARANHÃO — Não, estou falando no sentido pejorativo, Senador, “inocentes”, daquele jeito que todos nós sabemos. Muito obrigado a V. Ex^a. O seu aparte muito engrandeceu o meu pronunciamento.

O Sr. Elcio Alvares — Senador Ney Maranhão, o último aparte da sexta-feira, que foi abrilhantado pelo seu debate com o Senador Nelson Carneiro.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado, Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares — Essas sessões de sexta-feira são sessões mornas, de pequenos pronunciamentos. Mas, à guisa da exceção, uma entrevista concedida pelo Governador Joaquim Francisco tivemos oportunidade de recolher opiniões que são muito valiosas, no momento em que o País precisa, mais do que nunca, que o debate se alargue. O que está acontecendo na verdade é que o diálogo e o debate estão ficando estreitos neste País.

O SR. NEY MARANHÃO — Concorde com V. Ex^a

O Sr. Elcio Alvares — O Senador Nelson Carneiro denuncia, como está na imprensa, um fato como esse. Se houvesse o debate, se esta Casa tivesse realmente uma mecânica de procedimento, como teria a Câmara Federal, teríamos, em menos de vinte e quatro horas, o esclarecimento total de fatos como esse, que deslustram qualquer administração. O Presidente Fernando Collor não deve estar nada satisfeito.

O SR. NEY MARANHÃO — Correto.

O Sr. Elcio Alvares — E se aconteceu, tem de tomar exatamente o peso da sua autoridade para demitir aqueles que transgridem, neste momento, em indagação nacional, normas de Governo que têm que ser as mais sérias possíveis. Há um detalhe, apenas para arrematar: quando o Governador Joaquim Francisco falou que não vai deixar o Presidente, é porque, no fundo também, há um residual de fé de esperança. O Senador Nelson Carneiro — temos a oportunidade de admirá-lo também há muitos anos — é talvez a palavra aqui mais serena, mais tranqüila e com a vivência de história que pode, em momentos graves como esse, dá um depoimento, às vezes, sem qualquer pretensão, mas de uma acuidade, de uma profundidade que merecem a nossa consideração. Isso que o Senador Nelson Carneiro falou é o pensamento nacional. É preciso reacender no povo a fé, é preciso que o povo tenha esperança de dias melhores. Porque se perder a esperança, seremos realmente uma Nação derrotada duplamente: pelos fatos que aí estão e por aquilo que, talvez, seja o sustentáculo maior: a força moral que impele os homens para construir alguma coisa. Torno a repetir, fechando o raciocínio, estou inteiramente feliz, porque V. Ex^a soube dar a esta sexta-feira o calor do debate. Não vamos perder a esperança. Ninguém, nesta Casa, vai perder a esperança. Mas é preciso que o Governo compreenda que para manter a esperança acesa é necessário a abertura de um diálogo que venha a construir em termos democráticos. Então, V. Ex^a, que é um Líder tão consciente da sua posição, leve estas palavras do dia de hoje, palavras que são palavras judiciosas, nascidas exatamente de uma observação que a cada dia fica mais inquietante. Nós precisamos que o Governo se abra, faça um leque de diálogo, para que o Congresso brasileiro, que tem dado, conforme disse o Senador Alexandre Costa, tantas demonstrações de solidariedade, possa continuar construindo cada vez mais em favor do País.

O SR. NEY MARANHÃO — Quero agradecer e concordar que os apartes ao meu pronunciamento, proferido por V. Ex^a Senador Elcio Alvares, como ex-Governador, com a experiência que tem dos cargos que já ocupou, pelo Senador Alexandre Costa, decanos dos Senadores, que vai completar 24 anos de mandato, depois de ser Deputado Federal, conhece muito bem a classe política, o povo que ele tão bem representa

até hoje, e a confiança demonstrada em S. Ex^a, provada pelos mandatos que tem recebido, do grande povo do Maranhão; e ainda o depoimento do nosso respeitável professor — quando digo professor é porque sou mais moço — porque àquela época, com a diferença de idade — eu tinha 24 anos, e era Deputado Federal e o Senador Nelson Carneiro integrante do velho PSD, o Partido da “Sorbonne” de Minas Gerais, um dos homens de cabeça fria, como Tancredo Neves, José Maria Alkimin, Bias Fortes e tantos outros.

Foi muito importante este debate, e quero dizer a V. Ex^a, Senador, que, na próxima quarta-feira, vou entregar em mãos ao Presidente Fernando Collor cópia deste discurso, para que Sua Excelência leia e medite. Quem sabe se este debate não ajude a clarear o túnel, para que a classe política se aproxime do Presidente e vice-versa, e, com isso, sairmos deste clima em que estamos vivendo.

Agradeço a V. Ex^a

Continuando, Sr. Presidente, passo a tratar de outro assunto.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Banco do Brasil incorporou-se de tal forma ao cotidiano da vida brasileira e ao fomento da atividade produtiva que virou sinônimo de confiança e de progresso. Este conceito, que podemos referendar sem qualquer hesitação, encontra respaldo em todas as camadas da população, em todos os setores da vida econômica e em todos os quadrantes do nosso território.

Reconhecendo a excelência dos seus serviços e hipotecando nosso apoio à sua administração, quero fazer justiça a uma empresa que movimenta um orçamento global de 180 bilhões de dólares, administrado por 117 mil servidores espalhados por 4.600 pontos de atendimento no País e 43 no exterior.

A par de ser uma empresa lucrativa — apresentou lucro de Cr\$43 bilhões ao final de 1990, em valores não corrigidos, e conseguiu a façanha de ser listada como uma das mais rentáveis pela revista especializada *Fortune*, recentemente —, o Banco do Brasil ainda desempenha uma função social e um papel estratégico da maior importância na formulação e execução da nossa política econômica. E, o que é mais meritório, consegue esses resultados em circunstâncias desfavoráveis, competindo em desvantagem com os bancos privados, que não têm outros compromissos senão o de bem gerir sua atividade negocial.

Neste momento, estamos presenciando alguns fatos que atestam a veracidade de minhas afirmações. O Banco do Brasil começa a recuperar-se de uma crise das mais agudas. Felizmente, essa instituição, quase bi-secular, não só se acostumou a conviver com crises em sua longa existência, mas também aprendeu a superá-las. Assim ocorreu por ocasião da Lei nº 4.595, de 1964, que destinou ao Banco do Brasil um papel meramente supletivo no sistema financeiro. Assim ocorreu, igualmente, quando da extinção da Conta Movimento, em 1986, que o obrigou, repentinamente, a buscar novas fontes de recursos. Até então, o Banco usufruía do suprimento automático representado pelas operações financeiras do Governo.

Agora, uma CPI instalada pelo Congresso apura as denúncias de esvaziamento do Banco do Brasil. Independente dos resultados que se obtiverem, desde já podemos ter duas certezas: a primeira, de que a atual administração, à frente do Presidente Laffaete Coutinho Torres, não compactua com qualquer iniciativa dessa natureza. Pelo contrário, defende com unhas e dentes os interesses da instituição e luta até

pela expansão de suas atividades. A segunda certeza, lastreada na experiência acumulada, na tradição, na receptividade que o Banco tem junto à sociedade brasileira, e na qualidade do seu quadro profissional, é de que, haja o que houver, ele superará eventuais adversidades, como tem feito até agora.

De qualquer forma, é necessário que nós, conscientes de nossas prerrogativas legisferantes, estejamos atentos aos acontecimentos, especialmente na ocasião em que viermos a deliberar sobre a legislação complementar que definirá o Sistema Financeiro Nacional, conforme prevê o art. 192 da Constituição Federal.

Entretanto, meu pronunciamento não objetiva angariar favores ou privilégios para o Banco do Brasil, cuja respeitabilidade está acima de interesses menores. A bem da verdade, devemos reconhecer que suas metas se confundem com as próprias metas da Nação. Isto posto, quero reafirmar minha convicção de ser o Banco do Brasil um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe o Governo para fazer com que este País reencontre o caminho do crescimento econômico, conjugado à melhoria do bem-estar social.

Esta é a razão por que venho salientar a importância do Banco do Brasil no nosso sistema financeiro e no próprio cenário econômico nacional.

Disse há pouco que o Banco do Brasil está-se recuperando de uma crise. A CPI do Congresso apura denúncias de um planejado processo de esvaziamento da instituição. Não quero antecipar julgamentos ou conclusões, embora reconheça que o simples questionamento sobre a existência de tal processo traga temores e prejuízos ao seu funcionamento regular. As dificuldades vividas pelo Banco são de origem diversa e em muitos pontos coincidente com a crise brasileira. Tal reflexo se observou, por exemplo, na execução da sua reforma administrativa, não propriamente pelos objetivos deste, mas pela forma como vinha sendo conduzida.

A redução do gigantismo estatal e a modernização do setor público, acompanhando os setores privados de bens e serviços, é proposta governamental plenamente justificada, mas que não se pode, de maneira alguma, realizar atabalhoadamente. Nos primeiros meses do ano, porém, a reforma começava a se implementar de forma traumática, açodada, comprometendo os serviços prestados — especialmente nas agências e postos de atendimento dos pequenos municípios do interior — e gerando incertezas e receios no corpo funcional.

Seguia o Banco do Brasil uma tendência de enxugamento de recursos humanos, financeiros e físicos que já se registrava no ano passado. Dos 134 mil funcionários que havia em 1989, restaram 121 mil no ano passado e 117 mil atualmente. Tal redução, obviamente, implicou uma menor oferta de serviços aos usuários, até porque o Banco do Brasil, há cinco anos, não realizava concurso público para preenchimento do seu quadro funcional.

Ao tomar posse, no mês de maio, o Presidente Laffaete Coutinho determinou a suspensão do fechamento de agências e o reexame do projeto de reforma administrativa, por entender que o Banco do Brasil é de vital importância para qualquer comunidade, especialmente aquelas cujo sustento baseia-se na atividade agropecuária.

Deve-se salientar, aliás, que 450 localidades espalhadas pelo território nacional não dispunham de outra instituição financeira que não o Banco do Brasil.

Desde então, alguns postos de atendimento nessas localidades foram reabertos, enquanto se reexamina o conjunto

de reformas que vinha sendo implementado. Além disso, as demissões foram sustadas, trazendo alívio ao corpo de servidores.

O descortínio de Lafaiete Coutinho e sua opção pelo fortalecimento da entidade que preside, respeitada nacional e internacionalmente, certamente há de repor o Banco do Brasil nos trilhos da eficiência e do desenvolvimento. Aliás, a política que desde maio vem sendo adotada pela administração do Banco há de resgatar o seu papel no contexto sócio-econômico.

De imediato, há que se reconhecer no Banco do Brasil o grande banco rural dos brasileiros. Responsável por 64% do crédito agrícola, ele assiste com eficiência os pequenos e médios agricultores e pecuaristas que não encontrariam guarida junto aos bancos particulares. Contribuindo para aumentar a produção de alimentos, o Banco do Brasil contribui igualmente para melhorar a qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias, para reduzir o êxodo rural e, consequentemente, para evitar a formação de favelas nas grandes metrópoles, cuja população periférica convive com a fome, a doença, a ignorância e a violência.

O volume do crédito rural concedido pelo Banco do Brasil é tão grande que somou Cr\$610 bilhões só para o custeio, nos meses de julho a setembro. Ainda esta semana, por conta do pacote agrícola, as superintendências foram autorizadas a liberar mais Cr\$425 bilhões, perfazendo a considerável soma de Cr\$1 trilhão e 35 bilhões. Esses valores, se não atendem a todas as necessidades da nossa agropecuária, excedem as exigências do Banco Central, ainda que possam significar menor rentabilidade para o Banco.

O crédito rural, porém, não é tudo o que o Banco do Brasil oferece. Seu apoio é decisivo também para as pequenas e médias empresas, para a exportação e para o desenvolvimento industrial e tecnológico, citando apenas as grandes vertentes de sua atuação. Suas funções abrangem desde o suprimento de numerário aos demais bancos até o pagamento de pensões a mais de 5 milhões de aposentados.

O Ministério da Economia incorporou, com a extinção da Cacex no ano passado, as funções normativas e administrativas do comércio exterior. Entretanto, o atendimento aos exportadores e importadores continua garantido pelo Banco do Brasil, que, inclusive, mantém linha de financiamentos específicos para o setor. Esta é mais uma das razões por que destaco, nesta tradicional instituição, papel fundamental para o nosso desenvolvimento. Além de manter os financiamentos, o Banco atua de forma seletiva, privilegiando a exportação de insumos, bens e serviços e a importação de bens essenciais à modernização do nosso parque industrial. Este suporte é fundamental para que o Brasil possa integrar-se ao mercado mundial, numa época em que a economia aumenta progressivamente suas tendências de internacionalização.

Tal apoio reflete-se nos esforços brasileiros pela ampliação, pelo domínio dos conhecimentos tecnológicos, procurando garantir níveis de eficiência e competitividade no mercado internacional. Urge, neste setor, correr contra o tempo, sob pena de nos distanciarmos definitivamente dos países do Primeiro Mundo. Para garantir o suporte que se requer nesse longo percurso, foi criado o Banco do Brasil Banco de Investimento, direcionado para a agroindústria e setores de tecnologia de ponta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um simples pronunciamento não pode relacionar todos os benefícios gerados

por uma instituição de tal porte, de tal tradição, de tal eficiência e de tal credibilidade como o Banco do Brasil. Sua atuação vai muito além das que aqui listei em breves considerações.

No momento em que o Brasil busca a modernização, o domínio tecnológico e o aumento da produtividade, não pode prescindir do apoio do Banco do Brasil. Na agricultura, particularmente, está um dos nossos maiores trunfos para vencermos a guerra contra a inflação, que continua nos ameaçando, e contra a recessão econômica. Só com melhores desempenhos dos setores produtivos podemos chegar ao desenvolvimento, e a participação do Banco do Brasil nessa estratégia é de importância incontestável. É nele que vamos encontrar ressonância para multiplicar os benefícios de nossa política social e econômica: O Banco do Brasil, posso asseverar, é o banco oficial que orgulharia qualquer país do Primeiro Mundo. É por este patrimônio que devemos zelar, e é no seu fortalecimento que repousa uma das molas mestras do nosso desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

JOAQUIM: "NÃO ABANDONO O PRESIDENTE"

O Governador reconhece que Collor está isolado e que por isso mesmo a hora é de apoiá-lo

Inaldo Sampaio

Pessoas que estiveram recentemente com o Presidente Collor saíram do Palácio do Planalto impressionadas com uma coisa: ele está envelhecido, impaciente, tenso, angustiado, como que revelando desencanto com a falta de êxito dos esforços dispendidos até agora para combater a inflação. Por causa dessas dificuldades muita gente já começou a pular fora do barco e outros estão em vias de fazê-lo, como o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que não tem enfeitado oportunidade para fustigar o Presidente da República.

Apesar de incomodado com o desgaste do Presidente, o Governador Joaquim Francisco não pensa em abandoná-lo. "Fui aliado dele desde a primeira hora e não seria agora que o abandonaria só porque ele enfrenta dificuldades", afirma o Governador. Acrescenta que o Emendão (ou emendinha) poderá servir de base a um entendimento político, que permita tirar o Brasil da crise, mas está cada vez mais descrente do sucesso dele "porque ninguém quer abrir mão de nada".

Nesta entrevista ao *Jornal do Commercio*, o Governador de Pernambuco dá sua visão sobre o Brasil de hoje, fala sobre as principais questões do Estado e faz também um elogio implícito à postura política do seu adversário na eleição de 90, Jarbas Vasconcelos, por ele não ter feito ainda qualquer crítica pública ao seu Governo. Eis sua entrevista:

— Ser um aliado do Presidente Collor, hoje, não é incomoda?

— Não. Eu entendo que neste momento de crise é fundamental estabelecer uma parceria com o Presidente da República para encontrarmos, juntos, uma saída para o País. Eu fui aliado dele desde a primeira hora e não seria agora que iria abandoná-lo só porque ele enfrenta dificuldades. Pelo contrário, o Presidente está vivendo dias de tensão e de angústia, e precisa do apoio de todos aqueles que têm espírito público para ajudá-lo a vencer as dificuldades.

— Por que o Presidente tem minoria no Congresso se a maioria dos deputados e senadores votou nele no segundo turno?

— Atribuo isto a dois fatores: falta de articulação política, por parte do Governo, e falta de espírito público da parte de muitos congressistas. Muitos deputados, não faz mal nenhum que se diga, colocam seus interesses pessoais acima dos interesses do País. Para resolver isto, o Presidente precisa dos interesses do País. Para resolver isto, o Presidente precisa articular-se melhor, mas boa parte dos deputados precisa esquecer também os projetos pessoais e pensar mais no Brasil.

— Para o Brasil sair da crise o Presidente propõe o entendimento. A seu ver, o que está faltando para que esse entendimento dê certo?

— Em primeiro lugar, o reconhecimento prévio de que a crise é grave, e que o País precisa encontrar um rumo fazendo opção pela privatização, pela cooperação com o capital estrangeiro, pela redução do tamanho do Estado, porque temos duas opções: sair da crise pela guerra ou pelo pacto. Alguns países saíram pela guerra, outros pelo pacto, e alguns pela via da inércia. Esperaram a quebradeira geral para só depois buscar uma saída. Cabe a nós, nesta hora de dificuldades, ter espírito público e reconhecer que o Presidente da República tem um mandato legítimo, com três anos e meio de Governo pela frente. Ele tem, portanto, autoridade suficiente para propor esse pacto, embora eu esteja cada vez mais descrente de sua viabilização.

— Por quê?

— Porque falta aquilo que eu disse antes: a consciência de que a crise é grave, e espírito público para enfrentá-la.

— Se esse pacto não se concretizar, para onde irá o Brasil?

— É imprevisível. Acho que sem o entendimento o País vai para uma situação de caos absoluto, para o imponderável. E fico pasmo quando muita gente diz: "Ah, o Brasil já superou muitas crises, e esta é apenas mais uma". Acontece que o mundo inteiro está tomando seu rumo, e nós temos de ter o nosso. Os países que tinham dificuldades semelhantes às nossas, como Argentina, México, Espanha, conseguiram superá-las. É um erro pensar que nós iremos sair da crise por gravidade. Só vamos superá-la com muita disposição e um roteiro previamente traçado.

— Por que o Sr. acredita que o Emendão do Governo pode ser o ponto de convergência para o entendimento?

— Porque significa sentar à mesa com uma proposta concreta para superar as dificuldades, porém o que houve nos últimos dias? Muitos pontos foram retirados porque não houve concordância sequer do lado do Governo. Todo mundo quer marcar 13 pontos, mas isso não é possível. Por causa disto, muitas propostas que o Presidente apresentou foram retidas e assim vai ficando cada vez mais difícil nós chegarmos a esse entendimento enquanto houver tentativa de simplificação da crise. O que é isso? Dizer simplesmente que "a crise é Collor", como se tirando o Presidente do Palácio a crise fosse solucionada. Portanto, é muito melhor exigir do Presidente certas regras, e aprová-las no Congresso, do que ficar dizendo bobagens. Infelizmente, muita gente não quer colocar-se em julgamento nem admitir que o Brasil só sairá desse quadro com medidas traumáticas. Se discordam desse caminho, que digam pelo menos qual é a saída. Não dá mais para simplificar o problema dizendo apenas que "a crise é Collor". Isso é infantilidade.

— Está convencido de que a abertura para o capital estrangeiro é realmente uma necessidade para o Brasil sair do buraco?

— Sim. Nós temos de fazer aqui o que os outros fizeram lá fora e deu certo. Será que Alemanha, Japão, Coréia, México, Taiwan, e tantos outros estão errados, e só nós é que estamos certos, com o País desse jeito?

— A propósito, o que acha desse "Manifesto Nacionalista" que está sendo encabeçado no Congresso pelo Deputado Miguel Arraes?

— Lembrei-me de 1950. De Carmem Miranda e daquele tempo em que meu pai fazia política no PSD; mas como recordar é viver, de qualquer forma valeu.

— O Sr. não considera que a privatização da Usiminas é um erro, por se tratar de uma estatal lucrativa?

— Tomara que essa crise exacerbe mais ainda a criatividade brasileira para que o País consiga convencer as empresas estrangeiras a comprar estatais não lucrativas, e nós ficamos aqui com as lucrativas. Depois, a gente consegue que os países estrangeiros recebam também os nossos maus políticos, para nós ficarmos com os bons, e assim sucessivamente. Já somos inovadores por estarmos nivelados a Cuba, na manutenção do monopólio estatal do petróleo, e também por existirem aqui dois partidos comunistas, quando nem na Rússia o comunismo existe mais. Por aí, como se vê, o Brasil vai ficando mais pobre, mas também mais criativo.

— O Sr. concorda com Brizola, quando ele adverte Collor de que deve ter muito cuidado com certos políticos que falam em entendimento apenas com interesse em ganhar uma fatia de poder?

— Com a experiência de 50 anos de vida pública, Brizola pode ajudar bastante o Presidente Collor nessa costura porque tem grandeza para isto.

— O agravamento dessa crise não seria por conta da exaustão desse modelo presidencialista?

— Em parte sim. Mas o nosso presidencialismo não é tão imperial quanto se diz. Há no Brasil, infelizmente, uma visão distorcida de que o Executivo pode tudo, o que não é verdade. Com a Constituição de 88 o Presidente perdeu muitas atribuições e o Congresso recuperou muitos poderes. Todavia, embora eu seja parlamentarista, não sou daqueles que acreditam que a sua simples implantação entre nós resolverá os nossos problemas. Na Assembleia Nacional Constituinte eu votei no presidencialismo porque alguns queriam implantar o parlamentarismo já, e eu entendia que era preciso primeiramente informar à população o que é o parlamentarismo para só depois implantá-lo. Para quê? Para que amanhã ninguém diga que não estava informado de que o parlamentarismo é o Governo dos deputados etc., etc. Trata-se, realmente, de um sistema de governo mais flexível do que o presidencialismo, mas eu torço para que não seja implantado, acodadamente, como em 61, sob pena de fracassar de novo.

— O Sr. também votou pela estabilidade do servidor público no emprego e hoje está contra.

Por quê?

— Porque eu cheguei à conclusão de que a estabilidade para todo mundo é um erro. Ela tem de ser seletiva. Por exemplo: para os concursados, para aqueles que exercem funções essenciais e não podem ficar na dependência de político do dia, e assim por diante. Da forma como está a estabilidade estabilizou o caos. Os que trabalham e os que não trabalham

são tratados da mesma forma, e o Estado não pode demitir. Outro exemplo: não é justo que um gerente de banco de uma agência que dá lucro ganhe a mesma coisa que um gerente de uma agência que não dá lucro. Há de prevalecer um percentual de criatividade e produtividade nessa relação para não haver injustiças.

— Foi um erro, para o Senhor, o Governo retirar o fim da estabilidade do Emendão?

— Foi um erro, sim, como foi errado também suprimir o dispositivo que acabava com a aposentadoria por tempo de serviço. Veja o meu caso: mandei o Dr. Jarbas Cunha fazer um levantamento na minha ficha e ele me veio sorridente dizer que no próximo ano eu me aposento, aos 44 anos de idade. Com essa idade, creio, eu ainda posso contribuir muito com o Estado e com o País, mas se eu me aposento com um salário de procurador, quantos trabalhadores irão pagar a minha aposentadoria? Por isso, embora eu tenha esse direito, não vou me aposentar. Acho um absurdo a pessoa se aposentar com 38 ou 40 anos, como ocorre com muitas professoras, não pela idade em si, mas pela sobrecarga que isso provoca à Previdência. Nos Estados Unidos, por exemplo, ninguém se aposenta com salário integral. No máximo recebe 70%. Aqui é 100% do salário e aos 40, 42 e 44 anos. Isso não está certo porque País nenhum agüenta essa carga.

— No caso de Pernambuco, como está esta situação?

— Está muito difícil. Com estabilidade no emprego, estabilidade financeira, isonomia salarial, e com cartórios montados por todo canto, fica realmente muito complicado fazer essa reforma administrativa séria, que não é para servir à pessoa do governador, mas ao próprio Estado e a sua população.

— A curto prazo, o Senhor pensa em fazer novas alterações na sua equipe?

— Pode ser. Numa equipe de 300 pessoas, que são as que compõem o primeiro escalão, há sempre a possibilidade de se fazer algum ajuste, até porque umas pedem para sair, outras pedem para mudar de lugar, e assim por diante.

Como o Sr. está encarando a postura serena de Jarbas Vasconcelos em relação ao seu Governo, e o fato de ele não ter aberto a boca ainda para lhe fazer qualquer crítica?

— Doutor Jarbas Vasconcelos é um político maduro. Tem participado intensamente da vida política do Estado e do País. Conseqüentemente, tendo a oportunidade de observar a dimensão da crise e as dificuldades que o Estado atravessa. Por outro lado, participou de uma campanha eleitoral há pouco tempo e está bem informado sobre a luta que nós temos de travar para executar um programa de Governo, até porque o dele tinha muitas semelhanças com o meu. Então, por essa soma de informações, e pela maturidade que ele adquiriu no exercício da vida pública, deve estar se resguardando para não dar uma opinião açodada.

— Quais são as notícias que o Sr. tem do Bandepe depois da "administração especial compartilhada?"

— As notícias são boas. A nova diretoria já está fazendo o levantamento completo sobre as causas do prejuízo que o banco vinha acumulando, e até que isso seja feito todos os ex-diretores, dos últimos 12 anos, estão com os seus bens em disponibilidade. Alguns apressadinhos fizeram um julgamento imediato dessa medida achando que o meu propósito era atingir "a" ou "b". Depois verificaram que a posição do governador teve por objetivo apenas resguardar o interesse do Banco, dos seus funcionários, e do povo de Pernambuco.

— É possível tirar o banco do buraco sem fechar as agências e demitir funcionários?

— Não creio, a não ser que haja uma ação intensa da comunidade, dos vereadores, dos prefeitos, dos empresários, para que todas as agências deficitárias passem a dar lucro. Um banco é um banco. Precisa funcionar dando lucro, o que não estava ocorrendo com o Bandepe, o qual vinha consumindo mensalmente Cr\$2 bilhões dos cofres do Estado para não ficar indimplente. Portanto, se os funcionários tomarem a firme decisão de recuperá-lo, junto com os gerentes, os prefeitos e a iniciativa privada, não será necessário o fechamento de agências. Do contrário, não há outra saída. Para ter uma idéia, há agências em que o movimento mensal não chega a Cr\$3 milhões, o que significa que nem o marchante da cidade está depositando no Bandepe. Se os funcionários considerarem importante manter seus empregos, vão ter de trabalhar, e trabalhar duro, para que dentro de pouco tempo o banco tenha condições de se recuperar.

— Aquele decreto seu, do mês de agosto, obrigando as empresas do Estado a depositarem no Bandepe foi o reconhecimento de que havia estatais depositando em bancos privados?

— Eu mantive a Conta Única no Bandepe e, pelas informações que tenho, uma ou outra empresa não depositava lá. O que ocorre em relação a isto é que certas pessoas estão usando este argumento para se proteger do relatório que está sendo elaborado pela atual diretoria. Mas podem ficar tranquilos que a verdade será dita. Se operou certo ou se errou, tudo vai ser esclarecido porque o Banco Central é que vai informar. No meu período, que vai de 15 de março para cá, eu tenho a consciência tranquila de que fiz tudo que estava ao meu alcance para não deixar o Bandepe ruir. Aumentei o capital, tomei dinheiro emprestado ao Banco Central, nomeei uma diretoria só de bancários, cobre atrasados. Se outros também fizeram isto, como diz o meu antecessor (Carlos Wilson) que durmam tranquilos. Agora, se não fizeram, a verdade vai aparecer.

— O Senhor se queixa muito da sonegação fiscal no Estado. O relacionamento pouco harmonioso do secretário Heraldo Borborema com os fiscais não está contribuindo para agravar mais ainda esta situação?

— Não acredito. Tenho absoluta certeza de que um auditor fiscal, que é um servidor do povo, não vai deixar de cumprir com sua obrigação só por causa de um desentendimento com secretário. Se eu fosse acreditar nisso, não acreditaria mais no Estado. A sonegação existe e deve ser combatida. O secretário Heraldo Borborema é uma pessoa que conheço há muitos anos, um homem competente, sério, leal, e tem todas as condições de fazer um bom trabalho na Secretaria. Mas os fiscais têm também compromisso com Pernambuco. Um sonegador é um inimigo do Estado e, como tal, deve ser combatido.

— Por que seu Governo está negociando reajuste de salário por categorias e não globalmente?

— Nós já tivemos negociações globais e agora partimos para negociações setoriais. Aqui mesmo nesta sala, eu cheguei a me reunir com representantes de 13 ou 14 sindicatos, e na semana passada tive um encontro de trabalho só com o pessoal da educação.

— Foi fechado algum acordo?

— Sim. Conversamos cerca de duas horas e chegamos a um consenso, levando em conta a dificuldade do Estado e a situação geral do País. Eu disse a eles e repito agora: se alguém tiver conhecimento de uma política salarial melhor que a nossa, nos Estados do Norte e do Nordeste, eu dou

a passagem para irmos até lá conferir a situação. Poderão argumentar que o Ceará tem uma política mais racional do que a nossa, mais lá o governador anterior, Tasso Jereissati, fez uma cirurgia que implicou em milhares de demissões. Será que existe aqui alguém advogando a mesma política que foi aplicada lá?

— Por que o Senhor não faz aqui um “censo do servidor”, a fim de apurar possíveis funcionários fantasmas, acumulações irregulares, e outras distorções que normalmente existem no serviço público?

— Estamos fazendo. Só na semana passada eu proibi duzentas acumulações de cargos. Ocorre que os nossos levantamentos estão sendo feitos com muita cautela para não submeter o nome das pessoas à execução pública. Muitas vezes trata-se de um servidor com 20 ou 30 anos de serviço público, que tem direito de receber aquilo que de fato está recebendo. Não adianta fazer, por exemplo, o que o Brizola fez lá no Rio: fixou o maior salário em Cr\$600 mil cruzeiros e um mês depois o Supremo revogou a decisão. As correções nessa área têm de ser feitas com muito cuidado para evitar futuras derrotas na Justiça.

— Falando agora de eleição: o Deputado Roberto Magalhães é o candidato de sua preferência à sucessão de Gilberto Marques Paulo?

— Dr. Roberto Magalhães conta com a minha amizade e a minha estima e, se depender de mim, ele disputa qualquer cargo que quiser. Pode disputar a Prefeitura em 1992, uma senatória em 1994, o Governo do Estado etc., mas vai depender dele e do partido. De minha parte não há problema. Em nosso conjunto de forças as decisões sempre foram tomadas consensualmente e eu acho que continuarão assim. Pessoalmente, proponho que a discussão sobre a prefeitura só comece em janeiro, mas se quiserem discutir antes também não há problema. Vamos para uma pré-convenção, e lá para fevereiro ou março a gente oficializa o candidato.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores: Brasília está em festa!

Fartas são as razões para este júbilo.

A cidade satélite do Gama comemora, no próximo dia 12 de outubro, o seu 31º aniversário.

O Gama, como a maioria das cidades satélites de Brasília, abriga grande parte dos trabalhadores que construíram Brasília.

Com cerca de 200 mil habitantes, o Gama é hoje uma cidade consolidada, apresentando uma atividade comercial diversificada e um conjunto promissor de indústrias.

A cidade possui boa infra-estrutura urbanística e oferece excelentes condições de vida aos seus moradores, com largas avenidas e praticamente todos os serviços implantados, além de um número considerável de equipamentos de esporte e lazer.

O Governo do Distrito Federal, sob a gestão do competente e dinâmico Joaquim Roriz, tem destinado ao Gama substanciais recursos para a complementação e execução de obras de grande interesse popular, no intuito de transformar a satélite em pólo de irradiação de progresso para toda a região Centro-Oeste.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, nesses 31 anos de existência o Gama cresceu muito, evoluiu e, hoje, busca inte-

grar-se como cidade apta a caminhar pelos seus próprios meios, dando exemplo de perseverança e contribuindo enormemente para o desenvolvimento do Distrito Federal como um todo.

Gostaria de expressar aqui os meus cumprimentos à valerosa comunidade do Gama, pela qual tenho particular admiração e carinho, pois ali tive o privilégio de ser o Administrador Regional por quase cinco anos.

Parabéns a toda família gamense!

Meu pleito de reconhecimento e admiração aos destemidos e operosos pioneiros que souberam, com garra e muito trabalho, transformar o Gama na grande cidade que é hoje e cujo futuro aponta para o sucesso e para a integração como pólo difusor de progresso para a região Centro-Oeste.

Mas a festa continua!

Nessa mesma data é comemorado o Dia das Crianças obrigando-nos a refletir sobre o futuro desses pequenos seres que necessitam, mais do que nunca, da nossa efetiva atuação e de ações no sentido de colocarmos em prática o disposto no Estatuto da Criança e Adolescente.

E coroando essa programação, Brasília receberá a visita de Sua Santidade o Papa que, num momento crítico do País, com certeza nos trará palavras de alento e de esperança para o nosso futuro incerto. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é cansativo e até mesmo enfadonho ouvir a mesma retórica conceitual das razões expostas na mensagem presidencial que acompanha as propostas de emendas.

Modernização é a palavra-chave para justificar todas as ações pretendidas pelo Executivo, quando expõe o objetivo a ser alcançado com a remoção dos obstáculos constitucionais:

Segundo a mensagem do Presidente, as propostas “poderão contribuir para construção de um Brasil moderno”... “A modernização do País exige a redefinição do papel do estado...”... “A modernização do País exige também a liberação da economia...” “A estratégia nacional para modernização requer abertura do campo das decisões políticas”...

É, ainda, na mensagem que o Presidente da República declina a sua “clara necessidade de remover alguns obstáculos estruturais, que impedem a plena retomada do processo de modernização” e reafirma que “para a construção de um Brasil moderno é indispensável que se retome o desenvolvimento” e “remova esses obstáculos ao processo de modernização do País”.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, nossa preocupação com o crescimento do Estado é bem maior que esse Estado moderno da simulação presidencial. E maior porque objetiva o crescimento social antes da máquina estatal, se estende às regiões Norte e Nordeste e significa trabalhar para que aconteçam as profundas modificações sociais que necessita a massa de brasileiros.

Quando falamos em desenvolvimento real queremos falar daquele que não mede apenas os índices econômicos, mas sim, é principalmente em países como o nosso, os índices de melhoria da qualidade de vida da população; desenvolvimento que propicia efetiva redistribuição da renda nacional.

Significa reafirmar o sentido dos postulados democráticos que nortearam a elaboração da carta constitucional de 88 e avançar nas modificações que venham aperfeiçoar e não dilacerar esse instrumento.

Pensar nosso País e nosso povo significa pensar os instrumentos legais que aqui foram votados: significa pensar nossa atuação. E, sob pena de sermos tachados de levianos pelas futuras gerações; não podemos desvincular a reflexão sobre o esforço de revitalização democrática da reflexão sobre a situação do País.

Estamos no Senado para cumprir e fazer cumprir a Constituição de 88, abrindo seu texto às novas conquistas da cidadania. Estamos para defender a independência e altivez legislativas.

Sr^{as} e Sr^{es} Senadores, temos que ter claro qual o espaço político e econômico que tem o País na correlação de forças internacionais, qual a melhor maneira de conduzir o País à verdadeira modernização, sem mais sacrifícios para a população. Avanços sociais e econômicos significam pensar qual o nosso papel neste contexto e os instrumentos ao nosso alcance. Que são as Leis que propomos, aprovamos ou rejeitamos.

Não podemos atropelar os projetos e emendas em tramitação, que enfeixariam o conjunto dos direitos fundamentais do cidadão, para atender a interesses circunstanciais e de resultados duvidosos.

Entendo que antes da revisão prevista para 93 e a regulamentação do texto constitucional não se pode admitir alterações de tal porte como das emendas enviadas ao Congresso pelo Executivo, tanto que apresentei o Projeto de Resoluções nº 61/91, objetivando a tramitação em regime de urgência das proposições que regulamentem a carta de 88.

Mas não é tudo, tenho que falar agora, como brasileiro e cidadão, da perplexidade que sinto pela falta de reação do congresso diante das alterações das regras políticas e econômicas que nos são propostas, muitas inconstitucionais, outras levianas, o que mexe com o dia-a-dia do trabalhador, que intranquiliza e vem desorganizar qualquer projeto produtivo. Propostas calcadas na prática autoritária, que se mantêm pela existência de componentes como o enfraquecimento do Poder Legislativo.

A crise econômica, a desorganização social, a corrupção, a crise de responsabilidades não são exteriores a nós. Fazemos parte da crise maior, que é a crise moral, ética, da qual somos todos Partícipes e vítimas.

O que aconteceu de tão terrível a este País que nos tornou insensíveis à realidade?

Como aceitar nos reunir e falar em modernidade sem que nossos esforços se dirijam vigorosamente e sem tergiversações para que desapareçam situações como a dos milhões de meninos e meninas à mercê das violências das ruas, e do povo desnutrido, deseducado, sem justiça e sem salário.

Desmandos com as proporções das fraudes e corrupções nas manchetes dos jornais todos os dias, em países do primeiro mundo ao qual pretendemos ascender, ou não aconteceriam ou seriam averiguadas com todo rigor e com a responsabilidade penal e criminal das autoridades envolvidas.

Mas nesta conjuntura de desagregação do tecido social, aonde se perdeu o significado do dinheiro público e as responsabilidades se diluíram, faz-se urgente não a construção do Estado moderno mas a reconquista da credibilidade do Estado frente à Nação, o que só acontecerá se novos rumos forem imprimidos e estes, certamente, passam pela transparência na admi-

nistração e pela participação dos representantes das categorias sociais nas questões diretamente ligadas aos seus interesses.

Serão mesmos esses os grandes temas nacionais que deverão estar sendo objeto de emenda à constituição? Serão mesmo as molas propulsoras das modificações necessárias? ou estamos mais uma vez vendendo uma grande ilusão? trocando o principal pelo acessório?

O conjunto das propostas atenta à ordem pública. Submete o Legislativo e o Judiciário ao poder absoluto do Executivo. Aniquilando a harmonia entre os poderes e os direitos individuais. Importantes conquistas na Carta de 1988, são subtraídas como o direito a dissídio coletivo, à irredutibilidade de vencimentos, o sigilo bancário, o seguro-desemprego, a isonomia salarial, o acesso ao ensino universitário, o princípio da anterioridade tributária, condena os aposentados à morte por inanição e o que é pior: os danos aos direitos individuais são excluídos de apreciação pelo Judiciário.

Paira, sobre esse Estado moderno, o Poder Executivo absoluto e irresponsável como só foram os dos Césares.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas o Projeto de Resolução nº 74, de 1991, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que altera dispositivos do Regimento Interno referentes à tramitação de proposta de emenda à Constituição.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A matéria será encaminhada às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária, da próxima quarta-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 1991
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1991, (nº 4.771/90, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 364, de 1991, da Comissão — de Educação.

— 2 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1991, de autoria do Senador Maurício Corrêa e outros Senhores Senadores, que cria o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. (4ª sessão de discussão.)

— 3 —
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
 Nº 15, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1991, de autoria do Senador João Rocha e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso V do art. 37 da Constituição Federal. (2ª sessão de discussão.)

— 4 —
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
 Nº 14, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1991, de autoria do Senador José Richa e outros Senhores Senadores, que altera a redação do caput do art. 2º e o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 377, de 1991, — da Comissão Temporária, com voto vencido dos Senadores Hugo Napoleão e César Dias. (1ª sessão de discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
ATA DA 26ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 25 DE SETEMBRO DE 1991
(REUNIÃO ORDINÁRIA)

Às dez horas do dia vinte e cinco de setembro, de mil novecentos e noventa e um, na sala da Comissão, sob a Presidência do Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Srs. Senadores: Pedro Simon, Francisco Rollemberg, Valmir Campelo, Elcio Alvares, Paulo Bisol, Oziel Carneiro, Antonio Mariz, Magno Bacelar, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Nabor Júnior, Jutahy Magalhães, Maurício Corrêa, Lourival Baptista, José Eduardo, Cid Sabóia, Amir Lando, Josaphat Marinho e Mansueto de Lavor. Deixam de comparecer, por motivo justificado os seguintes Senhores Senadores: José Fogaça, Carlos Patrocínio, Odacir Soares, Júnia Marise e Amazonino Mendes. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara aberta a sessão e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada o Sr. Presidente consulta o Plenário, para que sejam apreciadas extrapauta matérias encaminhadas a esta Comissão em caráter de urgência. Não havendo objeções, passa-se à apreciação da Consulta nº 5, de 1991, do Senhor Senador Mauro Benevides, solicitando da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposta de ato da Comissão Diretora que dispõe sobre a aplicação dos sistemas de ascensão e progressão funcional. Anunciada a matéria, o Sr. Senador Paulo Bisol usa da palavra para emitir o parecer, cuja conclusão sugere que se aguarde decisão do Supremo Tribunal Federal, que está apreciando a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 245-7, devendo, a partir de tal julgamento, firmar jurisprudência a respeito do tema. Em seu parecer o Sr. Relator acrescenta que, neste caso, mesmo estando a tese "sub judice", reitera a importância histórica e o conseqüente dever de o Senado Federal dar o exemplo, tomando a decisão que lhe compete ao deliberar; prosseguindo, sintetiza sua conclusão nos seguintes termos: — a ascensão funcional e a progressão funcional

especial são institutos banidos pela Constituição Federal de 1988; e, — as progressões funcionais horizontal e vertical, mecanismos de promoção internos a cada carreira, são institutos que não maculam a ordem constitucional. Após amplo debate, no qual se manifestam o Sr. Presidente e os Srs. Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Josaphat Marinho, Maurício Corrêa, Chagas Rodrigues, Elcio Alvares e Jutahy Magalhães, passa-se à votação do parecer do relator, que recebe aprovação por unanimidade. Continuando, a Presidência anuncia a apreciação de outro item extra pauta: Resolução do Senado Federal nº 42, de 1991 (Mensagem nº 437, de 28-8-91, na origem), encaminhada pelo Senhor Presidente da República, versando sobre proposta para que seja utilmada a contratação de crédito externo de natureza financeira mediante garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até y 28,889,000,00 (vinte e oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões de ienes japoneses), junto ao Overseas Economic Cooperation Fund — OECF. O Sr. Senador Elcio Alvares, designado o relator da matéria emite parecer concluindo favoravelmente às alterações já propostas pela Comissão de Assuntos Econômicos. Submetido a votos, é aprovado por unanimidade o parecer do relator. Prosseguindo, o Sr. Presidente anuncia a apreciação do item de nº 20 da pauta: projeto de Lei do Senado nº 286, de 1991, de autoria do Senador Meira Filho, que "Dispõe sobre o uso do cinto de segurança em veículos automotores" (decisão terminativa): O relator, Senador Magno Bacelar, conclui o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e aprovação quanto ao mérito, nos termos das três emendas que oferece. Aberto o debate manifestam-se os Srs: Paulo Bisol, Elcio Alvares, Mansueto de Lavor, Chagas Rodrigues, Maurício Corrêa e o autor da proposição, Senador Meira Filho. Após amplo debate, o Relator decide retirar da pauta a proposição, para nova revisão, aproveitando as sugestões oferecidas por este Plenário. Nesta oportunidade, a Presidência encerra a presente sessão, às treze horas e trinta minutos, deixando adiada a apreciação da pauta para a próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação juntamente com os apanhamentos taquigráficos.

ANEXO À ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA REALIZADA EM 25-9-91.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está aberta a reunião.

Somos 12. Há número para discussão e votação.

A Mesa recebeu do Senador Mansueto de Lavor, Relator do projeto de lei que dispõe sobre a criação da universidade Aberta no Brasil, solicitação de realização de uma audiência pública na qual serão ouvidas as seguintes pessoas: professor José Goldemberg, Ministro de Estado da Educação, professor Eduardo Coelho, reitor da Universidade Católica de Campinas e Presidente do Conselho de Reitores, professor Cristóvam Buarque, da Universidade de Brasília, e professor Juan Bordonave, da Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro.

Sugere ainda S. Exª que em face do teor do projeto em questão a reunião para a audiência se faça em conjunto com a Comissão de Educação.

Não havendo oposição do plenário e sendo aprovada a solicitação, entender-me-ei com o Presidente da Comissão de Educação para que se realize essa audiência conjunta. (Pausa.)

Não havendo quem se oponha, dou por aprovada.

A Mesa fica muito sensibilizada com os largos debates, mas eles, repetitivos muitas vezes, impedem o esgotamento da pauta. Peço aos Colegas que se manifestem sempre o mais sinteticamente, manifestando a sua opinião favorável ou não e resumindo os argumentos.

O SR. MEIRA FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador, para uma questão de ordem.

O SR. MEIRA FILHO — Desejo formular um pedido a V. Exª

Está na pauta um projeto de minha autoria cujo Relator é o digno Senador Magno Bacellar.

É um projeto que vem, sem dúvida, em sendo aprovado por esta Comissão, corrigir uma falha na legislação do trânsito em nosso País. É o uso obrigatório, que passaria a ter força de lei do cinto de segurança, submeto esse pedido a V. Exª — ele certamente, será decidido pelo Plenário da Casa — para que dê uma certa prioridade ou proponha uma inversão da pauta, conforme o julgamento de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa o submetera a apreciação tão logo sejam examinados dois projetos que têm aqui a maior urgência. Ainda nesta reunião ele será votado. Fique tranqüilo V. Exª

O SR. MEIRA FILHO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As consultas da Mesa devem ter sempre precedência, porque são questões de ordem levantadas no plenário sobre as quais a Comissão opina. Por isso mesmo, o Presidente deve estar informado das decisões da Comissão, para que não as repita se elas forem rejeitadas pela Comissão, ou mantenha a mesma orientação, se for o caso.

Há, aqui, uma consulta do Presidente Mauro Benevides quanto à constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposta de ato da Comissão Diretora que dispõe sobre a aplicação dos sistemas de ascensão e progressão funcional.

Pela urgência natural, para que se responda ao Presidente, se a Comissão estiver de acordo, vou dar a palavra ao Relator, o Senador José Paulo Bisol. (Pausa.)

Não havendo quem se oponha, a Mesa concede a palavra ao Relator.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sr. Presidente e Srs. Senadores, peço vênica pela extensão do relatório, mas trata-se de uma questão tão tortuosa, onde ocorreram tantos desvios e, por que não dizer, tantas corrupções do próprio legislador e do próprio Poder Judiciário, que eu não poderia ser mais simples e sintético que fui, porque esta é uma questão que tem de ser decidida de uma vez por todas. Não estou dizendo que tenha de ser decidida conforme eu penso, mas nós temos de assumir uma posição sobre o assunto. Não podemos ficar nesta ambigüidade que tem permitido as maiores distorções em matéria de ascensão nos serviços públicos.

Vou passar a ler o relatório.

(Leitura do Parecer)

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Em discussão o parecer.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa fez um apelo, no início da sessão, aos Srs. Senadores, para que as críticas, os comentários fossem breves, e que manifestassem opinião favorável ou contrária pelos argumentos, e não através de um grande debate porque, nesse caso não ficaríamos sempre com a pauta por decidir. Portanto, não me dirigi a V. Exª que não estava presente era um lembrete era para todos nós. Esse apelo renovo aos Srs. Senadores, porque estamos examinando o primeiro projeto nesta sessão.

Com a palavra V. Exª

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, entendo o apelo de V. Exª mas como a matéria é muito importante — e nós muito temos estudado, em várias tentativas, projetos anteriores, inclusive um, de autoria da Mesa, quando V. Exª era Presidente do Senado — manifestar-me é também muito importante. Posso, no entanto, abster-me, mas não sei se isso será...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, V. Exª tem a capacidade de sintetizar, porque se todos se manifestarem, só ficaremos nesse projeto, a síntese é um dos atributos de V. Exª

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, hoje não estamos decindo somente uma questão do Senado Federal, mas sim uma questão muito séria, relativa ao serviço público de um modo geral, uma vez que o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania será vital, inclusive, como peça informativa diante de Procuradorias, diante de Procuradorias, diante de assessorias jurídicas e por que não dizer até diante do Supremo Tribunal Federal onde a matéria está sendo examinada. Então, é da maior importância essa matéria.

Quero lembrar ao Senador Paulo Bisol que, quando do Regime Jurídico Único, fizemos, aqui no Senado, um substitutivo, em que baníamos tudo isso. A matéria foi para a Câmara dos Deputados e lá se arquivou o trabalho feito no Senado, sendo desarquivado uma mensagem, um projeto de lei do Presidente Collor para, sobre ele, ser montado o atual Regime Jurídico Único dos Servidores da Administração Direta, das Autarquias e Fundações. Esse fato constituiu um verdadeiro atentado jurídico, porque foi feito, inclusive, através de conversações, promessas etc., de associações de classes e sindicatos com o Sr. João Santana, uma combinação que não era lá muito jurídica. E quando a matéria chegou ao Senado, para variar, veio com aquele apelo que detestamos: para que não a emendasse mais, que a madássemos para frente, sem devolver à Câmara; e assim fomos obrigados a aceitar essas inconstitucionalidades que estão sendo declaradas pelo Senador Paulo Bisol e que o Relator, na ocasião era eu, ressaltava, mas se abstinha de fazer as competentes emendas porque a matéria era urgente e não podia voltar à Câmara dos Deputados.

Naquela ocasião, no entanto, muito embora sendo imprecisa a decisão da Câmara dos Deputados de arquivar o trabalho do Senado sobre o projeto de lei, vindo ainda do Governo Sarney, não houve nenhuma representação nem contra a Câmara dos Deputados nem contra o Senado, e consumou-se esse atentado regimental e constitucional de graves consequências, que hoje estão sendo detectadas; e isso é vital.

O parecer do Senador José Paulo Bisol é assim como uma hora do reencontro do Senado com a juridicidade; do reencontro do Senado com a defesa da Constituição, porque aqui fomos premiados, fomos espremidos em muitas ocasiões, exatamente, para deixar passar fatos, como por exemplo; o aumento dos militares que, é outro problemas gravíssimo com o qual concordamos, mas, também, não vai haver nenhuma representação, porque a questão social dos militares é muito mais grave do que outras facetas legalistas que pudessemos adotar aqui, e vamos acumulando isso sobre nossa história, incluindo na nossa biografia, na nossa vida, na nossa existência de Parlamentares.

Quero chamar a atenção do Senador Paulo Bisol apenas para uma necessidade: de S. Ex^a definir no seu parecer, com absoluta clareza, o conceito de promoção, porque é claro que a ascensão profissional foi banida inteiramente; não há mais ascensão funcional. Isso seria um engoso e um desrespeito à Constituição. O parecer da lavra do Sr. Saulo Ramos é de um inimigo da Constituição. Tudo que esse cidadão prolatou no Ministério da Justiça foi movido pelo sentimento de competição com a nova ordem constitucional, daí porque ter ele aconselhado o Governo Federal, recentemente, a mandar um projeto revogando o art. 19 das Disposições Transitórias; isso entendido estaria banida a estabilidade dos servidores não concursados, como se aquele dispositivo já não houvesse produzido todos os efeitos.

Para encerrar, Sr. Presidente, e atento ao apelo de V. Ex^a de nos pedir síntese numa hora como essa é uma malvadeza de V. Ex^a, mas eu vou atender a sua malvadeza, vou parar por aqui pedindo apenas ao Relator que deixe claro no seu parecer, um aditivo explicando o conceito de promoção, porque esse parecer será uma verdadeira bíblia daqui para frente para o servidor público de um modo geral, para as repartições, e até servirá como uma peça para o Supremo Tribunal Federal, dado o brilhantismo que foi alcançado pelo Senador José Paulo Bisol. Apenas não concordei com um parântese, e depois, particularmente, eu conversei com S. Ex^a porque não caberia na minha síntese. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Preliminar, Sr. Presidente. Preliminar a nossa apreciação. No fundado parecer que acaba de ser lido, o nobre Relator acentua, na sua parte final, que a matéria pende de decisão do Supremo Tribunal Federal. Parece da mais elementar prudência que, se assim é, suspendemos esse julgamento porque a decisão do Supremo, por ter um caráter de generalidade muito mais amplo que o nosso, prevalece sobre o nosso parecer.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra para discutir? Permite-me V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Uma questão preliminar exige exatamente, que os Srs. Senadores se manifestem sobre ela apenas...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Mas Sr. Presidente, a questão preliminar do Senador Josaphat Marinho está embutida na discussão genérica do processo. Não posso discutir a preliminar sem abordar...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu não vou limitar V. Ex^a no âmbito da sua intervenção, mas como há uma preliminar, pediria que V. Ex^a a examinasse também quando tivesse de proferir o seu parecer.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, quando o Senador José Paulo Bisol estava lendo o parecer na sua conclusão, pareceu-me de alguma prudência que se devesse aguardar o resultado da pendência *sub judice*. Todavia, tal é a clareza desse parecer que não há margem de dúvida. O Estado hoje está sobrecarregado por uma série de encargos, e nós, lamentavelmente, aqui devemos fazer uma *mea culpa*; nós, os partidos de esquerda, temos-nos preocupado muito com as questões corporativistas, razão pela qual se concede um favor para uma categoria e não para outra, dependendo das circunstâncias dos meios de pressão no Congresso, enfim, em todo o conjunto da sociedade.

Há parecer favorável, conforme salientou o próprio Senador José Paulo Bisol, emitido pelo Consultor-Geral da República. Há outras manifestações de órgãos internos do Governo, tudo a indicar que se devesse aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, entendo que já é hora de assumirmos uma postura, se está mais do que claro, mais do que evidente, mais do que nítido, que não existe mais o acesso funcional nos termos em que a administração pública o está interpretando, porque não assumimos a responsabilidade, já, num ato dessa natureza, de declarar nosso ponto de vista.

O Senador José Paulo Bisol coloca exatamente essa questão, e eu não vejo dificuldade em que assumamos essa responsabilidade pelo simples fato de que, se dermos provimento a essa consulta no sentido de acatá-la, claro que desse resultado atos decorrerão daqui para frente no sentido, até, do cumprimento dessas ascensões que estão sob pendência. Poderá ocorrer que amanhã ou depois o Supremo Tribunal Federal confirme que realmente a ascensão funcional não exista mais, e aí nós teremos praticado uma inconstitucionalidade ou, em menor escala, uma ilegalidade.

Se votarmos o parecer do Senador José Paulo Bisol, que prejuízo poderá haver: o de esperar mais algum tempo? Parece que é só essa a consequência que ocorrerá. Eu não tenho dúvida de votar, na íntegra, o parecer do Senador Bisol: primeiro, porque ele é irresponsável, em segundo lugar, porque não há que reparar prejuízo nenhum. Se o Supremo decidir daqui há 15, 20 dias, o fato de termos aprovado esse projeto não alterará a ordem jurídica dos fatos; retardará, isso sim, caso a ação de constitucionalidade não seja atacada, que esses funcionários que estão em condições de merecer essa ascensão funcional retardem nessas conquistas.

Tendo em vista a clareza do parecer e, inclusive, a oportunidade de chamarmos a nossa responsabilidade uma decisão tão importante, manifesto-me inteiramente favorável a esse parecer para que firmemos uma posição pioneira no Brasil em termos de administração pública, porque o corporativismo não existe só com relação a nós políticos, mas também às outras dependências do poder público; do Executivo, do Judiciário, e essa posição que vamos assumir aqui é absolutamente escoreita, porque marca um rumo. E reafirmando, a posição do Supremo não modificarei em nada a nossa.

Portanto, é uma posição de vanguarda, é uma atitude extremamente correta, no meu modo de ver, acolhermos esse parecer por sua lucidez e pelo seu conteúdo.

Voto, Sr. Presidente, e defendo a manutenção integral, sem me preocupar com a existência da ação direta de inconstitucionalidade que já tem um voto favorável do Relator — é o Ministro Moreira Alves? — já tem um voto substancial, que eu não li, mas pelas referências que fez o Senador Paulo

Bisol, que me deu uma cópia, creio que não há nenhum prejuízo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu a darei a V. Ex^a depois do Senador Chagas Rodrigues, que a havia solicitado anteriormente.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, serei breve. Quero pedir a atenção dos colegas quanto à situação difícil, do ponto de vista jurídico e moral, em que nos encontramos. Quero, de início, louvar o substancial trabalho do nobre Senador, cujo talento é reconhecido. À luz da Constituição, não há a menor dúvida. Isso está no parecer:

“Art. 37, II: a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão (é a única exceção), declarado em lei de livre nomeação e exoneração.”

Mas vejam, nobres colegas, a situação difícil em que nos encontramos. Aqui está o Regime Jurídico Único, mencionado, também, pelo nobre Relator, Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990. Esta lei não tem um ano, nós a votamos aqui, vejam a facilidade como estamos legislando, facilidade decorrente, muitas vezes, do atropelo e das matérias que se sucedem.

Diz aqui essa lei, art. 8º:

“São formas de provimento de cargo público:

- I — nomeação;
- II — promoção;
- III — ascensão;
- IV — transferência;
- V — readaptação;

E por aí continua,

Esse o art. 8º, que consideramos constitucional. Não faz um ano.

Diz o **caput** do art. 10:

“A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado depende de prévia habilitação em concurso.”

Repete a Constituição:

“Prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação.”

Agora, vem o parágrafo único.

O nobre Relator, no seu brilhantíssimo trabalho, parece-me que, na página 10, diz: “acesso e ascensão é tudo a mesma coisa” e lembra aquela expressão dos pampas argentinos.

Pois bem, o art. 10, **caput**, exige concurso.

O parágrafo único diz:

“...os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, ascensão e acesso.”

E quando saímos deste art. 10 para o art. 33, neste Estatuto, que é uma lei básica, quando trata da vacância, diz:

“Da vacância do cargo público decorrerá:

- IV — ascensão;
- V — transferência.”

Essa lei, votada na Câmara, que alterou nosso projeto, votada pelo Senado, sancionada pelo Presidente há menos

de um ano, vamos, agora, considerá-la inconstitucional em determinado disposto.

Essa lei — nós sabemos disso, inclusive o nosso mestre José Paulo Bisol — é lei. Toda lei presume-se constitucional até prova em contrário, declarada pelo órgão competente, que no nosso sistema jurídico, é o Supremo Tribunal Federal.

Essa lei está sendo aplicada em todos os órgãos, porque é lei. Foi votada e sancionada. E, agora, iríamos deixar de aplicá-la, considerando-a inconstitucional. Veja-se a situação difícil.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Só uma observação, Senador.

Acesso e ascensão, no correr da história desses conceitos, são a mesma coisa, mas agora, no Regime Único, na lei do Regime único, no art. 9º, parágrafo único, a palavra acesso tem um novo conceito: é o acesso por designação para cargos de chefia. É diferente, não tem nada a ver. Esse acesso é constitucional, mas nada tem a ver com a ascensão e o acesso anterior. Esse é constitucional.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sim, é porque V. Ex^a fala, na página 10, em acesso e ascensão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — V. Ex^a não entendeu o que eu disse. O art. 9º, até por deficiência de técnica legislativa, no parágrafo único, fala em designação por acesso para a função de direção e chefia; quer dizer, já é um funcionário público investido que vai assumir a chefia. É o acesso da função habitual dele para a chefia.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Perfeito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Isso aí é completamente normal, nada tem a ver com o conceito de acesso, que era a passagem de uma carreira para outra.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Então, continua tudo com relação à ascensão.

Pelo art. 10, como V. Ex^a esclarece, o acesso passou a ser chamado de ascensão.

Quero dizer aos Colegas que, do ponto de vista jurídico e constitucional, V. Ex^a está rigorosamente certo.

Agora, o que devemos fazer? Considerar pura e simplesmente a ascensão e a transferência inconstitucionais, ou dizer que, em decorrência da Constituição e em decorrência desta lei que votamos, ascensão e transferência têm que se subordinar ao **caput** do art. 10 prévia habilitação em concurso? Se não foi por concurso, é nomeado.

Depois, se ele faz outro concurso, pode ser objeto de ascensão, mas essa seria sempre uma maneira...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não é ascensão, se for carreira diferente, nobre Senador.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Ascensão de uma carreira.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Não. Se eu sou Promotor de Justiça, concursado, e faço concurso para Juiz de Direito, não é ascensão, tanto é que eu tenho que me demitir de um cargo para assumir o outro. É uma nova investidura. Não dá para fazer essa confusão!

O SR. CHAGAS RODRIGUES — A colocação que eu faço é que a lei não tem contradições; a lei e os dispositivos, precisam ser interpelados de tal modo que nos chegue uma interpelação harmônica. A Constituição é que permanece.

A Constituição diz que a investidura depende de concurso. Isso é fundamental, mas poderá dar margem a uma interpretação que V. Exª considera difícil e absurda.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Nobre Senador, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Pois não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Quando nós votamos isso, os Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Jutahy Magalhães e eu dissemos claramente que fíamos votar por pressão, mas que a lei continha inconstitucionalidade; e o exemplo que citávamos era o da ascensão. Quer dizer, votamos conscientemente e, já na época, afirmamos que a matéria não poderia voltar para a Câmara, porque era urgente.

Então alertamos o Senador no sentido de que havia inconstitucionalidade e mencionamos explicitamente essa inconstitucionalidade da ascensão.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Eu estava aqui nesse momento.

Mas de acordo com a função, essa é, a meu ver, a interpretação correta.

A função exige e tudo aquilo que permita um provimento, excluindo o preceito do concurso, é, conseqüentemente, inconstitucional.

Quanto à situação moral, não há dúvida, quanto à constitucionalidade de uma lei que não tem um ano... (tumulto no plenário, inaudível).

Deve a Mesa Diretora aplicar a lei? Ou deve sustar (inaudível)

O SR. ELCIO ÁLVARES — Não, não. Porque, parece-me o a matéria é inteiramente de mérito à discussão.

A preliminar posta pelo Senador Josaphat Marinho é muito clara e entendo que, no momento em que o Senador Chagas Rodrigues trouxe à discussão exatamente uma lei vigente, que está produzindo os seus efeitos, temos que ter a prudência, de não dar uma palavra definitiva, porque aí entraria em choque, também, diretamente contra um dispositivo legal vigente, aprovado por esta Casa.

Então, parece-me Sr. Presidente, se fosse colocado em discussão, que é preliminar. Nós não podemos discutir o mérito.

A preliminar do Senador Josaphat Marinho foi brilhante, o Senador José Paulo Bisol elucidou a matéria de uma maneira bem ao seu jeito, ao seu talento, mas, se nós tomarmos essa posição, assumindo, hoje, a responsabilidade do parecer, teremos dado uma palavra definitiva sobre um assunto que, em virtude das razões invocadas pelo Senador Chagas Rodrigues, tornar-se difícil, até sob o ponto de vista moral da apreciação da matéria, porque fomos responsáveis aqui, através da decisão do Estatuto coincidente.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — De modo, Sr. Presidente, que eu concluo, incorporo o brilhante parecer e chamo a atenção da Casa: o parecer do ponto de vista constitucional, é irrefutável.

Há essas considerações. Se eu tiver que votar o parecer, será pelo seu acolhimento, mas lamentando esses precedentes. Se a Comissão entender que deve aguardar, esse é um assunto que fica para a deliberação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Senador Jutahy Magalhães.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Gostaria de anunciar aos Colegas que estou na intenção de pedir vistas da matéria, mas estou ouvindo com tanto entusiasmo o brilho das discussões, que não gostaria de interrompê-la.

Mas a minha intenção é pedir vistas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu gostaria de usar a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ouço V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Em primeiro lugar, data venia, da opinião do Senador Josaphat Marinho e do Senador Elcio Álvares, creio que deveríamos deliberar, pelas razões já expostas no parecer do Senador José Paulo Bisol que, no meu entendimento de leigo, não merece reparo nenhum.

Mas eu gostaria, também, de aduzir aqui algumas informações de quem teve alguma experiência na administração da Casa.

Quando 1º Secretário, dizia que cada um de nós deveria exercer a 1ª Secretaria durante quinze dias para tomar conhecimento da realidade administrativa do Senado.

Se admitirmos essa ascensão, colocaremos, nos quadros do Senado, em carreiras para as quais não foram indicados, cerca de 600 funcionários que entraram pela Obra como apontadores de obras, como almoxarifes e, agora, vão ser médicos, engenheiros isso e aquilo.

Antes de ocupar o cargo no Executivo do Senado, eu tinha, no meu gabinete, logo que cheguei aqui como Senador, um funcionário que herdei do meu querido amigo Vicente, que, a cada ano, me pedia para assinar uma solicitação de ascensão funcional.

E eu assinava e brincava com ele: "Você não venha me pedir para ser Presidente do Senado, o resto está bem".

Sr. Presidente, hoje nós não temos um contínuo no Senado, pois estão todos exercendo outras funções.

Não temos um motorista.

Quando o Ministro Jarbas Passarinho chegou aqui e começou a comparar a diferença de vencimentos do motorista dele com o do Senado, eu disse: "Ministro, há um equívoco. O seu é motorista, o nosso é técnico legislativo. Eles não estão aí para dirigir, estão para fazer leis".

E não temos aqui quase ninguém na letra inicial. Esse é o grande drama que eu tinha para reconhecer o mérito de muitos funcionários que são extraordinários. Temos aqui funcionários que podem ser comparados aos funcionários do Banco do Brasil, da carreira diplomática, do Banco Central, porque são funcionários extraordinários, embora tenhamos também aqueles que não servem. Mas não temos carreira inicial. Quase todos estão no fim de carreira, não podem sequer ser promovidos. Por isso é preciso encontrar essa ascensão e essas transferências, porque eles já estão no teto.

Srs. Senadores, pelo bem da administração do Senado, vamos votar de acordo com o parecer do Senador José Paulo Bisol, porque é um absurdo o que há aqui nestas duas Casas do Congresso Nacional.

Eu digo isso sabendo que é impopular, sabendo que muitos Srs. Senadores têm a preocupação de atender a solicitações.

que chegam ao gabinete de cada um. Mas vejam que, quando fazemos aqui algo pensando em atender uma solicitação de um funcionário nosso, estamos criando um quadro de caos administrativos na nossa Casa.

Se permitimos o que se está propondo, devermos ver, primeiro, o que isso representará em aumento de gastos, e, segundo, o que representará em distorção de tudo que se fez aqui: nós vamos ter apontadores transformando-se — é só um exemplo apenas, mas existem casos semelhantes — em médicos, almoxarifes, em engenheiros e outras situações similares.

Penso que não devemos esperar, que devemos decidir.

Não nos vamos omitir, essa decisão é mais do que inconstitucional.

Quando assumimos a Comissão Executiva, a primeira preocupação que houve da Mesa, presidida pelo Senador Humberto Lucena, foi de fazer a obrigatoriedade do concurso público. E é preciso reconhecer, quando aqui se fala em "trem da alegria", que, desde a Mesa do Senador José Fragelli, não se nomeia ninguém sem concurso.

Não vamos, então, cometer esse erro, muito grave. Primeiro, por que foge à Constituição, e, segundo, ao respeito próprio de nós mesmos. Estaremos criando um problema no Senado, de ordem administrativa, que nós não podemos aceitar.

Quando o Senador Chagas Rodrigues falou na questão moral, a nossa preocupação deve ser a de que não devemos votar leis aqui como temos votado, não podemos aceitar o que alguns estão querendo. Essa deve ser a preocupação moral maior de todos nós; não aceitarmos que se faça isso.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Eu só queria fazer um esclarecimento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, Senador.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Parece-me que a preliminar do Senador Josaphat Marinho susta a nomeação, porque, no momento em que estamos colocando *sub judice*, não pode fazer, de maneira nenhuma...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu não estou falando que susta ou não. A minha opinião, Senador Álvares, é que não devemos esperar, devemos decidir logo, essa situação.

Essa é a minha opinião, que pode ser até minoritária, mas entendo que devemos decidir.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sr. Presidente, só um esclarecimento.

Uma matéria só está *sub judice* se ela particularmente é objeto de uma ação. Neste caso, só a tese está *sub judice*, a matéria não está *sub judice*.

Indago do nobre Senador Josaphat Marinho se concorda ou discorda.

A tese está *sub judice*; a matéria, não.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, chamado à colocação, eu acudo ao chamamento.

Se a matéria da constitucionalidade está posta perante o Supremo Tribunal Federal, é uma temeridade a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado decidir sobre ela.

Ainda que nossa decisão seja particular em relação à situação dos funcionários da Casa, a decisão que o Supremo der, se envolver toda a matéria constitucional relativa à investi-

dura, à ascensão, ou o que quer que seja, terá efeito sobre a decisão do Senado.

Apreciamos a constitucionalidade para dizer da nossa competência e da situação dos funcionários da Casa, mas a decisão do Supremo Tribunal Federal vale *erga omnes*.

E por isso que entendo que a mais elementar prudência recomenda, à luz do próprio e brilhante parecer que foi dado, que não antecipemos a decisão.

Quero, aliás, acrescentar: não conheço o projeto da Mesa do Senado, nele não tenho nenhum interesse, não há nenhum servidor a respeito do qual eu me tenha manifestado. Minha decisão aqui é absolutamente impessoal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa esclarece que não se trata de um projeto de lei, mas de uma consulta do Presidente sobre a constitucionalidade, em que Sua Excelência encarece o caráter de urgência. De modo que nós temos que responder ao Presidente...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, permite-me dar uma explicação da razão disso?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Deixe-me concluir apenas.

Entendo que a Comissão tem que responder ao Presidente se ele deve ou não admitir a ascensão funcional como um instrumento constitucional. Essa deve ser a nossa resposta.

Agora, o Senador Josaphat Marinho sugere que, antes de responder, aguardemos o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal.

É só.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, não é questão de nomeação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Ex.^a poderia até informá-lhe que a Comissão assim decidiu; que a matéria está *sub judice*, em caráter geral, no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — E que, assim, ele não aprovará nem submeterá ao Plenário, qualquer projeto de ascensão funcional, até que o Supremo Tribunal Federal decida.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Eu sempre preconizo a tese de que devemos defender o ponto de vista de que é inconstitucional. Devemos acatar o parecer do Supremo.

Agora, nada impede que o Presidente do Senado responda que é prudente aguardar a decisão do Supremo.

Mas, aprovado o parecer do mérito, seria uma insensatez dizer ao Presidente do Supremo que não o respeitamos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, o problema que existe na administração, atualmente, são os desvios de função.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Claro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A Secretaria está inteiramente atada para decidir a respeito da questão administrativa do Senado, porque quase todos os funcionários estão com desvio de função.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É verdade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, para acabar de uma vez com isso, muitos funcionários, até diretores, fizeram a proposta de fazer essa modificação através de ascensão e colocar cada um em uma função própria.

Enquanto demorarmos aqui para uma decisão, iremos manter o que está acontecendo. Então, temos que dar uma definição para que o Secretário tenha condições de organizar administrativamente o Senado, dentro de uma realidade.

Se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania considerar que eles não devem fazer essa ascensão, como eu julgo que não devemos fazer... A proposta surgiu na Mesa de V. Ex^a, como fizeram na Mesa de que eu participei. Inclusive o Secretário está sem conseguir, porque eu conheço vários Senadores, que estão pedindo a ida de um funcionário para o seu gabinete e que o Secretário não está podendo atender, porque não está querendo dar desvio de função.

Então, veja V. Ex^a, essa decisão tem que ser imediata, para o bem da administração da Casa. Se esta Comissão achar que deve permitir, erradamente, que o faça. Agora, se pensa que não deve fazer, então não vamos ficar nos omitindo a cada instante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Quería colocar a questão que vai ser votada.

Temos que responder ao Presidente da Casa. Aqueles que entenderem que se deve esperar até a decisão do Supremo votarão sim, porque acho que, quanto ao mérito, não há divergências, ao menos manifestadas até agora. E os que entenderem que não se deve esperar, votarão diretamente pela remessa do parecer, como uma decisão da Comissão.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — V. Ex^a foi claro: quem quiser, que aguarde o voto do Senador Josaphat Marinho; quem acha que deva aprovar o parecer do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu não coloco nestes termos, porque o Senador Josaphat Marinho não se opôs ao parecer.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Mas S. Ex^a lança uma preliminar, que é excludente da votação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sr. Presidente, só um minutinho. O parecer não vincula, não é decisão, não vincula o presidente, o presidente faz o que bem entender. Se S. Ex^a achar que deve aguardar a decisão do Supremo, que aguarde. Se S. S^a achar que não deve... Agora, temos que apresentar o parecer. Somos consultados em regime de urgência e temos que dar, em regime de urgência, o parecer.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Acho que está claro, Sr. Presidente; já podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Portanto, são duas correntes: aquela que acha se deve responder ao Presidente, que S. Ex^a não deve tomar nenhuma decisão antes da decisão do Supremo; e aqueles que acham que a própria Comissão já tem o seu ponto de vista, que é o parecer do Senador José Paulo Bisol, contra o qual ainda não foi manifestada nenhuma opinião contrária até esse momento, ainda que todos se reservem, evidentemente, para, depois da preliminar, manifestar o seu voto no mérito.

Penso, aliás, que as duas coisas poderiam se somar. É evidente, tem que se começar pelo princípio.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, entendendo também que, aprovado o parecer, recomenda-se sustar esses atos. Se amanhã o Supremo decidir de modo contrário, nada impede que o pessoal possa ser beneficiado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Bom, desde que há uma preliminar, tem que ser votada a preliminar. Em todo julgamento sempre foi assim. Vencida a preliminar, vence o mérito.

Vamos colher votos então quanto à preliminar.

O Senador Josaphat Marinho sugere que se responda ao presidente que a matéria está *sub judice* e que S. Ex^a deve aguardar a decisão do Supremo. Quem não se conformar com isso, votará não. No mais, a preliminar foi suscitada e tem que ser votada. Nem todas as preliminares são aceitas nos tribunais, mas são todas votadas.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Votos contrários, 15; favoráveis, 2. A preliminar não prosperou.

O SR. MEIRA FILHO — Sr. Presidente, meu nome não consta.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Desculpe! Senador Meira Filho, 16 votos.

Bom, então, vamos votar o parecer.

Ainda não se votou o mérito. Alguns discutiram, mas nenhum votou. Vou colher os votos quanto ao mérito. Como não houve um debate maior, uma divergência maior, vou fazer um voto, vou dar por aprovado, salvo aqueles que se manifestarem em contrário.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — (Fora do microfone) — Quero fazer a seguinte declaração: Abstenho generalidade, segundo consta ao parecer, está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal. A decisão desse órgão, como se sabe, prevalece sobre qualquer outra, do ponto de vista da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Bom, peço que alguém...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, tendo votado pela preliminar, quero dizer que, quanto ao mérito, acompanho o parecer do Senador Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — De modo que parece isolada a posição do Senador Josaphat Marinho, salvo se outro se manifestar nesse sentido. De modo que o parecer foi aprovado e vai ser remetido ao Sr. Presidente do Senado Federal.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, pela ordem. Tenho matéria de urgência e é uma matéria relevante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou dar a palavra a V. Ex^a nesse momento. E depois, atenderemos a solicitação do nobre senador.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, apenas para um rápido esclarecimento, embora a matéria já tenha sido vencida. É até prudente que se firme essa posição, porque os próprios funcionários terão a liberdade, caso a Presidência do Senado acompanhe a decisão da Comissão de Justiça, de tomar uma providência de natureza judicial. Ficam os funcionários livres, aí sim, para arguir, em juízo, os seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Por se tratar de matéria urgente, dou a palavra ao Sr. Senador Elcio Álvares. Solicito a atenção dos colegas para que não se afastem do plenário, porque é preciso que haja número nessa deliberação.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Tenho problema da questão de ordem e tenho esse...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, da questão de ordem não. Esse é que é importante.

O SR. MEIRA FILHO — Sr. Presidente, eminentes colegas, em síntese: esse projeto tem apenas uma dúvida no que se refere exatamente à ementa. Então, só vou ler aqui rapidamente: (Leitura de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Houve um equívoco na publicação da resolução. Deu-se como parte a União, a República Federativa, quando era a Companhia Docas de São Paulo. É essa a correção que está sendo votada nesta oportunidade.

Os Srs. que estiverem de acordo com o parecer permaneçam sentados.

A Mesa submete ao Plenário a solicitação do nobre Senador Meira Filho...

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Sr. Presidente, pela ordem. Tenho um projeto aqui urgente, e uma questão de ordem também. Mas é uma providência que vamos requerer, apenas uma diligência, poderemos observar logo, porque é um assunto momentoso, inclusive do interesse do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Senador Meira Filho, pede que seja lido o parecer. Relator — Senador Magno Bacelar. Se não houver oposição, o problema é simples, diz respeito a cinto de segurança.

O Senador Magno Bacelar pode fazer uma síntese do parecer.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Bom, Sr. Presidente, eu havia levantado uma questão de ordem e gostaria de solicitar a V. Ex^a, também, a inclusão do último item, que se relaciona ao projeto de lei de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (e que existem aqui presentes daquele órgão) e como o nosso parecer é simples, pela aprovação, gostaríamos que fosse incluído também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Oportunamente, a Mesa o submeterá. Vamos votar este.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Sr. Presidente, o projeto é de autoria do Senador Meira Filho e estabelece condições para que seja obrigatório o uso do cinto de segurança nos veículos de transporte e particulares.

Do ponto de vista constitucional, pelo mérito, somos favoráveis. E apresentamos emendas que apenas venham aprimorar a iniciativa do nobre Senador. De forma que, sintetizando, é isso.

Se a comissão preferir, teremos o relatório, que é pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — V. Ex^a poderia ler as emendas. V. Ex^a apresenta três emendas.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Pois não; que visam melhorar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — É o 22.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — (Leitura das emendas.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Senador Bisol pede a palavra.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sr. Presidente, não quero criar caso. Já crio demais!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, se V. Ex^a quiser, tem o dever de suscitar...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Essa questão do cinto de segurança é universal. Mas, apesar de ser universalizada, não é jurídica. A lei não pode me obrigar a não me matar, quer dizer, a lei só pode interferir na relação social. Então, na medida em que a lei diz assim: você é obrigado a pôr no filho, na criança o cinto, aí ela é lei. Mas quanto a eu pôr cinto, a lei não pode! Está intervindo na minha individualidade e o meu modo de ser não interessa a ninguém, se não afeta a ninguém. Não há a relação social. É impossível estabelecer uma obrigação jurídica de foro íntimo. Quer dizer, eu vou me matar se eu quero me matar. É aquela história: se queres se matar, por que não te queres matar...

O SR. ELCIO ÁLVARES — A lei não proíbe fumar maconha, não proíbe se drogar?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Aí é um fenômeno social. Onde não existia relação social, a obrigatoriedade da lei não existe! Então, essa lei aí só é lei na relação do pai com o filho, ou do motorista com o menor, que está no carro, etc. Agora, a lei me obrigará, a mim, de colocar o cinto? Me desculpe!

O SR. MEIRA FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra como autor do projeto.

Não vou absolutamente discutir com o Senador Bisol, a quem tenho, em diversas oportunidades, manifestado pessoalmente a minha admiração pela inteligência e pelo saber. A intenção do projeto não é proibir ninguém de se matar, não. Quem sou eu! Isso é para Deus, e não para mim! A intenção do projeto é evitar que a pessoa viva inutilmente, imprestável para a vida. É o que descobri e fui pessoalmente ao setor de politraumatizados do Hospital de Base e saí de lá impressionado, porque em grande parte os ferimentos graves são por falta do uso do cinto de segurança. No Brasil, parece-me que temos uma alergia à lei; parece que temos uma desobediência permanente à lei. Acho que nós, legisladores, temos que primar pelo cumprimento da lei. O uso obrigatório não tem força de lei. E é preciso, Sr. Presidente, que esse cinto de segurança que está sendo usado pelas nações do mundo inteiro com imensos e satisfatórios resultados, que esta lei seja aplicada em nosso País.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Com a palavra V. Ex^a

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, ouvi com a maior atenção, atenção de sempre, o Senador Bisol. Na realidade, a sua tese é corretíssima. Para uma questão de foro íntimo, não pode, absolutamente, haver normas de obrigação de comportamento, desde que realmente não tenha repercussão social, isto é, que não leve perigo de danos

para terceiros. Ocorre que, quando ele aplica o caso do uso obrigatório por lei do cinto de segurança, que é o objetivo do projeto em discussão, discordo do Senador Bisol, porque aí é exatamente essa a finalidade. Se o uso do cinto de segurança fosse só para a pessoa que vai usar não se machucar, não se acidentar, tudo bem! Estariam válidos os argumentos do Senador Bisol. Mas ocorre que as estatísticas do trânsito, a análise das consequências de um acidente de um automóvel que conduz três, quatro, cinco pessoas levam a concluir que muitos dos acidentados são em face de projeções de outros, em cima uns dos outros. Então, digamos que a pessoa não possa ser obrigado por lei a usar o cinto de segurança se ele estivesse sozinho. Mas se ele está dentro de um transporte com outros não apenas um coletivo, mas um carro, ele causa, se não está usando o cinto de segurança, uma ameaça de ferimentos, de lesões a outros, porque ele fica realmente, em caso de acidente, como qualquer outro instrumento a prejudicar, a ferir terceiros. Nesse caso, eu queria que o Senador Bisol atentasse para o argumento de que não se trata apenas de resguardar a pessoa, a sua intimidade, a sua decisão pessoal, mas é exatamente o fato de resguardar a integridade de terceiros, inclusive de crianças. O que adianta, por exemplo, impor que uma criança, que um passageiro use um cinto de segurança se um adulto pode, por si mesmo, dizer: não; eu não uso o cinto de segurança! Isso significa que, no caso de uma virada, ele vai ferir, vai machucar, tem possibilidades maiores de ser causa de acidentes e de ferimentos para outros.

Não estou defendendo com o mesmo brilho do Senador Bisol, mas a prática, que realmente nos ensina, mostra que, em vários países, conforme disse o Senador Meira Filho, é legislação não contestada por juristas. Nos Estados Unidos, em vários Estados é lei a obrigação do uso do cinto de segurança, noutros não é, mas apenas uma recomendação. Então, se se quer introduzir num país essa lei, num país em que há um verdadeiro campeonato de acidentes e mortes em decorrência do trânsito, creio que essa proposta, esse projeto vem em benefício da coletividade. De modo que eu até faria um apelo ao Senador Bisol para revisar essa sua posição sob esse ângulo, de que a pessoa que não usa cinto não está causando só perigo a si mesma, mas aos outros também. Era isso, Sr. Presidente. Eu gostaria de dizer que esse projeto é importante. Mas seria importante também se obrigasse os coletivos, ônibus, por exemplo, principalmente os ônibus interurbanos, a usar também cinto de segurança, como tem nos outros países.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — V. Ex.^a me permite um aparte, como Relator, apenas para dizer que foi introduzida uma emenda objetivando isso. Não ônibus urbanos, porque transporta passageiros em pé e seria difícil.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Exatamente. Agradeço a informação que é da maior importância. Praticamente é o mesmo argumento com o que se usa o cinto de segurança nos aviões, deve-se usar nos ônibus, até porque os ônibus estão andando quase concorrendo em velocidade com os aviões, não é? Então, é importante se introduzir, se não nos urbanos, mas, pelo menos, nos interurbanos também os cintos de segurança nos coletivos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. MEIRA FILHO — Sr. Presidente, se me permite, quero dizer a V. Ex.^a e aos meus pares que não me baseei apenas no que lamentavelmente, tristemente vi no politraumatizados do Hospital de Base e também no Sarah Kubitschek. Recorri a estatísticas oficiais em nosso País. Por exemplo,

apenas para ilustrar um pouquinho: de 27 mil, 195 lesões causadas em acidentes nas cinco principais rodovias de São Paulo, entre 1976 e 1985, 32% atingiram a cabeça do motorista ou do seu co-piloto exclusivamente por falta do cinto de segurança.

O Senador Magno Bacelar, com a sua inteligência e a sua vivência legislativa aprimorou esse projeto, pelo que manifesto aqui, nesta comissão, o meu agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Senadores que não se afastem, senão não haverá número para a votação.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, serei rápido.

Sr. Presidente, eu, *data venia*, acho que esse é um problema social, porque o cinto de segurança reduz os acidentes. E os acidentados são levados quase sempre para os hospitais públicos. E os hospitais públicos estão superlotados. Agora, eu pediria a atenção do nobre Relator, e quero me congratular com ele, quando diz no art. 1º: "é obrigatório o uso do cinto de segurança pelos condutores de passageiros de automóveis particulares ou de aluguel". Aqui não se fala em automóveis públicos!... caminhões, caminhonetes, veículos de transporte escolar e ônibus interestaduais, não! Ônibus também dentro do Município. Então, eu apelaria para que V. Ex.^a dissesse: automóveis particulares, oficiais ou de aluguel. E, no caso de ônibus interestaduais, ônibus dentro da cidade, entre os municípios de um modo geral, porque o número de acidentes nas estradas, hoje, também é impressionante!

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — A acataremos a sugestão de V. Ex.^a, incluindo os dois itens citados. Eu gostaria de esclarecer ao nobre Senador que quanto a ônibus urbano, eles transportam...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Nós estamos fazendo uma lei para não ser cumprida.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — ... É permitido por lei transportar passageiros em pé. Ficaria inteiramente impossível conciliar as duas coisas. Aceito o ônibus intermunicipal.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, vou votar favoravelmente ao projeto, mas eu não quero afastar a dúvida do Senador Paulo Bisol. Porque não adianta existir a lei se não houver a sanção. Eu tenho dúvidas...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A sanção tem.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — A sanção é a multa, é a apreensão do veículo. Qual é a sanção aí, nobre Senador?

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — A sanção é multa e apreensão da carteira.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sim. Mas eu tenho dúvidas quanto à constitucionalidade. Vou votar porque acho que o projeto tem uma finalidade espetacular e, realmente, está comprovado que a inexistência do cinto de segurança acarreta acidentes e traumas de toda a natureza, mas eu deixaria exatamente essa preocupação para ser examinada depois. Vou votar favoravelmente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sr. Presidente, eu também vou votar a favor do projeto. Eu só chamei a atenção do detalhe porque ele existe mesmo. Quer dizer, se eu estou sozinho no carro, a multa é arbitrária. Mas eu não vou fazer

essa coisa pequena... Eu chamei a atenção porque, de fato, se eu estiver sozinho no veículo eu uso se eu quero. A lei não tem como me obrigar, porque a lei existe é para regular relações sociais. É só isso. Mas eu vou votar a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O art. 2º, que não foi lido, diz:

“O descumprimento dessa lei é punível com multa. E, na reincidência do condutor, também com a interdição temporária do direito de circular com o veículo em que haja ocorrido a inflação.”

Quer dizer, ele pode mudar de veículo, mas se foi aquele veículo em que ocorreu a inflação ele será punido. Então, quem tiver dois automóveis...

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Sr. Presidente, pela ordem. V. Exª permite que eu leia a emenda, como ficou o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Bem, eu estou lendo o projeto. V. Exª pode ler o artigo.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Eu me apressei tanto em atender a solicitação de V. Exª, que li com muita pressa, mas foi lido, Sr. Presidente. Mas voltarei a ler para o esclarecimento desta Comissão. Dê-se a seguinte redação para o art. 2º, já renumerado como art. 3º:

“O descumprimento desta lei será punido com multa de valor fixado pelo Conselho Nacional de Trânsito, nos termos do art. 197, do Decreto nº 6.127, de

16 de janeiro de 1968, regulamentando o Código Nacional de Trânsito, cumulada com a pena de interdição temporária do direito de dirigir veículo automotor, no caso de reincidência.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O projeto está discutido e examinado. A Mesa vai colher votos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — É o seguinte: aí não tem contraditório. Como é que vamos colocar uma pena que está no Código Penal, como é essa pena de interdição, numa lei que não tem processo, não tem contraditório, não tem defesa? Quer dizer, o policial dá a multa e já interdita sem defesa!?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Então, seria o caso de consultarmos o douto Relator para sabermos se S. Exª concorda na supressão dessa parte condenada.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Sr. Presidente, o nobre autor do projeto havia encarêcido de V. Exª a urgência. Consulto o autor se S. Exª concorda com a retirada de pauta pelo Relator para corrigir a matéria.

O SR. MEIRA FILHO — Concordo.

O SR. RELATOR (Magno Bacelar) — Então, está retirado de pauta Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — O Relator vai trazer na próxima reunião o projeto...

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a reunião.